



República Federativa do Brasil

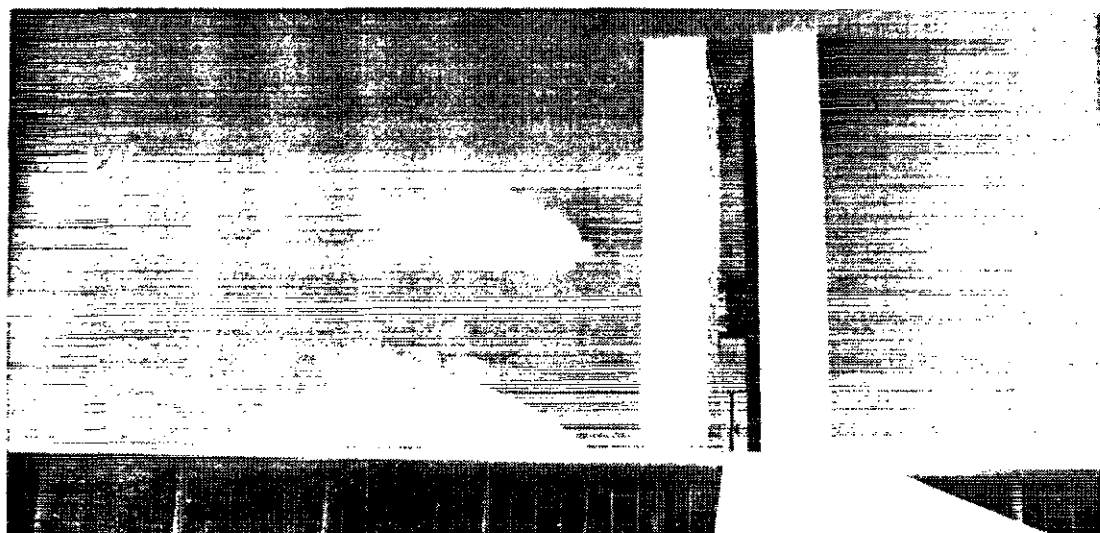
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 101

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 133ª SESSÃO, EM 24 DE AGOSTO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 166/83 (nº 311/83, na origem), de agradecimento de comunicação.

1.2.2 — Ofício do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados

Comunicando a aprovação da seguinte matéria:

— Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1983 (nº 80/83, na Casa de origem),

que altera a composição e a organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos e dá outras providências. (Projeto enviado à sanção em 23-8-83).

1.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 206/83, de autoria do Sr. Senador Jaison Barreto, que altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982, na parte em que estimula a capitalização das pessoas jurídicas através da incorporação imobiliária.

— Projeto de Lei do Senado nº 207/83, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que institui a Semana do Jovem e dá outras providências.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 753/83, de desarquivamento de proposição que menciona.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR HUMBERTO LUCENA, como Líder — Apelo ao Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool e ao Ministro da Indústria e do Comércio em favor da não-efetivação de medida que viria prejudicar a indústria de sacaria de algodão do Estado da Paraíba.

SENADOR JOSÉ FRAGELLI — Homenagem ao ex-Senador Fernando Corrêa da Costa ao ensejo do transcurso do seu 80º aniversário.

Ata da 133ª Sessão, em 24 de agosto de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária,
da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Fábio Lucena — Claudionar Roriz — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hêlio Gueiros — Alexandre Costa — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Henrique Santillo — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 38 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação:

Nº 166/83 (nº 311/83, na origem), de 23 do corrente, relativa à promulgação dos Decretos Legislativos nºs 54 a 56, de 1983.

OFÍCIO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 574/83, de 23 do corrente, comunicando a aprovação do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1983 (nº 80/83, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna dos Tribunais Regionais do Trabalho que menciona, cria cargos e dá outras providências.

(Projeto enviado à sanção em 23-8-83).

SENADOR ITAMAR FRANCO — Solicitando da Mesa esclarecimentos sobre a tramitação de requerimento, que institui comissão especial interna destinada a examinar a dívida polonesa junto ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE — Resposta à solicitação do Sr. Itamar Franco.

SENADOR ROBERTO SARTURNINO — 29º aniversário do falecimento do Presidente Getúlio Vargas. Conclusões do Encontro da Internacional Socialista, realizado na cidade do Rio de Janeiro.

SENADORES PEDRO SIMON e OCTÁVIO CARDOSO — Homenagem ao Presidente Getúlio Vargas.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.7 — Requerimentos

— Nº 754/83, de autoria do Sr. Senador Virgílio Távora e outros Srs. Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente de sessão a ser oportunamente marcada, seja dedicado a comemorar a passagem do 80º (oitogésimo) aniversário do Senador Dinarte Mariz.

— Nº 755/83, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, solicitando informações ao Poder Executivo, tendo em vista a tramitação no Senado Federal do Projeto de Lei do Senado nº 84/82. Deferido.

1.2.8 — Leitura de projeto

— Projeto de Resolução nº 96/83, de autoria do Sr. Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o credenciamento de entidades junto à Mesa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 55/83 (nº 10/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação e extinção de cargos na secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, e dá outras providências. **Aprovado.** À sanção.

— Projeto de Resolução nº 222/81, que autoriza o Governo do Estado do Pará a elevar em Cr\$ 139.427.700,00 o montante de sua

dívida consolidada. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 89/83, que autoriza a Prefeitura Municipal de Taguatinga (GO) a elevar em Cr\$ 7.754.525,57 o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 90/83, que autoriza a Prefeitura Municipal de Jateí (MS), a elevar em Cr\$ 22.829.700,00 o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Resolução nº 92/83, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso do Sul a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 o montante de sua dívida consolidada. **Aprovado.** À Comissão de Redação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 36/81 (nº 99/81, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissões adicionais de papel-moeda em 1980, até o limite de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros) na forma da legislação em vigor. **Discussão adiada** para o dia 14 de setembro do corrente ano, nos termos do Requerimento nº 752/83.

1.4 — MATÉRIA APRECIADA APÓS A ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 754/83, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.**

1.5 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR JOÃO CALMON — Apelo em prol da alocação de recursos para o Ministério da Educação e Cultura.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Conclusões do IV Encontro Nacional dos Trabalhadores das Empresas Estatais, realizado nesta Capital.

SENADOR GASTÃO MÜLLER — Documento da Associação dos Produtores Rurais do Médio Araguaia, enviado ao Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, a respeito da situação dos agricultores da região da Grande Barra do Garças — MT.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2. — ATA DA 134ª SESSÃO, EM 24 DE AGOSTO DE 1983

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Pareceres encaminhados à Mesa

2.3 — ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19/81 (nº 90/81, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981. **Aprovada.** À promulgação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/82 (nº 131/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre transportes marítimos, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982. **Aprovada.** À promulgação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14/82 (nº 123/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre cooperação econômica e industrial, celebrado em Brasília, a 5 de novembro de 1981. **Aprovada.** À promulgação.

2.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Octávio Cardoso, proferido na sessão de 23-8-83.

— Do Sr. Senador José Lins, proferido na sessão de 23-8-83.

4 — RETIFICAÇÃO

— Ata da 80ª Sessão, realizada em 31 de maio de 1983.

5 — ATAS DE COMISSÕES

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 206, DE 1983

“Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982, na parte em que estimula a capitalização das pessoas jurídicas através da incorporação imobiliária.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 5º do Decreto-lei nº 1.950, de 14 de julho de 1982, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O imóvel incorporado nos termos do artigo anterior deverá ser vendido, pela pessoa jurídica a que foi incorporado, mediante instrumento público registrado até 31 de dezembro de 1984, no cartório de imóveis competente, observado o disposto no item II e § 1º do art. 1º, salvo se o imóvel for utilizado na ampliação ou realocação de empresa, dispensando desta forma sua posterior alienação.”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O Decreto-lei nº 1.950, de 1982, dispõe em seu art. 5º, parte que trata de incentivar a capitalização das empresas controladas por capitais privados, que o “imóvel incorporado nos termos do art. 4º deverá ser vendido, pela pessoa jurídica a que foi incorporado, mediante instrumento público registrado até 31-12-84, observadas as disposições do inciso II e § 1º, do art. 1º”.

Entretanto, a empresa que, face à expansão de suas atividades, necessita adquirir imóveis para ampliação ou realocação de seus estabelecimentos e que, possuindo seus sócios imóveis aptos e em condições para tal, tem nas pessoas físicas um óbice que só poderá ser superado (no sentido de isenção tributária) através da “triangulação”, ou seja, o sócio venderia o imóvel a um terceiro, integralizaria o capital social com o produto da venda e a empresa adquiriria do terceiro o imóvel para suas novas instalações.

Assim, equiparando-se o procedimento da triangulação amparado na lei a incorporação direta pelo sócio-proprietário do imóvel, sugere-se a complementação redacional do art. 5º, do Decreto-lei nº 1.950/82, na forma aqui preconizada.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1983. — **Jaison Barreto.**

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.950, DE 14 DE JULHO DE 1982

Isenta do Imposto sobre a Renda os ganhos auferidos por pessoas físicas em operações com imóveis, estimula a capitalização das pessoas jurídicas, e dá outras providências.

Art. 5º O imóvel incorporado nos termos do artigo anterior deverá ser vendido, pela pessoa jurídica a que foi incorporado, mediante instrumento público registrado até 31 de dezembro de 1984, no cartório de imóveis competente, observado o disposto no item II e § 1º, do artigo 1º, deste Decreto-Lei.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 207, DE 1983

“Institui a Semana do Jovem, e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituída a Semana Nacional do Jovem, a ser comemorada nos últimos sete dias do mês de setembro de cada ano.

Art. 2º Anualmente, na semana referida no artigo anterior, todos os órgãos de comunicação do País reservarão espaço e tempo para publicação e divulgação de matérias alusivas à juventude e sua importância na vida nacional.

Art. 3º Os estabelecimentos de ensino de todos os níveis desenvolverão, na época, sob a orientação do Ministério da Educação e Cultura, palestras, conferências, campanhas, concursos de redação e jogos, tendo por motivo a juventude.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei dentro do prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Precisamos, por todos os meios, assegurar a participação da juventude na vida nacional, o que tem sido negado preconceituosamente.

Em contraposição, quem se der ao trabalho de verificar nas reuniões religiosas de todas as seitas, constatará a participação efetiva dos jovens, mesmo nas reuniões realizadas em dias não úteis (sábados, domingos e feriados) ou no horário noturno, o que demonstra estar o contingente de jovens sempre presente onde encontra acolhida receptividade, bem como onde pode livremente exercer a sua vocação de liberdade e de liderança.

O nosso projeto, instituindo a Semana Nacional do Jovem, com a fixação de algumas programações de que os moços possam participar, representa um passo inicial para uma retomada de convívio da sociedade inteira com os seus jovens.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1983. — **Nelson Carneiro.**

Às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 753, DE 1983

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 139/80, “dá nova redação ao art. 836, do Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho,” feita a reconstituição do processo, se necessário.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1983. — **Aloysio Chaves.**

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Recebi o seguinte telex, que passo a ler pelo interesse que representa para a economia do meu Estado e de todo o Nordeste:

Senador Humberto Lucena
Senado Federal
Brasília-DF
Telex nr. 497/83-FIEP

Quatro fabricas sacaria algodao nosso Estado, empregando milhares pessoas, estao sob ameaça encerrar suas atividades, aumentando vertiginosamente nível desemprego Paraíba, caso Instituto Açúcar Alcool aprove terça-feira proxima pedido feito pelos fabricantes sacos papel e polipropileno, sentido açúcar cristal passe a ser acondicionado sacaria aqueles materiais, nesta e nas proximas safras, e nao mais em sacos de algodao.

Apelamos, ilustre conterraneo, sua brilhante e valiosa interferencia junto ao IAA e autoridades competentes a fim de que nao seja aprovado pleito tao prejudicial aos interesses de nosso Estado.

Confiantes sua atuação firmamo-nos cordialmente,

Fleury Gomes Soares — Presidente em exercicio — Federação Industrias estado Paraíba.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, transmiti o inteiro teor deste telex ao Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Coronel Confúcio Pamplona, e estou informado de que na reunião de ontem, daquela autarquia econômica, teria havido uma tendência no sentido de conciliar o interesse dos fabricantes de sacos de algodão, entretendo aguardarei uma última palavra a respeito do assunto, motivo pelo qual, ao ler, desta tribuna, esta mensagem do Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, desejo renovar o meu apelo veemente ao Sr. Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, e bem assim ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, no sentido de que não admitam que essa medida venha a ser aprovada, porque, na verdade, contribuiria bastante para agravar ainda mais, não só na Paraíba como em todo o Nordeste, a crescente crise social que ali se implantou com a recessão, pois naquela sofrida região o desemprego aumenta de modo vertiginoso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Quero fazer o mesmo que ontem fez aqui o nobre Senador Marcondes Gadelha, quando lembrou que, inclusive na capital do Estado da Paraíba, em João Pessoa, o ex-Governador Tarcísio Buriti desapropriou uma fábrica de sacos de algodão e entregou o controle acionário a seus operários, diante da situação de descalabro administrativo em que se encontrava a empresa, inclusive devendo ao Estado muitas contribuições fiscais. O resultado dessa indústria, tem sido o mais promissor possível; vem realmente surpreendendo a todos aqueles que conhecem de perto o problema.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acredito que as autoridades competentes, no caso o Ministro da Indústria e do Comércio e o Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, não de ir ao encontro desse apelo dramático do Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador José Fragelli.

O SR. JOSÉ FRAGELLI (PMDB — MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Eu não podia, como aliás todos nós da Bancada de Mato Grosso do Sul, e sei que em nome de todos meus

nobres colegas, não podia deixar de manifestar duas palavras sobre Fernando Corrêa da Costa que, no dia 29 do corrente, completará 80 anos.

O Dr. Fernando, como é conhecido em todo o Estado do Mato Grosso, aliás, nos dois Estados de Mato Grosso, foi Governador do Estado por duas vezes e por duas vezes Senador, sempre eleito na oposição. Filho de Pedro Celestino Corrêa da Costa que, como ele também, por duas vezes foi Governador do seu Estado e Senador da República, pertencente à família Corrêa da Costa que deu outros Chefes de Estado em Mato Grosso, manteve assim, uma tradição de família que vem dos albos da República.

Nesta Casa, o Dr. Fernando Corrêa da Costa ficou bem conhecido, exercendo por duas vezes o mandato de Senador.

Recordo-me muito bem, Sr. Presidente, como ele relutou para entrar na política. O nosso partido, a UDN, em Mato Grosso, encontrava-se numa fase descendente, tendo participado das duas primeiras eleições após 1945. Tendo, de início, eleito dois Senadores, o Dr. Vesparsiano Barbosa Martins e o eminente jurista João Villasbôas, no entanto perdera duas outras eleições. Nós apelamos a Fernando Corrêa da Costa, que tinha um largo círculo de amizades, sobretudo com seu colega Vesparsiano Martins, para que viesse enriquecer com a sua personalidade e o seu prestígio as fileiras do nosso partido. Ele, primeiro, quis um candidato de conciliação à Prefeitura de Campo Grande, justamente frisava para que não se visse obrigado a entrar na política. O ilustre Governador do PSD daquela época negou-se ao acordo, Fernando Corrêa foi nosso candidato a Prefeito de Campo Grande e foi eleito.

Fazendo uma administração realmente proveitosa à frente da então maior cidade do Estado, ele se credenciou como candidato a Governador, pela União Democrática Nacional, enfrentando nas ruas um nome ilustre, o de Filinto Müller em 1950, e saindo vencedor por uma estreita margem de votos, como, aliás, só ia acontecer em Mato Grosso nas disputas eleitorais. Havia na época uma aliança quase permanente entre o PSD e o PTB, que então crescia alentadamente no meu Estado. Foi a época da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. E lá em Mato Grosso, como em todos os demais Estados, os candidatos estaduais disputavam o apoio prestigioso, e quase sempre decisivo, de Getúlio Vargas à governança estadual.

Getúlio já se havia manifestado no sentido de apoiar Fernando Corrêa da Costa, porque o seu pai, o Senador Pedro Celestino Corrêa da Costa, fora, se não me engano, o único Senador da República a apoiar a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência. No entanto, tantos foram os apelos formulados a Getúlio Vargas, que ele, num manifesto aos seus correligionários de Mato Grosso, decidiu que deixava questão aberta a disputa entre os dois candidatos ao Governo do Estado. E com isso Fernando Corrêa da Costa venceu Filinto Müller naquela primeira eleição, como disse, por uma margem de votos que mal chegou a quatro mil.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Com muito prazer, nobre Senador Aloysio Chaves.

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador José Fragelli, o meu conhecimento do eminente brasileiro Dr. Fernando Corrêa da Costa é muito limitado. Em uma ou duas oportunidades, tive o ensejo de com ele palestrar rapidamente. Mas acompanhei a sua vida pública. Porque o Dr. Fernando Corrêa da Costa foi um ilustre filho de Mato Grosso que se projetou em todo o cenário político nacional, adquiriu um grande prestígio, pelas suas virtudes de homem público, pela maneira como governou seu Estado, pela forma como se conduziu no Senado da Re-

pública. Este ano, há, também, a coincidência de que comemora seu octogésimo aniversário o nosso nobre colega Senador Dinarte Mariz, a quem o Rio Grande do Norte merecidamente tributa excepcional homenagem, porque não só é filho ilustre daquele Estado, que honrou e honra em todos os cargos que tem exercido, como também é um brasileiro com grandes e extraordinários serviços prestados à Pátria. No mesmo nível se coloca o eminente conterrâneo de V. Ex^a, o Dr. Fernando Corrêa da Costa, e, por este motivo, em nome do PDS, o nome da Maioria, eu me associo ao registro que V. Ex^a faz e manifesto o nosso alto apreço, admiração e respeito por tão ilustre patriota e brasileiro.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado pela manifestação de V. Ex^a, a qual nós, de Mato Grosso do Sul, recebemos com carinho, sabendo que V. Ex^a sempre manifesta, com essa espontaneidade, com essa sinceridade que lhe são muito próprias, o seu modo de sentir e o seu modo de pensar.

Infringindo o Regimento Interno, há poucos dias, quando aqui prestava a sua homenagem a essa figura, para mim querida, que é o Senador Dinarte Mariz, eu infringi o Regimento ao apartear o Senador Lourival Baptista, também prestando a minha homenagem a esse eminente homem público brasileiro.

Disse Goethe que a energia do espírito e do corpo era indispensável para fazer alguma coisa de bom em toda carreira prática. Eu posso afirmar de Fernando Corrêa da Costa que justamente as suas energias espirituais e as energias do seu corpo sadio muito lhe valeram naquele primeiro grande embate eleitoral para chegar à governança do seu Estado. Ele percorreu todo o Mato Grosso, voando nos teco-tecos, que, então, eram o único meio de comunicação entre as imensas distâncias que separavam o centro dos extremos do meu Estado.

Recordo-me muito bem das suas viagens no avião de Laudelino Flores Barcelos, um valoroso gaúcho que, vindo lá do Sul, emprestou sempre, com absoluta isenção de interesses, o seu apoio às atividades políticas no Estado do Mato Grosso do Sul, com aquele espírito combativo do gaúcho, sobretudo daqueles que formavam ao lado de Raul Pilla com o seu idealismo. Não posso deixar de recordar, neste instante, a figura de Laudelino Barcelos, que tanto contribuiu para essa primeira vitória eleitoral de Fernando Corrêa da Costa. Laudelino Barcelos, um menino, sapateiro que, depois pondo-se em negócios de gado, amealhou uma apreciável fortuna. Porém, mais do que a fortuna material, lhe sobressaíam a riqueza do espírito e a grandeza de caráter. Com companheiros como esse é que Fernando Corrêa da Costa começou a escalar, no seu Estado, a carreira política que o levou tão alto. No Governo do Estado, as linhas marcantes da sua administração foram, justamente, o equilíbrio, a bondade, o trabalho incansável. Porque muitos pensam que, para chegar a um Governo de Estado e à Presidência da República basta olhar, assistir e dirigir, esquecendo-se de se empenhar a fundo no trabalho de realmente administrar e governar.

O Sr. Helvídio Nunes — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Um minuto, por favor. Fernando foi desses que se empenharam. Como médico que fora, competente e humano, adquiriu aquele grande prestígio que lhe permitia vencer as duas primeiras eleições. Esse mesmo empenho, esse mesmo amor ao trabalho, esse mesmo sentido de responsabilidade profissional, ele levou para o Governo de Mato Grosso.

Com muito prazer, ouço o eminente Senador Helvídio Nunes.

O Sr. Helvídio Nunes — Eminente Senador José Fragelli, quando aqui cheguei, em 1971, encontrei o Senador Fernando Corrêa da Costa. Na sessão de hoje, falando

em nome dos seus liderados, já ouvimos a manifestação do Senador Aloysio Chaves. Na vida pública, existe um **quid** que é indelegável, que é o do preito de consideração, de respeito e de amizade que todos nós, do começo da década, aprendemos a tributar àquela figura marcante e excepcional, de amigo, de colega e de político, que é Fernando Corrêa da Costa. Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Agradecido a V. Ex^a, pelo testemunho sobre essa passagem de Fernando Corrêa da Costa aqui pelo Senado, e o que V. Ex^a disse é a expressão verdadeira do modo como sempre ele procedeu, seja na sua vida particular, seja como homem público. Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Luiz Cavalcante — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não, ilustre Senador Luiz Cavalcante. Antes de dar o aparte, quero lembrar que V. Ex^a, quando ainda no exército, trabalhando em Cuiabá, lá construindo estradas naquele extremo norte do meu Estado, deu a sua grande contribuição para que as primeiras verdadeiras rodovias em Mato Grosso fossem construídas, participando assim como que abrindo as primeiras folhas das portas que também abriram o progresso de Mato Grosso do Norte.

O Sr. Luiz Cavalcante — Muito obrigado, eminente colega, por ressaltar o ponto que considero mais alto e o que me enche de mais saudades da minha vida militar.

Nos idos de 50, como Capitão da Comissão de Estradas e Rodagens número 5, trabalhava eu na construção da estrada Cuiabá-Rosário Oeste-Porto Velho, que ainda hoje está em construção, pois ainda não recebeu pavimentação. Foi justamente naquele ano de 50 em que o Tio de V. Ex^a, Dr. Fernando Corrêa da Costa, disputou pela primeira vez o Governo do Estado de Mato Grosso, sagrando-se vencedor. Por dois anos, fui testemunha do governo verdadeiramente imaculado de Fernando Corrêa da Costa.

Nestes tempos em que a corrupção e a inauteridade porfiam engalvanizar a vida administrativa da Nação, governos como os de Fernando Corrêa da Costa tornam-se cada vez mais e mais saudosos. Muito obrigado a V. Ex^a pela oportunidade deste aparte.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Sou eu quem agradece esse depoimento assim de quem viu tão de perto o início da administração de Fernando Corrêa da Costa em Mato Grosso. Quanto eu sinto, nobre Senador, não ter conhecido V. Ex^a naquela época! Eu já era Deputado Estadual e algum tempo depois fui Secretário do Interior de Justiça do mesmo Governo de Fernando Corrêa da Costa, e poderíamos nos ter conhecido desde então, e quanto eu teria ganho!

O Sr. Marcelo Miranda — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte do meu companheiro Senador Marcelo Miranda.

O Sr. Marcelo Miranda — Nobre Senador José Fragelli, ouço com atenção as palavras de V. Ex^a a respeito de Fernando Corrêa da Costa, com propriedade, com conhecimento familiar, sobre o trabalho executado por esse grande homem de Mato Grosso, que é Fernando Corrêa da Costa, pois V. Ex^a teve, talvez, o privilégio de ser o seu Secretário da Justiça — mais tarde, pela capacidade, também, e seguindo a trilha de Fernando Corrêa da Costa, V. Ex^a veio a ser o também Governador de Mato Grosso. Conheci Fernando Corrêa da Costa quando fui para Mato Grosso, em 1965, quando saía ele do Governo, do seu segundo mandato. Observei, desde o início, com o sangue político que todos temos, o quanto

era e é querido Fernando Corrêa da Costa: elogiado no seu trabalho como Governador; eleogiado, antes, no seu trabalho profícuo como médico humanitário, na cidade de Campo Grande; e elogiado, depois, como fazendeiro, pelo trabalho que faz até hoje. Quando vejo, agora, Fernando Corrêa da Costa percorrendo as ruas da nossa capital, já alquebrado, às vezes fico a pensar quanta história tem dentro daquele corpo, daquela cabeça, quanta história do nosso querido Estado de Mato Grosso, que veio a ser dividido, criando o nosso querido Mato Grosso do Sul e o então Mato Grosso, ambos ricos, ambos progressistas. Muito do que têm do seu programa, do seu desenvolvimento, devemos todos a gestão profícuo de homem público trabalhador, de homem público competente e, acima de tudo, austero, sério no seu trabalho; a Fernando Corrêa da Costa que fez um trabalho excelente nos dois Governos e aqui no Senado Federal.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado, meu estimado companheiro de Bancada, Senador Marcelo Miranda, que também, como todos nós, numa província grande em extensão, mas, digamos assim, socialmente pequena, com seu meio social pequeno, conhece tão bem as pessoas, tanto na vida pública como na vida privada, e pode dar um depoimento sincero como esse que V. Ex^a acabou de pronunciar.

Queria relembrar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, uma contribuição de Fernando Corrêa da Costa que, a meu ver, é de valor nacional. Demosthenes Martins, um pernambucano que tem prestado a Mato Grosso e a Mato Grosso do Sul os mais relevantes serviços em postos de responsabilidade pública, nas suas memórias, "A poeira da jornada", lembra a passagem da criação da Comissão da Bacia Paraná-Uruguaí, cuja ideia foi dada ao então saudoso Governador de São Paulo Lucas Nogueira Garcez pelo Dr. Fernando Corrêa da Costa, quando Governador de Mato Grosso.

Permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Senadores, fazer uma rápida leitura:

MATO GROSSO NO COMPLEXO NACIONAL

A grande extensão territorial do Brasil foi o fator de retardar-se o reconhecimento, por parte dos seus governantes, do extraordinário potencial de que é depositário Mato Grosso, quer sob o aspecto geoeconômico, quer sob o aspecto geopolítico. Área desmesurada, que vai do Paraná ao Amazonas, apresenta a maior variedade de composição telúrica, edáfica e climática, propiciando as mais diversificadas operações econômicas na infra-estrutura de sua economia agropastoril.

Um antagonismo gritante se apresenta entre as vastas florestas da região amazônica, no Norte, e as desatadas campinas da Vacaria, no amplo araxá da serra de Maracaju, no Sul, onde se apascentam alguns milhões de bovinos. É uma região, hoje dividida em dois Estados onde se positiva a eterna coexistência dos contrastes.

Lindeira, em alongada quilometragem, do Paraguai e da Bolívia, e área de contato terrestre com a Amazônia, onde nos defrontamos com diversos países, o grande Mato Grosso é o maior elo da integração do Brasil com as demais nações sul americanas. Do desconhecimento dessa situação — de que o Barão de Melgaço, quando Presidente da então Província (11-2-1851/1º-4-1857), alertou o chefe do gabinete imperial — resultou a invasão do território pário pelos paraguaios de Solano Lopez. Houvesse sido convenientemente preparada a defesa de Coimbra, como ele indicara, (e para isso deslocando a sede do seu governo, de 12 de fevereiro de 1855 a 19 de outubro de 1856) Vicente Barrios não teria tomado Corumbá em 3 de janeiro de 1865.

Esse menosprezo do Brasil independente contrasta-se com a conduta dos capitães gerais, governantes no tempo da Colônia, que erigiram Mato Grosso em baluarte de sua defesa pátria, dando ao Brasil todo o Oeste que hoje possuímos.

O Brasil é hoje assim vasto e compacto porque nossos ancestrais ignoraram a linha de Tordesilhas e os subsequentes tratados de Madrid (13-1-1750), de El Pardo (12-2-1761) e Santo Idelfonso (19-10-1777), e lutaram pela fixação da divisória entre as duas Colônias — a de Portugal e a de Espanha — não por montanhas e rios, mas por traçados que atingissem o limite de sua penetração, respaldados no "utiposidetis".

A despeito de tudo isso, pelo menos até a Revolução de 31 de Março de 1964, Mato Grosso continuou marginalizado, sem o amparo de programas específicos.

Revoltando-se contra a discriminação, em 1950 o Deputado mato-grossense Carlos Vandoni de Barros, louvando-se no exemplo da Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, que criou a Comissão do Vale do São Francisco, apresentou um projeto instituindo a Comissão do Vale do Paraná, para cujo funcionamento seria consignada, no orçamento anual da União, a verba de cem milhões de cruzeiros, durante o período de 20 anos. O projeto indicava as linhas do plano de desenvolvimento da região, portadora de um riquíssimo potencial. E atribuiu à Câmara, na sessão de 21 de março de 1950, Vandoni justificou brilhantemente o projeto, que era subscrito pelos demais deputados de Mato Grosso e vários deputados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás. A Câmara, porém, não acolheu o projeto, relegando-o à quietude dos arquivos ou, como se diz em linguagem burocrática, engavetando-o. Faltou-lhe o respaldo do governo e o interesse real de uma bancada grande e prestigiosa.

A vista dessa atitude do Legislativo, o Governador Fernando Corrêa da Costa, depois de trocar impressões comigo e de ouvir o agrimensor Casemiro Brodziak Filho que conhecia detalhadamente a região da Bacia do Paraná, resolveu dirigir uma carta ao Governador de São Paulo, Dr. Lucas Nogueira Garcez, em 17 de junho de 1951.

Nessa carta sugeria ele que "estando em vias de execução e aplicação o PONTO IV de TRUMAN na América do Sul e merecendo especial atenção da Comissão Brasil-Estados Unidos a Bacia do Paraná, convocasse ele uma reunião dos governadores dessa área, a fim de acertarem os seus pontos de vista em face de tão magno problema".

Nessa carta, de que foi portador Brodziak Filho, também, na mesma credenciado como intérprete do pensamento do governo de Mato Grosso, pelo conhecimento que tinha de suas peculiaridades, esclareceu o seu signatário que ele pessoalmente possuía outras informações, cujo conteúdo transmitiria de viva voz.

Acolhida com entusiasmo a sugestão do Governador de Mato Grosso, Garcez convocou os governadores Pedro Ludovico Teixeira, de Goiás, Juscelino Kubitschek, de Minas Gerais, Bento Munhoz da Rocha, do Paraná, Irineu Bornhausen, de Santa Catarina, e Fernando Corrêa da Costa, de Mato Grosso para se reunirem com ele, em São Paulo, de 6 a 8 de setembro de 1951, "com o objetivo de esquematizarem as soluções dos problemas de interesse comum, compreendidos na Bacia do Paraná".

No dia 7 de setembro, no Palácio dos Campos Elíseos, na capital paulista, reuniram-se os convocados em conferência, sendo que o Governador de Minas Gerais foi representado pelo Dr. João Pinheiro Filho, Presidente do Conselho Nacional de

Economia, e o de Santa Catarina, pelo Dr. João José de Souza Cabral, Secretário da Justiça.

Instalando os trabalhos da conferência, salientou Garcez que a "idéia desta conferência nasceu de uma sugestão do eminente governador de Mato Grosso, Dr. Fernando Corrêa da Costa, administrador arguto, que sentiu em sua verdadeira grandeza o que a potencialidade econômica da Bacia do Paraná poderia fazer pelos interesses econômicos de seis Estados brasileiros: Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás e São Paulo". E enfatizou que os territórios desses Estados constituem uma das áreas mais ricas do nosso País, "bastando considerar-se o estupendo espetáculo que já apresentam o Norte do Paraná e o Oeste de São Paulo, amostras vivas de fertilidade das terras desta privilegiada região geoeconômica".

Dessa conferência de governadores resultou a criação da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná.

E neste ponto há uma passagem interessante:

Levado esse fato ao conhecimento do Presidente Getúlio Vargas pelo Governador Garcez, "desconfiou" aquele que se tratasse de uma aglutinação de elementos "liderados" pelo prestígio de São Paulo e do seu eminente governador com propósitos políticos, visando a sua futura sucessão. E nesse sentido observou então:

— Gostaria de que me explicasse, governador, porque foi excluído dessa conferência o meu Rio Grande. A vinculação gaúcha com esses Estados é manifesta!

— Presidente, retrucou Garcez, o Rio Grande do Sul não está na Bacia do Paraná e sim na do Uruguai. Se deseja, porém, que ele compartilhe do órgão criado, é só me autorizar. A Bacia do Paraná se estenderá também à do Uruguai e prazerosamente faremos a modificação na sua composição, incluindo-se o Rio Grande do Sul.

Assim ajustados, na primeira reunião dos integrantes da Comissão de Estudos dos Problemas Econômicos da Região do Paraná, realizada em 6 de maio de 1952, em São Paulo, foi aprovado o Regimento Interno da Comissão, passando ela a designar-se "Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai — CIBPU".

Nessa manifestação de Getúlio Vargas vemos o atilado político que sempre foi, e, ao mesmo tempo, o seu amor pela terra natal, querendo que o Rio Grande do Sul também participasse dos benefícios que eram esperados, e que realmente se concretizaram, da criação da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai — CIBPU.

Trago Sr. Presidente, Srs. Senadores, este fato ao conhecimento da Casa, para demonstrar como o Dr. Fernando Corrêa da Costa não tratava apenas dos problemas do seu Estado, como também procurava lançar a sua visão das coisas nacionais nesse plano mais elevado da política brasileira.

Esta foi uma contribuição do maior relevo dada por Fernando Corrêa da Costa ao Brasil — a idéia sugestiva inicial da criação da CIBPU.

Dai nasceram duas grandes obras — Jupiá e Urubupungá. Os Governadores Lucas Garcez, Adhemar de Barros, Carvalho Pinto, todos governadores de São Paulo, uma vez tomada a iniciativa da construção de Jupiá e de Urubupungá, não mediram esforços para a sua concretização, e Urubupungá foi inaugurada no Governo de Laudo Natel. Recordo-me muito bem que, nessa oportunidade, ali se encontrando o Presidente Médici, no seu discurso o ex-Governador Lucas Garcez ainda lembrava

que a iniciativa tinha sido do Governador de Mato Grosso Fernando Corrêa da Costa.

Sr. Presidente, já vou para o fim do meu discurso. Resalto apenas esses fatos mais relevantes da carreira política de Fernando Corrêa da Costa.

O Sr. Nelson Carneiro — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não com muito prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — Nobre Senador José Fragelli, tive a felicidade de encontrar nesta Casa Fernando Corrêa da Costa, cujos 80 anos V. Ex^a celebra neste instante. Foi com imenso pesar que vi uma interpretação absolutamente rigorosa do texto legal impedir que Fernando Corrêa da Costa continuasse representante do Mato Grosso nesta Casa. Realmente o seu parentesco era tão longínquo que não poderia impedir um homem que havia sido duas vezes o Governador de seu Estado, duas vezes Senador, continuasse integrando esta Casa. V. Ex^a faz muito bem em recordar a presença, na vida pública brasileira, desse eminente homem público que tanto honrou Mato Grosso e continua honrando o Brasil.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Agradeço, sobremaneira, a intervenção de V. Ex^a, que, aliás, vai justificar precisamente o que pretendo acrescentar, terminando meu pronunciamento.

Era eu Governador de Mato Grosso, sobrinho, por afinidade, de Fernando Corrêa da Costa. Surgiu, então, essa incompatibilidade constitucional, por ser ele novamente candidato ao Senado. Insisti, por várias vezes com Fernando Corrêa da Costa para que eu deixasse o Governo com seis meses de antecedência, a fim de que ele pudesse ser candidato ao Senado da República. Deixaria eu no Governo, substituindo-me, eminente mato-grossense, o Dr. José Monteiro Figueiredo, hoje, se não me engano, Presidente do PDS em Mato Grosso. Então podia, em suas mãos, com toda a tranquilidade, deixar a administração daquele Estado. Mas toda vez que eu insistia com Fernando Corrêa da Costa, ele só me dizia isto: "O que você está procurando é apenas que eu não termine o meu mandato de Senador, porque se você renunciar ao Governo de Mato Grosso, lá em Cuiabá pela manhã, eu renuncio o meu mandato de Senador à tarde". Isto mostra a grandeza de alma de Fernando Corrêa da Costa. São raros aqueles que têm esse desprendimento e essa firmeza nas suas decisões.

Cheguei a falar no assunto com o então Presidente Geisel, mostrando que a candidatura de Fernando Corrêa da Costa era uma garantia de vitória para o nosso partido. Até isso eu cheguei a fazer, pretendendo que o Presidente demovesse Fernando Corrêa da Costa da sua atitude em não aceitar a minha renúncia do Governo para que ele pudesse ser candidato ao Senado.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^a, me permite ainda apartear-lo nesse ponto?

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Pois não.

O Sr. Nelson Carneiro — Eu compreenderia que essa incompatibilidade existia se Fernando Corrêa da Costa tivesse iniciado a sua carreira política quando V. Ex^a era o Governador do Estado. Mas ele já vinha de mandatos sucessivos, e apenas renovava esse mandato, com o apoio do povo mato-grossense. A interpretação dada a esse dispositivo foi sobremaneira rigorosa e injusta com os que fazem da vida pública uma carreira.

O SR. JOSÉ FRAGELLI — Muito obrigado a V. Ex^a. Eu acho que a sua interpretação seria, na oportunidade, a correta. Mas essa era a maneira de proceder de Fernando Corrêa da Costa. Quando Governador, ele me cha-

mou um dia e disse: "— é, os amigos de Campo Grande vieram aqui para impor a minha candidatura ao Senado. Que é que você acha?" Eu disse a ele: "— a minha opinião é de que um Governador deve ficar no seu cargo até o último dia". E ele disse: "— Essa é a minha maneira de pensar. Não serei candidato". E as duas vezes que Fernando Corrêa da Costa veio para o Senado foi por eleições em oposição tanto ao Governo da República quanto ao Governo do seu Estado.

De sorte que a interpretação de V. Ex^a eu acho que não é só rigorosamente exata como cristalina. A um homem que por duas vezes fora eleito Senador pela Oposição, pouco importava que um seu sobrinho por afinidade estivesse num Governo de Estado para que ele disputasse uma eleição com aquela honestidade e com aquela disposição democrática de ganhar ou perder, que ele sempre teve, quando enfrentou duas eleições em oposição ao Governo do seu Estado e ao Governo da República.

Napoleão dizia, e ele sabia o que dizia: "Podemos deter-nos quando subimos, nunca quando descemos". São palavras apropriadas para eu terminar esta pequena fala sobre Fernando Corrêa da Costa. Ele estava ainda na fase ascendente de sua carreira. Seria fácil continuar a subir, mas um impedimento e um motivo para ele mais de ordem moral do que constitucional, que era a presença do sobrinho num posto de Governo do seu Estado, foi para ele o suficiente, a fim de que tomasse a decisão, difícil para um homem público, de não continuar a subir. Ele não subiu na carreira política, mas subiu muito mais no conceito de seus concidadãos de Mato Grosso e dos seus patrícios da terra brasileira.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO (PMDB — MG. Para uma reclamação. Sem revisão do orador.) — Hoje, Sr. Presidente, na Comissão de Relações Exteriores, tomando conhecimento de que o Senador João Calmon havia proposto uma Comissão Especial para o exame, particular, da situação econômica do Brasil com a Polônia, interpelei respeitosamente o Presidente da Comissão de Relações Exteriores sobre o andamento do processo naquela Comissão, já que o Regimento declara que "Cabe à Comissão permanente, através de um relator por ela nomeado em plenário dar o seu parecer".

Fui informado pelo Presidente da Comissão, o ilustre Senador Luiz Viana, de que tal ofício não havia chegado à Comissão de Relações Exteriores, razão pela qual indago a V. Ex^a: qual o andamento que a Mesa Diretora, neste momento, fez em relação a essa proposta do Senador João Calmon?

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O requerimento do nobre Senador João Calmon, nº 746/83, foi apresentado na sessão ordinária de 17 do corrente, tendo sido, após a leitura, despachado, nos termos regimentais, à Comissão de Relações Exteriores.

Nos termos do art. 279, II, e, do Regimento Interno, deverá ser incluído oportunamente na Ordem do Dia, quando receberá parecer oral da comissão a que foi distribuído, para deliberação do Plenário.

O SR. ITAMAR FRANCO — A informação que tive hoje é que ele não havia chegado à comissão. Deve estar a caminho, em trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência vai diligenciar para resolver o problema, face às últimas ponderações de V. Ex^a

O SR. ITAMAR FRANCO — Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há 29 anos morria no Rio de Janeiro, em condições trágicas, o Presidente Getúlio Vargas, o maior estadista que a República brasileira teve, vítima de pressões, de toda uma campanha desencadeada pelas mesmas forças políticas, pelos mesmos interesses que aí estão até hoje, 29 anos depois, a asfixiar a economia nacional, a oprimir o povo brasileiro, a impor, ainda uma vez, por novas formas, os seus interesses, que contrariam tão profundamente os interesses reais, concretos e legítimos do povo brasileiro.

Vargas, como todos sabem, foi o criador do Trabalhismo, esta corrente de pensamento que ocupou toda uma imensa vertente do quadro político nacional, e que foi definido por ele mesmo, desde o seu nascimento, como sendo o caminho brasileiro para o Socialismo democrático.

Assim, Sr. Presidente, acho que poderia prestar uma homenagem à memória de Vargas dando notícia à Casa do que foi a reunião realizada nos dias 19, 20 e 21 do corrente, no Rio de Janeiro, do Comitê Latino-americano da Internacional Socialista.

O Sr. Alberto Silva — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Com muito prazer.

O Sr. Alberto Silva — Eu estava a pensar aqui como os meus companheiros que V. Ex^a é a pessoa mais indicada para relembrar os 29 anos do desaparecimento do grande estadista brasileiro, que foi Getúlio Vargas. Quero associar-me à palavra de V. Ex^a dizendo que a minha geração ficou muito perto do Presidente Vargas. Nós estudantes de Engenharia, daquela época, acompanhamos todas aquelas decisões dele, que transformaram este País em um país realmente industrializado. Desde a Companhia Siderúrgica Nacional, quando eu, engenheiro da Central do Brasil, fui encarregado, com meus companheiros, de fazer toda a parte eletrificada do pátio da Companhia; PETROBRÁS, Vale do Rio Doce, a própria Hidrelétrica do São Francisco, tudo isso calou fundo, na época, quando nós, jovens engenheiros, vimos este País sair da estagnação e partir para o desenvolvimento industrial. Creio que V. Ex^a vai, naturalmente, com o brilho que lhe é peculiar, dizer do que se decidiu nessa comissão a que V. Ex^a acaba de se referir, e o fará muito bem, mas eu gostaria de trazer o testemunho da juventude da minha época, que considerou o grande Presidente como realmente um expoente do desenvolvimento do País, um verdadeiro estadista. Parabéns a V. Ex^a, pela lembrança.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Agradeço o aparte de V. Ex^a que se junta à homenagem que presto aqui, uma homenagem simples, porém, reflete aquele desejo de que esta data se perpetue sempre na memória do povo brasileiro como sendo um dia em que esta Nação foi afrontada. Foi afrontada porque o homem que teve a visão do seu desenvolvimento, do desenvolvimento autônomo deste País, como V. Ex^a disse, tomou todas essas iniciativas que ainda hoje, são objeto de toda esta campanha orquestrada que se vê por aí, esse homem foi levado ao suicídio, para evitar a humilhação de uma deposição e deixar com sua carta-testamento, esse documento político mais importante também da história dos últimos tempos, deixar ao povo o seu grande legado, isto é, o legado da ideologia trabalhista, da ideologia do socialismo

democrático, como ele mesmo a definia desde a sua criação.

Nobre Senador, recordo-me, também eu, dos meus sentimentos. Vejo na minha memória, como se estivesse a mim mesmo vendo concretamente aqui a frente, as horas que passei, naquela madrugada, na fila dos que queriam ver, pela última vez, o corpo de Getúlio Vargas, no Palácio do Catete. Eu, jovem, muito jovem, naquela fila, ao lado de tantos outros brasileiros que choravam a morte de Vargas, a pensar do que seria este País, quando desaparecia, de forma tão trágica, o maior de seus estadistas, o maior de seus líderes políticos.

Assim é que eu recebo o aparte de V. Ex^a com muita honra, acrescentando as minhas palavras o depoimento valioso de V. Ex^a

Sr. Presidente, como eu disse, das tantas coisas que têm sido ressaltadas na figura de Getúlio Vargas, agora, decorridos quase 30 anos, aparece, com maior nitidez, aquela particularidade do seu pensamento que até então nunca tinha sido muito ressaltada, isto é, a sua visão de que a solução para este País estava no Socialismo democrático e que o Trabalhismo, o Partido Trabalhista Brasileiro, criado por ele, era um instrumento de encaminhamento da política brasileira, do quadro político brasileiro, para que se chegasse a um Partido, a uma ideologia, um movimento político, caracterizadamente, com nitidez, socialista, e socialista democrático.

Assim é que julguei que seria uma forma de homenagear Vargas dar a notícia do Congresso Internacional Socialista, realizado no Rio de Janeiro, algo inédito também na História deste País. É a primeira vez que se realiza, no Brasil, uma reunião internacional de Partidos políticos do Mundo inteiro, e de Partidos socialistas, para debater as questões mais importantes que dizem respeito ao presente e ao futuro da América Latina e, particularmente, do Brasil como país de maior dimensão e de maior presença neste continente.

Discutiram-se, Sr. Presidente, durante os três dias, e profundamente, detalhadamente, todos os problemas de natureza política e de natureza econômica deste continente. E, ao final desse debate, elaborou-se, com o consenso unânime de todos que ali estavam, representando Partidos da América Latina e da Europa, principalmente, mas representando uma entidade que hoje se expande por todo o Mundo, por todos os continentes do Mundo, elaborou-se uma declaração, uma carta — a Declaração do Rio de Janeiro — que peço constar do meu pronunciamento na íntegra:

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO

Reunido na cidade do Rio de Janeiro, neste Estado sob a administração democrática do companheiro Governador Leonel Brizola, o Comitê da IS para a América Latina e o Caribe analisou a grave situação em que vive o continente, principalmente as regiões em guerra e sob intervenção, o qual ao mesmo tempo se encontra no caminho de importantes transformações democráticas.

O inexorável processo de desgaste e debilitamento das ditaduras de diversas origens e o ininterrupto fortalecimento da luta pela democracia, tornam mais próximas as aspirações de progresso, paz e liberdade no continente latino-americano.

O Brasil exerce, no cone sul, um papel privilegiado. Realiza-se aqui um processo de abertura que, esperamos, se desenvolva dia-a-dia no rumo de uma efetiva ordem democrática. Desejamos que esse processo se consolide através de eleições gerais e diretas e que culmine numa Assembleia Constituinte. A medida que o Brasil se democratize, irradiará uma influência que será decisiva na solução dos problemas dos povos irmãos. O povo chileno enfrenta, em

vigorosas tomadas de protesto e sacrifício, a mais cruenta e odiosa ditadura do continente. Na Argentina, a luta de seu povo e o fracasso do regime militar, impôs o atual processo eleitoral. A Bolívia heróica vê triunfar seus sucessivos esforços pela democracia; e o Uruguai, aprofunda e intensifica a sua ofensiva pela liberdade, debilitando o poder autoritário.

Na América Central colocam-se desafios dramáticos. A revolução nicaragüense, vê-se ameaçada por uma intolerável invasão abertamente dirigida pelo governo republicano de Ronald Reagan. Rechaçada a tentativa de invasão dos mercenários somozistas, provenientes do território hondurenho, a armada norte-americana, responsável por tantas intervenções no Caribe, volta a usar estas águas como campo de manobras que de fato significam um bloqueio e uma efetiva ameaça de invasão da Nicarágua.

Mais grave ainda, utilizam-se com as mesmas intenções as bases militares norte-americanas no Panamá, violando o Tratado Torrijó-Carter e pondo em perigo a soberania do Panamá.

O Comitê para a América Latina da IS, tomou conhecimento com satisfação das propostas do governo nicaraguense com o objetivo de alcançar a paz na região.

A diplomacia latino-americana, pela primeira vez na história, liberta-se do marco pan-americano da OEA. Através da iniciativa de Contadora, reúne México, Venezuela, Panamá e Colômbia com o apoio de 17 países latino-americanos — entre os quais o Brasil dos países europeus, da Internacional Socialista e de inúmeras outras forças políticas sociais, para opor-se à intervenção na América Central, de qualquer natureza e origem, e defender o direito de sobrevivência e autodeterminação do povo nicaraguense. A iniciativa de Contadora deve estender-se à situação de El Salvador, onde se pratica o genocídio aberto contra populações civis desarmadas sob o pretexto de combater a oposição da FDR-FMLN, que vem demandando sucessivamente entendimentos de paz, apoiados pela Internacional Socialista. Na pequena ilha de Granada assistimos a pressão contra o seu Governo pelas mesmas forças conservadoras. O último golpe militar ocorrido na Guatemala não muda a situação ditatorial e repressiva que ali prevalece desde 1954, motivo pelo qual apoiamos as forças que estão lutando por um verdadeiro processo democrático nesse país. Vemos com desalento que, no Haiti e no Paraguai, velhos regimes ditatoriais se sustentam com o respaldo econômico e político externos. E reiteramos o nosso apoio ao direito à auto-determinação de Porto Rico, e, em consequência, à sua descolonização. Reafirmamos, por igual, nossa preocupação com as ações repressivas dirigidas contra líderes sindicais e representantes políticos na Guiana. Insistimos, do mesmo modo, nas apreensões expressas no Congresso de Albufera sobre a situação dos direitos humanos no Suriname, assim como, repelimos qualquer tentativa de interferências nos problemas internos deste país. Em face dessas situações e das condenáveis tentativas de transformar "Caribbean Basin Initiative" num instrumento político, é imperioso converter esta região num espaço de paz, independência e desenvolvimento econômico.

Por maiores que sejam as dificuldades internas para a implantação da democracia na região, os fatos demonstram que as pressões e intervenções externas do caráter imperialista são os sustentáculos das oligarquias locais, dos interesses nacionais e das consequentes formas de governos ditatoriais. As corporações multinacionais mostram-se cada vez mais ávidas de lucros que remetem a seus países de

origem, descapitalizando a região. Ao mesmo tempo, são incapazes de gerar empregos suficientes para absorver o crescimento da população, na medida em que adotam tecnologias sofisticadas e orientam o consumo para os produtos superfluos. Por fim, reforçam as tendências à concentração e ao monopólio e reproduzem as condições de miséria, e de subdesenvolvimento ao lado do luxo e modernização irracional, e formentam sistemas de governo excludentes das massas.

O armamentismo estimulado pelo complexo industrial-militar leva ao empobrecimento do Terceiro Mundo e desvia recursos para o avanço tecnológico civil, impedindo a reativação das economias industrializadas e a conquista de um nível satisfatório de desenvolvimento social e cultural.

Dessa forma, fundem-se num só movimento as lutas de nossos povos por realizar a soberania nacional, o desenvolvimento, a justiça social e a democracia. As realidades demonstram que o capitalismo dependente, excludente e marginalizador, é a única forma de sociedade que resulta da "modernização" neo-capitalista. Somente o socialismo democrático poderá garantir um caminho de desenvolvimento independente, justiça social e democracia a nossos países.

Por isso, o socialismo democrático cresce paulatinamente como alternativa política, social e cultural na América Latina e no Caribe. Na luta contra as ditaduras, contra as intervenções estrangeiras diretas ou indiretas, contra a miséria e o atraso, nossos povos caminham cada vez mais para uma plataforma de transformações sociais profundas expressas pelo socialismo como ideal e como movimento social concreto.

A base social desse socialismo cresceu no continente com o aumento da industrialização e da urbanização, onde largas camadas de trabalhadores manuais ou de serviços vê-se postergada e diminuída nas suas reivindicações salariais devido à sobrevivência, ao seu lado, de vastas massas de miseráveis marginalizados do emprego e da vida social e cultural. Nesse sentido, reconhece-se que somente uma política de pleno emprego, baseada na planificação racional da formação e utilização de nossos recursos humanos e naturais, poderá assegurar um futuro digno para os nossos povos.

Além de assegurar alimentação, saúde e habitação, nessa política, a educação livre e gratuita ocupa um papel fundamental, pois são os recursos humanos que constituem a base de um real desenvolvimento econômico. A crise internacional que se estende por todos os cantos do mundo exacerba essas constantes da nossa atuação sócio-econômica. O crescimento das dívidas externas do Terceiro Mundo, particularmente da América Latina e o Caribe e, especificamente, de seus países mais industrializados, ameaça a viabilidade de qualquer política de desenvolvimento. As renegociações das dívidas levam a novos e gigantescos endividamentos e juros cada vez mais escorchantes, que destinam à especulação dos banqueiros internacionais todas as nossas divisas obtidas com penosas lutas para aumentar as exportações e conter as importações. Vemo-nos assim, num gigantesco e acumulativo processo de empobrecimento, única e exclusivamente justificado pelas exigências dos banqueiros internacionais, representantes de forças conservadoras, como o FMI, que, da mesma maneira, representam seus interesses.

Faz-se, pois, absolutamente imprescindível mudar essa situação com a força e a cooperação dos países devedores que, apesar de reconhecerem a

dívida, podem ver-se obrigados a suspender o seu pagamento imediato para renegociar o seu montante, seus prazos e seus juros, com o objetivo de superar a grave crise de seus balanços de pagamento.

Alcançada essa medida de emergência, deve-se retomar as reivindicações por uma nova ordem econômica, que crie um novo marco financeiro, comercial e tecnológico no relacionamento entre os centros de poder mundial e os países periféricos e dependentes. Nesse marco, terá que ocupar posição especial a regulamentação das empresas transnacionais cuja atuação monopólica, sob a proteção de um sistema de relações internacionais a elas propício, é o elemento fundamental para a geração, manutenção e ampliação das desigualdades e injustiças no intercâmbio internacional. Estas considerações serão integradas ao trabalho do Comitê de Políticas Econômicas, estabelecido no último Congresso da IS, realizado em abril deste ano.

Nesse contexto, é auspiciosa a vitória na Europa de correntes políticas socialistas e social-democratas. Contudo, é preciso assinalar que esses partidos de base social operária devem contribuir para eliminar as visões euro-centristas, que limitam os impulsos progressistas que deveriam representar para os nossos povos.

Não se pode negar a presença crescente da Internacional Socialista na América Latina. Isto é sobretudo verdadeiro no caso da América Central, onde, ao lado dos países de Contadora e de outros governos como o brasileiro (este último adotando uma posição exemplar a favor da paz e da não-intervenção) vêm-se convertendo numa barreira decisiva ao intervencionismo e à aventura militarista suscetível de conduzir-nos ao holocausto nuclear.

Para consolidar esses avanços na direção do progresso, da democracia e da paz na América Latina, a IS deve aumentar a cooperação entre suas organizações regionais, e fortalecer os movimentos sindicais, dos seguimentos étnicos dos jovens e das mulheres. Simultaneamente deverá estreitar relações entre si dos partidos membros e amigos, ampliando os mecanismos de reunião, de imprensa e de intercâmbio.

Nesta tarefa, o Comitê Latino-americano continuará e aprofundará a defesa dos direitos humanos e a criação de uma consciência democrática socialista cada vez mais avançada e enraizada nos nossos povos e nas nossas instituições.

Sem socialismo não haverá democracia e sem democracia não haverá socialismo.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1983.

Sr. Presidente, inserindo nos Anais da Casa esta Declaração do Rio de Janeiro que, como eu disse, constitui um documento de magna importância na História Política do nosso País e de nosso Continente, creio que presto a Getúlio Vargas, o maior de nossos estadistas, homenagem à memória neste dia 24 de agosto, que marca 29 anos de seu trágico desaparecimento, motivado, como disse, pela interferência, pela campanha, pelas pressões das mesmas forças políticas e econômicas que continuam a oprimir o povo brasileiro.

O Sr. Luiz Cavalcante — V. Ex^a permite um aparte nobre Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Ouço-o, com muito prazer, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante — Eminentíssimo colega, o ponto mais controverso, talvez, dos anos de Getúlio Vargas, é o referente ao Estado Novo, ou, melhor dizendo, o episódio mais controverso é a implantação do Estado No-

vo. Trago à Casa — e já pela segunda vez, e agora com muito maior propósito, porque partido também de um ilustre e recente morto — o julgamento de Tristão de Athayde, que disse as seguintes palavras textuais em relação ao Estado Novo implantado por Vargas: "O Estado Novo errou politicamente, mas acertou socialmente". Como bem ressaltou V. Ex^a, foi no Estado Novo que a legislação trabalhista chegou à classe obreira do Brasil, graças a Getúlio Vargas. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Eu quem agradeço ao Senador. Agradeço, porque além de V. Ex^a valorizar o meu pronunciamento, V. Ex^a relembra à nossa memória e à nossa consciência um fato que teve uma decisão de Getúlio Vargas, decisão que teve efeitos negativos e efeitos positivos. Assim são os homens, e assim são os movimentos políticos feitos pelos homens. E nós, trabalhistas e socialistas de hoje, fazemos questão de não negar a nossa História.

Ao relembrar a nossa História, apontamos erros e acertos, para que dessa experiência recolhamos o que é necessário para que não se repitam os erros e renovem os acertos. A negativa da nossa História seria, a nosso juízo, algo de extremamente empobrecedor do movimento que pretendemos continuar, aquele originário da grande visão de Getúlio Vargas. Não negar a História significa reconhecer até mesmo os erros cometidos por Vargas, para que não os repitamos, para que os nossos seguidores não os repitam e procurem apenas renovar e aperfeiçoar os acertos. Eu agradeço a intervenção e a lembrança de V. Ex^a.

O Sr. Itamar Franco — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO — Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — Nobre Senador Roberto Saturnino, não poderia, no momento em que V. Ex^a relembra a morte trágica de Getúlio Vargas, deixar de me pronunciar também sobre a figura daquele grande estadista pátrio, que marcou, indelevelmente, com sua ação política a história deste País.

Particularmente, com relação à minha cidade de Juiz de Fora, Sua Excelência sempre se mostrou solícito em atender suas reivindicações, com obras relevantes para o seu desenvolvimento. Mas V. Ex^a começou o seu discurso traçando um paralelo entre pressões que Vargas sofria sobretudo aquelas pressões de ordem internacional, como o momento atual que vive o Brasil, em que as forças dos grandes monopólios internacionais, as chamadas forças que comandam o mercado livre das grandes potências, tentam esmagar particularmente a nossa economia. E vale a lembrança de V. Ex^a. Há momentos em que nós temos que voltar à nossa História, buscar os seus ensinamentos, buscar, através da meditação, da análise, do estudo, aquilo que é preciso, hoje, para que atuem no Brasil, esse Brasil que caminha rapidamente para o século XXI. Portanto, Senador Roberto Saturnino, aplaudindo as palavras de V. Ex^a e associando-me às homenagens que presta ao grande estadista, Presidente Getúlio Vargas, resta-nos a esperança de que o seu sacrifício possa, depois de 29 anos, ser entendido, e que esta Nação venha a caminhar para o seu estado democrático, para o respeito às leis e, sobretudo, que o povo brasileiro possa ser senhor dos seus destinos, que era o grande sonho do Presidente Vargas.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Muito agradeço a V. Ex^a, Senador Itamar Franco, o seu depoimento, a sua palavra de apoio a esta homenagem simples, agradeço a V. Ex^a que representa o Estado de nossas Federação que, reconhecidamente, tem o povo de maior sabedoria política em nosso País. Minas Gerais sempre foi o Estado de uma população amadurecida, sob o ponto de

vista político, que sabe distinguir os momentos em que é necessário desencadear uma reação pacífica, ordeira, porém firme, para abrir novas perspectivas no desenvolvimento histórico e político do País; Minas que foi aliada do Rio Grande do Sul no grande movimento de 1930, que foi aquele que libertou o País da dominação das velhas estruturas rurais oligárquicas que comandavam o Brasil; e Minas, que há de se juntar a todos os brasileiros que neste momento se empenham para que a evolução política e econômica do País galgue um outro patamar, aquele em que superaremos a dominação desses interesses internacionais e nacionais a eles associados, os quais impedem a participação, no progresso econômico, social e cultural do País, das grandes massas marginalizadas de nossas cidades e de nosso campo. Agradeço a participação de V. Ex^a.

E encerro, Sr. Presidente, minhas palavras de homenagem à figura de Getúlio Vargas, certo de que seus seguidores, seus admiradores haverão de dar continuidade, de dar seguimento à grande luta daquele que foi o maior de nossos estadistas, pela implantação do Trabalho, do Socialismo democrático em nosso País.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon para uma breve comunicação.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores,

Não poderia, como gaúcho, deixar também de trazer minha palavra de homenagem e de respeito à figura do grande brasileiro que foi Getúlio Vargas.

Solidarizo-me com o pronunciamento do Líder Roberto Saturnino, felicitando S. Ex^a, e na figura do Governador Leonel Brizola, realmente o grande evento do Congresso em que pela primeira vez na História deste País um partido político teve coragem de trazer do mundo inteiro representações políticas para debater, analisar e estudar os problemas da Humanidade e os problemas do nosso País.

Realmente tem razão S. Ex^a quanto à importância e significado histórico do evento. Pela "Declaração do Rio de Janeiro", que consta dos Anais desta Casa, se entende o alto significado do encontro e a seriedade das conclusões a que chegou aquele memorável encontro.

Hoje é 24 de agosto. Lembro-me, criança ainda, o Rio Grande do Sul em pé de guerra, chorando, protestando, o povo inteiro nas ruas, não querendo acreditar na morte fatídica daquele que foi o maior gaúcho de todos os tempos e, indiscutivelmente, o grande vulto deste País. Getúlio Vargas, pelo que ele representou, pelos seus acertos, pelo que ele lutou, pelas obras que ele deixou a este País, pelas idéias e pelo conteúdo da sua visão histórica, pelo que ele fez a favor de transformar este País agrícola em um país industrial, pelo que ele fez a favor dos trabalhadores que, até então, não conheciam nenhuma legislação e nenhuma proteção e tiveram, sob sua orientação, exatamente a compreensão para os seus problemas e para o seu sofrimento; Getúlio Vargas que foi para o poder através de uma Revolução, ele que espoliado tinha sido pelo mecanismo das urnas da época, Getúlio Vargas que voltou ao poder pelo voto popular, numa consagrada vitória que foi o julgamento feito pelo povo, do Norte ao Sul, levando-o à Presidência da República, em 1950 — foi o mesmo homem: lutando, denunciando as pressões internacionais, querendo tornar independente este País, lutando pela consolidação da PETROBRÁS, pela criação da ELETROBRÁS, lutando contra os monopólios, contra os avanços do capitalismo estrangeiro, contra a exploração deste País.

Diz muito bem o Líder Roberto Saturnino quando afirma que a Carta-Testamento de Getúlio Vargas, pro-

vavelmente o Documento político mais importante na História deste País, talvez fosse o Documento que pudessem ser lido, hoje, neste momento, porque estaria reproduzindo exatamente a hora que nós estamos vivendo, o momento que nós estamos vivendo, a crise que nós estamos vivendo. Exatamente neste momento, como em 1954, há 29 anos, ele denunciava as forças de opressão, ele denunciava aqueles que eram contrários a que este País fosse um país soberano, ele denunciava os lucros internacionais, os juros internacionais, proclamava as necessidades da unidade popular, no sentido de que este País não fosse escravo de interesses internacionais.

Por isso, a figura do Presidente Vargas é uma figura que devemos lembrar com amor, com carinho, com respeito, com admiração.

Parece-me que esta altura, quando o tempo passou, e quando aqueles que o acusavam, quando aqueles que o tripudiavam já deverão a esta altura ter analisado e feito um raciocínio dos acontecimentos, parece-me que hoje Vargas é a grande figura histórica deste País, e está a notejar o caminho, está a notejar o nosso futuro e, principalmente, a nossa maneira de agir, a nossa maneira de trabalhar.

Numa hora como esta, quando o Governo de certa forma se submete, exatamente, aos interesses de fora, fazendo um acordo com o Fundo Monetário Internacional, rigorosamente contrário aos interesses deste País, é a hora exatamente de se proclamar a luta, a vida do Presidente Vargas, que morreu levado ao suicídio, para salvar a sua dignidade e para não se dobrar àqueles que queriam impor a este País as normas que, infelizmente, cada dia que passa, mais estão a impor à Nação brasileira.

Em nome do meu Rio Grande do Sul que eu represento, em nome do nosso velho Partido Trabalhista Brasileiro, onde eu tive a honra de nascer para a vida pública, e posso falar em nome de Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, trago a nossa palavra de carinho, de afeto, de lembrança, de saudação à grande figura do Presidente Vargas, há vinte e nove anos levado à morte, pelas forças que hoje estão violentando, injustificando este País. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Octávio Cardoso para uma breve comunicação.

O SR. OCTÁVIO CARDOSO (PDS — RS. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No momento em que se presta homenagem a um dos brasileiros mais ilustres nascidos no Rio Grande do Sul, desejo também me manifestar, como já o fiz há poucos dias relatando um projeto que institua selo comemorativo ao centenário do Presidente Getúlio Vargas.

Hoje, com o correr do tempo, sedimentada a poeira do embate político, a figura de Getúlio Vargas surge esculpida das paixões e dos ressentimentos, permanecendo a figura do político exemplar, a figura do estadista preocupado com a soberania e a redenção nacional.

Realmente ele empolgou o Rio Grande do Sul na Revolução de 30, renovando a fisionomia política do País.

É verdade que, em algum capítulo da História, a figura de Vargas aparece sombreada, como foi o caso do Estado Novo, mas a sua eleição posterior, pela vontade do povo, a sua conduta pessoal de homem honrado e íntegro, preservaram o lugar que a História lhe destinou. (Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Málio Maia — Eunice Michiles — José Sarney — João Lúcio — João Calman — Roberto Saturnino — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Mauro Borges — Gastão Müller — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, destinada à apreciação das redações finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 19, de 1981; 10 e 14, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 754, DE 1983

Nos termos do artigo 185 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão a ser oportunamente marcada, seja dedicado a comemorar a passagem do 80º (oitogésimo) aniversário do ilustre homem público e decano do Senado, Dinarte Medeiros Mariz.

Sala das Sessões, 23 de agosto de 1983. — Virgílio Távora — Almir Pinto — Aloísio Chaves — Helvídio Nunes — João Lúcio — Itamar Franco — Humberto Lucena.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O requerimento que vem de ser lido será objeto de deliberação após a Ordem do Dia, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 755, DE 1983

Senhor Presidente,

Solicito encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, o seguinte requerimento de informações:

1) O *fac simile* da nota promissória reproduzindo na edição do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 14-8-83, em que figura como credor o Banco Central do Brasil, pelo valor de US\$ 9.984.831,40 (nove milhões novecentos e oitenta e quatro mil oitocentos e trinta e um dólares e quarenta cents), e como devedor o Bank Handlowy corresponde efetivamente a um crédito externo do Banco Central do Brasil?

2) O referido crédito é decorrente de uma operação mercantil com o país em questão? Caso afirmativo como se justifica que o Banco Central figure como credor originário? Caso contrário qual a origem do crédito?

3) A importância referida na nota promissória foi paga, no âmbito interno, a alguma entidade de direito privado? Caso afirmativo, explicitar à que título e se tal entidade responsabilizou-se legalmente no caso de não pagamento por parte do Banco Handlowy?

4) Quais, especificamente, as "... instruções de pagamento ... estipuladas antes do vencimento (entre) o Bank Handlowy e a agência de New York do Banco do Brasil?

5) O título foi resgatado pelo devedor no vencimento? Caso a resposta seja negativa explicitar quais as diligências adotadas visando a cobrança do crédito, inclusive junto à firma André et Cia. de Lausanne, Suíça, os procedimentos judiciais disponíveis bem como a possibilidade de sucesso, no caso de demanda, tendo em vista estar desnaturada a "certeza e liquidez do crédito".

6) Existem outros créditos em semelhantes condições, quer junto à Polônia quer junto a outros países? Caso afirmativo, especificar o inteiro teor dos instrumentos legais que os consubstanciam.

7) Qual o teor do Acordo de crédito Brasil—Polónia assinado em julho de 1978 entre as autoridades monetárias dos dois países bem como do protocolo, de abril de 1981, firmado entre o Ministro da Fazenda e o Vice Ministro do Comércio Exterior da Polónia, envolvendo igualmente os Bancos Centrais respectivos, e tendo por objeto a renegociação da dívida polonesa?

8) Como se justifica que a Polónia obteve ao longo dos anos créditos subsidiados no Brasil enquanto as nossas importações eram pagas à vista?

9) Qual o total dos pagamentos feitos por entidades monetárias oficiais à firma Comexport desde que passou a operar? A que título tais pagamentos foram efetuados? Que garantias foram fornecidas?

10) Fornecer cópia de todos os atos jurídicos consubstanciados as condições do intercâmbio económico comercial e financeiro entre o Brasil e a Polónia a partir de 1950?

11) Foram fornecidos à Polónia recursos financeiros para a exploração de enxofre? Caso afirmativo especificar o respectivo montante, as condições estipuladas, inclusive quanto ao resgate, os mecanismos de controle da aplicação dos recursos, o volume de importação e preço do enxofre adquirido com base no referido pacto.

12) Qual a origem dos recursos alocados à Polónia para o fim especificado no item anterior? Fornecer cópia do instrumento contratual.

13) Foi o Banco, Handlowy notificado para optar, dentre as modalidades de pagamento previstas na nota promissória, por uma delas?

14) Fornecer, a partir de 30-6-82, o extrato do "clearing account" mantido pelo Banco Handlowy com o Banco Central do Brasil e/ou agência do Banco do Brasil em New York?

Justificação

Soma-se à alarmante situação de nossas contas com o exterior mais uma preocupação, qual seja a notícia veiculada pela imprensa paulista no domingo passado segundo a qual os créditos brasileiros junto ao Governo da Polónia são praticamente incobráveis.

Os fatos narrados são de tal gravidade que demandam pronta elucidação, sendo para tanto necessário o fornecimento dos documentos pertinentes de sorte a apurar responsabilidade, se for o caso.

As revelações vindas a lume corroboram posição de longa data por nós esposada quanto ao problema do endividamento financeiro com o exterior. É absolutamente imprescindível que os setores responsáveis pela vida pública deste país, notadamente aqueles que têm o indeclinável dever de fiscalização, como é o caso dos integrantes do Congresso Nacional, assumam efetivamente o exercício de sua missão constitucional.

A solicitação que ora fazemos prende-se ao fato de encontrar-se em tramitação o Projeto de Lei nº 84, de 1982, que "submete à aprovação do Senado Federal os contratos visando a obtenção de empréstimos internacionais".

Sala das Sessões, 17 de agosto de 1983. — Itamar Franco.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Serão requeridas as informações solicitadas.

Sobre a mesa, projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96, DE 1983

Dispõe sobre o credenciamento de entidades junto à Mesa.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os órgãos representativos de classe, de grau superior, de empregados e empregadores, de profissionais liberais e de funcionários públicos poderão, oficialmente, credenciar representantes junto à Mesa, para o fim de prestar esclarecimentos ou sugestões sobre matéria relativa aos interesses que representam.

§ 1º Haverá, apenas, um representante por entidade, que será responsável, perante o Senado, pelas informações e opiniões que emitir.

§ 2º Caberá aos representantes:

I — fornecer subsídios, em nível técnico e de caráter exclusivamente documental, informativo e ilustrativo, ao Relator, aos membros das Comissões e aos órgãos de assessoramento legislativo;

II — comparecer às reuniões das Comissões, mediante convite, para emitir opinião, de natureza técnica, sobre proposições ou matérias de interesse da entidade.

§ 3º O credenciamento de que trata esta Resolução será exercido sem ônus para o Senado.

Art. 2º O 1º-Secretário expedirá as credenciais para acesso dos representantes às dependências do Senado, excluídas as privativas dos Senadores.

Art. 3º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

E de fundamental importância para as Casas do Congresso manter estreito relacionamento com as entidades e órgãos que integram a chamada sociedade civil brasileira. Isso é tanto mais significativo quanto se sabe que uma verdadeira democracia somente se realiza onde existe uma adequada participação da comunidade nas grandes decisões nacionais, decorrendo, então, a necessidade de ouvir e auscultar aquilo a que Tocqueville denominou, com propriedade, de "instituições intermediárias".

Tal procedimento se torna imprescindível no exame de proposições, em que a audiência de órgãos representativos de categorias económicas de empregados, profissionais liberais, funcionários públicos, pode trazer valiosos subsídios ao esclarecimento das matérias. Esclarecimentos, estes, prestados diretamente aos Relatores, membros de Comissão e órgãos de assessoramento, com vistas a um adequado equacionamento e definição do assunto em debate.

Preenchendo lacuna Regimental, cuida o projeto de institucionalizar, disciplinando, meio e forma de exercer aquela colaboração, de todo necessária e imprescindível.

Inspira-se, a proposição, em instituto existente em outras Casas Legislativas — inclusive nos Estados Unidos da América —, de igual forma, já consagrado no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com as inovações que entendemos oportunas.

É o caso, por exemplo, da inclusão do órgão representativo do funcionalismo público no elenco dos que se podem credenciar junto à Mesa para a prestação de subsídios e informações.

E, ainda, da elasticidade que se empresta à extensão daquela atividade, não mais restrita ao só fornecimento de subsídios de caráter documental ou informativo, mas também opinativo, ainda que a nível exclusivamente técnico.

Pelas razões expostas creio ser indubitoso que, contando com o apoio dos eminentes colegas, venha a proposição em apreço a se converter em norma regimental, propiciando, dessa maneira, ao Senado Federal melhor cumprir a sua função permanente e específica de representar os interesses da Federação e de expressar os sentimentos da nacionalidade.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1983. — Marco Maciel.

Às Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1983 (nº 10/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a criação e extinção de cargos na secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 683 e 684, de 1983, das Comissões:

- de Serviço Público Civil; e
- de Finanças.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão anterior, tendo a votação sido adiada por falta de "quorum".

Nos termos do inciso II do art. 322 do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo nominal.

Tendo havido, entretanto, acordo entre as Lideranças, a matéria foi aprovada, em primeiro turno, simbolicamente. Assim, em consonância com aquela decisão, a Presidência irá submeter o projeto ao Plenário, em segundo turno, pelo mesmo processo.

Em votação o projeto, em segundo turno.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 1983 (Nº 10/83, na Casa de origem)

De iniciativa do Sr. Presidente da República

Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho, os seguintes cargos:

I — no Grupo de Atividades de Apoio Judiciário, código TST-AJ-020, 180 (cento e oitenta) de Auxiliar Judi-

ciário, TST-AJ-023; 20 (vinte) de Agente de Segurança Judiciária, TST-AJ-024; 54 (cinquenta e quatro) de Atendente Judiciário; TST-AJ-025; e 15 (quinze) de Taquígrafo Auxiliar, TST-AJ-026;

II — no Grupo Outras Atividades de Nível Superior, código TST-NS-900, 4 (quatro) de Contador; TST-NS-924; 1 (um) de Médico, TST-NS-901; e 2 (dois) de Odontólogo, TST-NS-909;

III — no Grupo outras Atividades de Nível Médio, código TST-NM-1000, 2 (dois) de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, TST-NM-1006; e 2 (dois) de Telefonistas, TST-NM-1044;

IV — no Grupo Artesanato, código TST-ART-700, 3 (três) de Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, TST-ART-701; e 2 (dois) de Artífice de Artes Gráficas, TST-ART-706.

§ 1º A escala de vencimentos e as respectivas referências dos cargos de Taquígrafo Auxiliar, código TST-AJ-026, será a constante do anexo III do Decreto-lei nº 1.902, de 22 de dezembro de 1981, na forma do anexo único a esta lei.

§ 2º Os cargos a que se refere este artigo serão escalonados pelas classes das respectivas Categorias Funcionais, de acordo com a lotação fixada, observados os critérios legais e regulamentares vigentes.

Art. 2º Ficam extintos 98 (noventa e oito) cargos de Datilógrafo, código TST-SA-802 e 29 (vinte e nove) de Agente de Portaria, código TST-TP-1202, à partir da classe inicial, à medida que forem vagando.

Parágrafo único: O preenchimento de 98 (noventa e oito) cargos de Auxiliar Judiciário, código TST-AJ-023 e de 29 (vinte e nove) cargos de Atendente Judiciário, código TST-AJ-025, criados pelo artigo anterior, fica vinculado à extinção dos cargos de Datilógrafo, TST-SA-802 e de Agente de Portaria, TST-TP-1202, respectivamente.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO ÚNICO

(§ 1º do art. 1º da Lei nº de de de 198)

Grupo	Categoria Funcional	Nº	Código	Classe	Referência
Atividades de Apoio Judiciário, TST-AJ-020	Taquígrafo Auxiliar	15	TST-AJ-026	Especial B A	NM-32 a 33 NM-28 a 31 NM-24 a 27

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 222, de 1981 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.278, de 1981), que autoriza o Governo do Estado do Pará a elevar em Cr\$ 139.427.700,00 (cento e trinta e nove milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 1.279, de 1981, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com voto vencido do Senador Hugo Ramos.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

E o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 222, DE 1981

Autoriza o Governo do Estado do Pará a elevar em Cr\$ 139.427.700,00 (cento e trinta e nove milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado do Pará, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a elevar em Cr\$ 139.427.700,00 (cento e trinta e nove milhões, quatrocentos e vinte e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de agente financeiro do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à construção de 7 (sete) escolas de 1º e 2º graus nos Municípios de Tucuruí e Marabá, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 3:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 89, de 1983 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 677, de 1983), que autoriza a Prefeitura Municipal de Taguatinga (GO) a elevar em Cr\$ 7.754.525,57 (sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco cruzeiros e cinquenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 678 e 679, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

E o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 89, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Taguatinga (GO) a elevar em Cr\$ 7.754.525,57 (sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco cruzeiros e cinquenta e sete centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Taguatinga, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar o montante de sua dívida consolidada interna em Cr\$ 7.754.525,57 (sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e vinte e cinco cruzeiros e cinquenta e sete centavos), "correspondentes a 4.367,0 ORTNs, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.775,71, vigente em maio de 1982, a fim de que possa contratar um empréstimo de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinado à implantação de meios-fios, sarjetas e galerias de águas pluviais, no Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 4:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 90, de 1983 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 680, de 1983, com voto vencido do Senador Affonso Camargo, e voto vencido, em separados do Senador José Fragelli), que autoriza a Prefeitura Municipal de Jateí (MS), a elevar em Cr\$ 22.829.700,00 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 681 e 682, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade jurídica, e

— de **Municípios**, favorável.

Em votação o projeto, em turno único.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conserva-se como estão. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

E o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 90, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Jateí (MS), a elevar em Cr\$ 22.829.700,00 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Jateí, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 22.829.700,00 (vinte e dois milhões, oitocentos e vinte e nove mil, e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de galerias de águas pluviais, guias e meios-fios, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 5:

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 92, de 1983 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 715, de 1983, com voto vencido do Senador Affonso Camargo e voto vencido, em separado, do Senador José Fragelli), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso (MS) a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 716 e 717, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Municípios**, favorável.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

E o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 92, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso (MS), a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a elevar em Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar uma operação de crédito de igual valor, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à implantação de guias, sarjetas e galerias pluviais em ruas do Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 36, de 1981 (nº 99/81, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou emissões adicionais de papel-moeda em 1980, até o limite de Cr\$ 70.000.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros), na forma da legislação em vigor, tendo

PARECERES, sob nºs 322 a 326, de 1983, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: favorável, com voto vencido do Senador Orestes Quêrcia; 2º pronunciamento: ratificando seu parecer anterior;

— de **Economia**, Favorável; e

— de **Finanças** — 1º pronunciamento: solicitando o reexame da Comissão de Constituição e Justiça; 2º pronunciamento: favorável.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 752, de 1983, de autoria do Senador Itamar Franco, de adiamento da discussão para a sessão de 14 de setembro do corrente ano.)

Em votação o requerimento de que depende a matéria.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria sai da Ordem do Dia para a ela retornar na data fixada.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Esgotadas as matérias da Ordem do Dia.

Passa-se à votação do Requerimento nº 754/83, lido no Expediente.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Presidência marcará, oportunamente, a data para a realização da homenagem solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon, por cessão do Senador Lenoir Vargas.

O SR. JOÃO CALMON PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Nos dias 11 a 13 de abril último realizou-se, nesta Capital, o IV Encontro Nacional dos Trabalhadores das Empresas Estatais, que decidiram enviar ao Presidente João Figueiredo um documento, contendo as principais reivindicações da classe, além dos aspectos que lhes pareciam dignos de reparo da atual política econômica e financeira.

Assinalaram, de início, que os cortes indiscriminados e amplos nos orçamentos das empresas estatais, além da maxidesmoralização do cruzeiro e de alguns itens do acordo com o FMI, "abalarão a saúde financeira dessas empresas e ameaçam seu futuro".

Agravam a situação "diversos dispositivos legais destinados a comprimir discriminatoriamente os salários de seus empregados", justamente quando recrudescem "a antiga, perigosa e antipatriótica orquestração de poderosos grupos interessados na desmoralização dessas empresas, com vistas a supostas "privatizações", que têm levado, embutidos, novos subsídios e privilégios a grupos privados".

Agrava-se o problema quando se sabe do papel das empresas estatais na promoção do desenvolvimento nacional, responsáveis por 45% dos empregos diretos e indiretos no País, sustentáculo do nosso processo de industrialização, formando recursos humanos e materiais para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Deve-se, antes de tudo, preservar a saúde e a solidez das empresas estatais, para não prejudicar toda a indústria de base e de ponta, nem os serviços essenciais, que estão ameaçados.

Atualmente, as empresas estatais estão em dificuldades, tanto em vista da instabilidade e adversidade da crise mundial como em decorrência de erros cometidos no planejamento de grandes projetos e uma política artificial de custos e de preços, praticada durante anos.

Mas as distorções e abusos da administração devem ser apurados e sanados, sem prejuízo de um valioso patrimônio "que não vem sendo convenientemente utilizado na busca de soluções para as dificuldades do presente, e, mesmo, na identificação de distorções e na própria gestão das empresas a que estão ligadas.

"A rotatividade sistemática do quadro de pessoal" — diz o documento — "de inúmeras empresas privadas com o objetivo de aviltar os salários, são práticas típicas do capitalismo selvagem, repelidas pelo próprio empresariado civilizado de todo o Mundo. Essas práticas conduzem a situações que não podem servir de paradigma na comparação com o tratamento dado aos empregados das estatais bem administradas. Práticas condenáveis e até mesmo socialmente criminosas devem ser combatidas. Nunca apontadas como modelo."

Indicando a origem dos ataques às estatais, frisa o documento que eles partem de setores abastados e poderosos, privilegiados por inúmeras distorções.

Antes de concluir, assinalam os trabalhadores das empresas estatais:

"Diante do exposto, e considerando a magnitude dos problemas aqui apontados, assumimos perante Vossa Excelência, e publicamente, o compromisso de colocar o melhor de nossos esforços e de nossa

capacidade a serviço desse imenso patrimônio constituído por nossas estatais. Mais que isso, por decisão unânime do nosso IV Encontro, entendemos ser este o momento para o início de entendimentos no mais alto nível entre os funcionários das estatais e os gestores das políticas econômica e salarial, para um debate franco, direto e produtivo acerca das questões que nos intranquilizam e que não julgamos próprio detalhar nesta oportunidade."

Ao registrar, nos Anais desta Casa, o resumo desse importante documento, esperamos que o Senhor Presidente da República possa ouvir os representantes dos trabalhadores das empresas estatais, parabenizando-os pelo seu magnífico Encontro Nacional em Brasília.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller.

O SR. GASTÃO MÜLLER (PMDB — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Recebi da "Associação dos Produtores Rurais do Médio Araguaia", com sede em Barra do Garças, Mato Grosso, cópia de uma carta enviada, faz poucos dias, ao digno General Danilo Venturini, Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários.

A referida missiva, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a APRA (Associação dos Produtores Rurais do Médio Araguaia), subscrita pelos Srs. Jovelino Dallabrida — Presidente e Sidney V. Bitencourt — Secretário-Geral, faz-se um histórico da situação dos agricultores da Região da Grande Barra do Garças desde o início da colonização na década de 70 até os nossos dias. Nesta década de 80, no entanto, nota-se um lamentável colapso da produção agrícola da região, em decorrência do empobrecimento do solo, de sérios problemas fundiários e principalmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da ausência quase total do Poder Público na assistência aos agricultores.

Carecem aqueles agricultores de um tratamento especial, por parte, por exemplo, do Banco do Brasil, necessita-se da presença física mesma de técnicos do Ministério da Agricultura e órgãos correlatos, enfim, é preciso que se cumpra com a palavra, a começar do Senhor Presidente da República, que não foi, indiscutivelmente, concretizada no caso da promessa de recursos destinados ao PROCOL.

Leio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que conste dos Anais, o documento citado, paralelamente, ao meu apelo pessoal e de mato-grossense para que o eficiente e dinâmico Ministro Danilo Venturini providencie, dentro do possível, medidas que venham de fato beneficiar os heróicos agricultores de Mato Grosso, da área intitulada "Região da Grande Barra do Garças".

Barra do Garças — MT, 4 de agosto de 1983.

Imº Sr.

Gen. Danilo Venturini

MD. Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários

Brasília — DF

Senhor Ministro,

Entendendo que o assunto a ser abordado enquadra-se na alçada desse Ministério, passamos a expor os problemas que vêm ocorrendo no Leste Mato-grossense, também denominada Região da Grande Barra do Garças.

No início da década de 70, através de incentivos do Programa de Redistribuição de terras e de Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PRO-TERRA), que incluía financiamentos fundiários

destinados a projetos ou programas de colonização e de reforma agrária, agricultores de minifúndio do sul do País, principalmente do Estado do Rio Grande do Sul, foram atraídos para o Leste Mato-grossense, na ocupação de imensas áreas de cerrados até então improdutivas, transformando-as produtivas, através principalmente dos projetos de colonização.

Os primeiros agricultores foram assentados em 1972, no projeto pioneiro denominado Canarana. O período de colonização desenvolvido na região pelo crédito fundiário foi de 1972 a 1978, quando foram implantados 28 projetos, com assentamentos de 1.000 famílias de colonos de origem minifundiária. Estes projetos atraíram investidores nas regiões circunvizinhas, resultando uma área total de plantio de 270 mil hectares de arroz na safra 1979/80, com uma produção de 5,4 milhões de sacas, representando 3,5% da produção Nacional. Ainda em 1980, foram criados três novos Municípios desmembrados de Barra do Garças (Nova Xavantina, Água Boa e Canarana), sendo que os dois últimos tiveram origem a partir das agrovilas dos projetos de colonização.

Os resultados da produção foram plenamente satisfatórios até 1980, correspondendo aos investimentos realizados. Porém, o cultivo do arroz de sequeiro em áreas de cerrado só é possível por dois ou três anos consecutivos e a partir de então, torna-se necessária a recuperação do solo utilizando calcário e práticas de rotação de culturas (soja, milho, gergelim, sorgo, etc.).

Cientes do problema, já em 1879 foram solicitados recursos para correção do solo, objetivando evitar que o agricultor tivesse de abandonar as áreas cultivadas, em busca de abertura de novas áreas, sob forma de arrendamento nas grandes prioridades da região. Nos últimos três anos foram intensificadas as reivindicações junto aos órgãos competentes visando uma definitiva solução. Todo o esforço foi praticamente em vão. Dos 700 mil hectares desbravados, hoje apenas cerca de 35 mil foram corrigidos, ou seja, 5% do total. Cerca de 270 mil hectares de áreas cultivadas encontram-se, abandonadas, principalmente nos projetos de colonização. Diante da difícil situação, os produtores começaram a vender suas terras, configurando-se o remembramento dos lotes colonizados, colocados em risco os objetivos da Reforma Agrária.

Praticamente esgotadas as negociações com os órgãos competentes, um agricultor teve a idéia de encaminhar uma carta pessoal a sua Exª o Presidente da República, João Figueiredo, em meados de 1982, quando foi lançado o Programa "O Povo e o Presidente". Diante da gravidade do problema, o Presidente João Figueiredo, sabiamente anunciava definitiva solução destinando recursos do PROCOL, cujo montante foi fixado pelo DMN em 31-8-82, no valor de 7,2 bilhões de cruzeiros. Acontece que estes recursos não chegaram ao agricultor. Uma reportagem do *Globo Rural*, apresentada em 15 de maio de 1983, denunciou e retratou o verdadeiro problema.

Nos dias 2 e 3 de junho próximo passado recebemos a visita da Comissão de Agricultura da Câmara Federal para verificar *in loco* a gravidade da situação. Na oportunidade foi entregue a cada membro da comissão o documentário anexo, elaborado pela APRA, Cooperativa, Sindicatos Rurais e Associações de classes. O assunto foi discutido em plenário com a participação dos Deputados, Agricultores, Autoridades Federais, estaduais e Municipais, gerando uma expectativa de solução que até o momento não se concretizou.

Diante dos flagelos causados pela seca do Nordeste e as inundações no Sul, concluímos que obviamente irão ocorrer reduções na produção agropecuária, dificultando o suprimento interno. Um País quase essencialmente agrícola não pode submeter-se a pesadas importações de alimentos. Justamente neste momento estão sendo impostos maiores sacrifícios ao setor, com escassez do crédito e elevação das taxas de juros. A solução rápida e eficaz é investir no cerrado do Centro-Oeste, onde os riscos de frustrações são menores do que o Nordeste e Sul do País.

Para que o Leste Mato-grossense contribua rapidamente com o aumento da produção, necessita principalmente recursos para recuperação do solo, na ordem de 50 mil hectares anuais, até atingir uma área recuperada de 200 mil hectares próprios para a agricultura e hoje em completo abandono. O custo atual para correção com calcário é da ordem de Cr\$ 70 mil o hectare. É importante que os recursos sejam suficientes e as taxas de juros não superior a 35% a.a. Outro fator que consideramos essencial, é o acompanhamento dos recursos destinados, para que não se repita o ocorrido no caso dos recursos anunciados pelo Presidente João Figueiredo.

Recentemente através da Resolução Nº827, de 9-6-83 do Banco Central do Brasil, ficou estabelecido que nos Municípios atingidos pela estiagem nas áreas da SUDAM e SUDENE permaneceriam as taxas de juros anteriores a referida Resolução, enquanto perdurar a adversidade climática. No entanto, já é tida como certa a frustração da próxima safra no Nordeste, razão pela qual questiona-se o retorno do capital a ser aplicado e a produção a ser obtida. Sugere-se que estes recursos sejam aplicados no Centro-Oeste, onde haverá retorno do capital e produção, e esta mesma produção seja remetida para alimentar os nossos irmãos nordestinos.

Colocamo-nos ao vosso inteiro dispor para os esclarecimentos que V. Exª julgar convenientes, ao mesmo tempo em que acreditamos nas medidas que certamente serão adotadas para que possamos contribuir decisivamente com a produção nacional.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar os protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente, — Jovelino Dallabrida, Presidente em Exercício — Sidney V. Bitencourt, Secretário Geral.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a extraordinária de hoje às 18 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 730, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1981 (nº 90, de 1981, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 731, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1982

(nº 131/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre transportes marítimos, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.

3

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 732, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1982 (nº 123/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Brasília, a 5 de novembro de 1981.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos)

**Ata da 134ª Sessão,
em 24 de agosto de 1983**
**1ª Sessão Legislativa Ordinária
da 47ª Legislatura
—EXTRAORDINÁRIA—**
Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Claudionar Roriz — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Albano Franco — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Affonso Camargo — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

E lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 746, DE 1983
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 228, de 1981.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 228, de 1981, que autoriza a Prefeitura Mu-

nicipal de Deodápolis (MS) a elevar em Cr\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1983. — **Lomanto Júnior, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — João Lobo.**

ANEXO AO PARECER Nº 746, DE 1983

Redação final do Projeto de Resolução nº 228, de 1981.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de 9 (nove) escolas rurais, naquele município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 747, DE 1983
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 88, de 1983.

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 88, de 1983, que autoriza a Prefeitura Municipal de Arapoema (GO) a elevar em Cr\$ 8.685.149,40 (oito milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e nove cruzeiros e quarenta centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1983. — **Aderbal Jurema, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — João Lobo.**

ANEXO AO PARECER Nº 747, DE 1983

Redação final do Projeto de Resolução nº 88, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Arapoema, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 8.685.149,40 (oito milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e nove cruzeiros e quarenta centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Arapoema, Estado de Goiás, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 8.685.149,40 (oito milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e nove cruzeiros e quarenta centavos).

vos), correspondentes a 4.636,11 ORTNs, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.873,37 (um mil, oitocentos e setenta e três cruzeiros e trinta e sete centavos), vigente em junho/82, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de galerias pluviais, meios-fios e uma lavanderia pública, na sede do Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 748, DE 1983
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1983.

Relator: Senador João Lobo

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1983, que autoriza a Prefeitura Municipal de João Pinheiro (MG) a elevar em Cr\$ 6.837.402,79 (seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dois cruzeiros e setenta e nove centavos) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1983. — **Aderbal Jurema, Presidente — João Lobo, Relator — Saldanha Derzi.**

ANEXO AO PARECER Nº 748, DE 1983

Redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 6.837.402,79 (seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dois cruzeiros e setenta e nove centavos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 6.837.402,79, (seis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, quatrocentos e dois cruzeiros e setenta e nove centavos), correspondentes a 4.062,29 ORTNs, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 1.683,14 (um mil, seiscentos e oitenta e três cruzeiros e quatorze centavos), vigente em abril/82, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de uma creche na sede do Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 749, DE 1983
Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1983.

Relator: Senador João Lobo

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1983, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Alegre (SC) a elevar em Cr\$

7.536.627,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e sete cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1983 — Aderbal Jurema, Presidente — João Lobo, Relator — Saldanha Derzi.

ANEXO AO PARECER Nº 749, DE 1983

Redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1983.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, _____, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1983

Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 7.536.627,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e sete cruzeiros).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 7.536.627,00 (sete milhões, quinhentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte e sete cruzeiros), correspondentes a 3.142,16 ORTNs, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 2.398,55 (dois mil, trezentos e noventa e oito cruzeiros e cinquenta e cinco centavos), vigente em outubro/82, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à aquisição de equipamentos para coleta de lixo urbano, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 750, DE 1983 Da Comissão de Redação

Redação do vencido para o turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1981 (nº 75/80, na Câmara dos Deputados).

Relator: Senador Saldanha Derzi

A Comissão apresenta a redação do vencido para o turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1981 (nº 75/80, na Câmara dos Deputados), que homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, no ano de 1979, no valor global de Cr\$ 50.000.000.000,00 (cinquenta bilhões de cruzeiros), na forma do que dispõe o inciso I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1983. — Aderbal Jurema, Presidente — Saldanha Derzi, Relator — João Lobo.

ANEXO AO PARECER Nº 750, DE 1983

Redação do vencido para o turno suplementar do substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1981 (nº 75/80, na Câmara dos Deputados). Homologa o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda, em 1979, no valor global de Cr\$ 37.734.500.000,00 (trinta e sete bilhões, setecentos e trinta e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), na forma da legislação em vigor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É homologado o ato do Conselho Monetário Nacional que autorizou a emissão de papel-moeda,

no exercício de 1979, no valor global de Cr\$ 37.734.500.000,00 (trinta e sete bilhões, setecentos e trinta e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), na forma do que dispõe o inciso I do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e em atendimento à solicitação e razões constantes da Mensagem nº 613, de 26 de dezembro de 1979, do Poder Executivo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 730, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1981 (nº 90, de 1981, na Câmara dos Deputados), que aprova o Texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1981 (nº 90/81, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1983

Aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia concluído em Bogotá, a 12 de março de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 731, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1982 (nº 131/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Transportes Marítimos, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1982 (nº 131/82, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1983

Aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Transportes Marítimos, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Transportes Marítimos, concluído em Brasília, a 9 de fevereiro de 1982.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 732, de 1983), do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1982 (nº 123/82, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Brasília, a 5 de novembro de 1981.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Encerrada a discussão, a redação final é considerada definitivamente aprovada, nos termos do art. 359 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1982 (nº 123/82, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 1983

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Brasília, a 5 de novembro de 1981.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação Econômica e Industrial, celebrado em Brasília, a 5 de novembro de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1983 (nº 5.816/81, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de Economista Doméstico, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 707 a 709 e 743 a 745, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento: favorável às emendas de Plenário, com subemenda que oferece à de nº 2;

— de Educação e Cultura, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável às emendas de Plenário e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça; e

— de Legislação Social, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável às emendas de Plenário e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 750, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, solicitando, nos termos do art. 367 do Regimento Interno, o desarquivamento do Projeto de Resolução nº 100, de 1982, que autoriza a Prefeitura Municipal de Cavalcante (GO) a elevar em Cr\$ 11.290.000,00 (onze milhões, duzentos e noventa mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

3

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1981 (nº 2.031/79, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 649 do Código de Processo Civil, para tornar impenhorável o imóvel hipotecado ao Sistema Financeiro de Habitação, tendo

PARECER, sob nº 518, de 1983, da Comissão

— de Redação, oferecendo a redação do vencido.

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1982 (nº 2.340/79, na Casa de origem), que institui o tombamento das estações terminais da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em Porto Velho e Guajará-Mirim, e determina outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 705 e 706, de 1983, das Comissões:

— de Educação e Cultura, favorável, com emendas que apresenta de nºs 1 e 2 — CEC; e

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável ao Projeto e às emendas da Comissão de Educação e Cultura.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 149, de 1982 (nº 3.293/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a impressão de legenda no volante da Loteira Esportiva Federal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 704, de 1983, da Comissão

— de Educação e Cultura.

6

Discussão, em turno único, (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 1981 — Complementar, de autoria do Senador Orestes Quércia, isentando o prédio que seja sede própria de sindicato do Imposto Predial e Territorial Urbano, tendo

PARECER, sob nº 686, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. OCTAVIO CARDOSO NA SESSÃO DE 23-8-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. OCTAVIO CARDOSO (PDS — RS. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Causou a melhor impressão a visita que fez, na segunda quinzena de julho ao Rio Grande do Sul, o Presidente Aureliano Chaves, acompanhado de dez Ministros de Estado. Sua Excelência determinou estudo prévio dos problemas que deveria resolver no Rio Grande do Sul e selecionou as providências que entendeu adequadas para aquela emergência. Disse mesmo que compreendia que a União não estava fazendo tudo quanto o Estado do Rio Grande do Sul necessitava e desejava numa situação de emergência, mas era o que podia fazer.

Os Ministros, uma a um, foram anunciando as providências das suas respectivas Pastas. O Governador Jair Soares que certamente se preparava para um pedido ao redor de 50 ou 60 bilhões de cruzeiros, para a recuperação dos danos nas rodovias, escolas, unidades sanitárias, pontes e outras obras de infra-estrutura do Estado, em face da exposição do Presidente e de seus Ministros certamente limitou-se a reduzir ou não formular o seu pedido. E o Governo da União anunciou recursos da ordem de 13,9 bilhões de cruzeiros para a recuperação do Rio Grande do Sul que estava e está vivendo uma situação de grande calamidade, de grande aflição, com chuvas frequentes e sem possibilidade de recuperação da nossa economia, nem do retorno do nosso povo às suas casas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, passados já quase 30 dias dessa visita, parece que nova calamidade se abate sobre nós: a da burocracia. Apenas 1 bilhão e 700 milhões de cruzeiros foi liberado e o restante não chegou ao Rio Grande do Sul.

O gado, como notícia a imprensa, morre aos milhares, nos campos, por falta de pastos; as terras para as lavouras de verão do arroz e de milho, não podem ser preparadas pela morosidade dos financiamentos e dos recursos ainda não liberadas.

O Estado do Rio Grande do Sul compreende a situação aflitiva em que vive o seu vizinho, o Estado de Santa Catarina, certamente mais prejudicado pela enchente; compreende a situação penosa dos nossos irmãos nordestinos, onde mais de um milhão de pessoas estão dependendo de míngua recursos das frentes de trabalho. Mas temos que apelar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que a União agilize os recursos, para que as fontes produtivas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e Paraná sejam reativadas para que se recuperem aqueles Estados produtores de alimentos e que nesta hora estão paralisados à míngua de recursos.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 23-8-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, eu não compreendi bem a posição do nobre Senador Itamar Franco quanto a sua reclamação a respeito da posição do PDS na apreciação do seu requerimento. Não sei. Certamente S. Exª esperava que nós concordássemos e que simplesmente adiassemos a votação da matéria.

Ora, Sr. Presidente, não houve qualquer entendimento entre S. Exª, pelo menos que eu conheça e de qualquer membro do PDS.

Além do mais, trata-se de um processo de rotina ainda referente à medida adotada pelo Conselho Monetário Nacional ainda em 1980.

Não cabe, portanto, Sr. Presidente, qualquer crítica à nossa posição e estamos votando livre e conscientemente.

Era só o que eu queria dizer.

ATA DA 8ª SESSÃO,

REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1983

(Publicada no DCN — Seção II — de 1º-6-83)

Retificação

Na página 2109, 3ª coluna, no item nº 8 da Ordem do Dia, onde se lê:

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1982
(nº 63/79, na Casa de origem)

Altera dispositivo do Código Civil Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 134 do Código Civil Brasileiro passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 134.

I —

II — Nos contratos constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis de valor superior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), excetuado o penhor agrícola.

Parágrafo único. O valor previsto no inciso II deste artigo será reajustado em janeiro de cada ano, em função da variação nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN (Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977.)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário. Leia-se:

E o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1982
(Nº 63/79, na Casa de origem)

Altera dispositivos do Código Civil Brasileiro.

Art. 1º O art. 134 do Código Civil Brasileiro, altera-se pela Lei nº 6.952, de 6 de novembro de 1981, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 134.

I —

II — Nos contratos constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis de valor superior a Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), excetuado o penhor agrícola.

- § 1º
 § 2º
 § 3º
 § 4º
 § 5º

§ 6º O valor previsto no inciso II deste artigo será reajustado em janeiro de cada ano, em função da variação nominal das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN (Lei nº 6.423, de 17 de junho de 1977)".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS

3ª reunião, realizada em 12 de abril de 1983.

As dez horas do dia doze de abril de mil novecentos e oitenta e três, na sala de reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores Alberto Silva, Presidente, Marco Maciel, Gabriel Hermes e Fábio Lucena, reúne-se a Comissão de Assuntos Regionais.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Lins, Albano Franco e Carlos Chiarelli.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senador Gabriel Hermes, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 92/82 — que "Autoriza o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, a doar o imóvel que menciona". Não há debates e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

4ª reunião, realizada
em 29 de junho de 1983. (Extraordinária)

As dez horas do dia vinte e nove de julho de mil novecentos e oitenta e três, na sala de reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores Alberto Silva, Presidente, José Lins, Carlos Chiarelli e Mário Maia, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Assuntos Regionais.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Marco Maciel, Gabriel Hermes, Albano Franco e Fábio Lucena.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Mário Maia que emite parecer favorável ao Projeto De Lei da Câmara nº 92, de 1983 — que "Autoriza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, autarquia vinculada ao Ministério do Interior, a doar o imóvel que menciona, situado no Município de Cariús, no Estado do Ceará". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos Guilherme Fonseca, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

7ª reunião, realizada 17 de maio de 1983.

As dez horas do dia dezessete de maio de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reunião da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, comparecem os Senhores Senadores Alexandre Costa, Presidente, Saldanha Derzi e Gastão Müller, para a reunião da Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Lourival Baptista, Murilo Badaró, Guilherme Palmeira, Benedito Ferreira, Marcondes Gadelha, Jutahy Magalhães, Mauro Borges e Alfredo Campos.

Não havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Alexandre Costa, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior.

Em seguida, suspende a realização desta reunião e determina ao secretário, que convoque a próxima para o dia sete de junho de 1983, às 10:00 horas, com a mesma pauta da reunião de hoje, que não se realizou por falta de quorum.

Nada mais havendo a tratar, para contar, eu Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, por determinação do Senhor Presidente, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será por Sua Excelência assinada.

8ª reunião, realizada em 26 de junho de 1983.

As dez horas do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e oitenta, sob a Presidência do Senhor Senador Lázaro Barboza e a presença dos Senhores Senadores Saldanha Derzi, Itamar Franco, Passos Pôrto, José Guimard, José Sarney, Moacyr Dalla, Affonso Camargo, Adalberto Sena e Henrique Santillo, na Sala de Reunião do anexo "B", reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Martins Filho, Murilo Badaró e José Caixeta.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como aprovada.

Ao constatar a existência de número regimental, o Senhor Presidente inicia os trabalhos, e, comunica aos seus pares que a presente reunião se destina à apreciar o item 1 (um) da pauta, o Projeto de Lei do Senado nº 303/79-DF, que "institui a Taxa de Limpeza Pública no Distrito Federal e dá outras providências. O Relator da matéria, o Senhor Senador Itamar Franco, na reunião do dia 22-5-80 apresentou parecer pela rejeição do projeto; em discussão o parecer, a presidência concedeu vista conjunta ao Senhores Senadores Murilo Badaró e Saldanha Derzi. Prestados os esclarecimentos necessários, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Murilo Badaró, que apresenta VOTO EM SEPARADO, favorável ao Projeto, com 2 (duas) Emendas; e o Senador Saldanha Derzi manifesta-se de acordo com a conclusão do voto do Senador Murilo Badaró.

Durante a discussão da matéria, o Senhor Senador Affonso Camargo pede a palavra e solicita vista do Projeto, no que é atendido, determinando, o Senhor Presidente, a entrega do respectivo processo ao requerente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Leda Ferreira da Rocha, Assistente da Comissão, a presente Ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

6ª Reunião, realizada em 26 de junho de 1979

As dez horas do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e setenta e nove, na Sala de Reuniões da Comissão, no Anexo "B", presentes os Senhores Senadores Evelásio Vieira, Presidente; Leite Chaves, Passos Pôrto, José Lins, José Richa, Benedito Canelas e os Senhores Harry Vool, representante do INCRA e Manoel da Silva

Costa Jr., representante da Construtora Andrade Gutierrez S.A., reúne-se a Comissão de Agricultura.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Pedro Pedrossian.

E dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Constante da pauta, é relatado o seguinte projeto: Pelo Senhor Senador José Lins:

Parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 90, de 1979, do Senhor Presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal, seja autorizada a alienação de terras públicas no Município de São Felix do Xingu (PA).

Colocado em discussão, os Senhores Senadores Benedito Canelas e Leite Chaves, solicitam vistas, sendo deferidas pela Presidência.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião e, para constar, eu, Sônia de Andrade Peixoto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ECONOMIA

12ª Reunião, realizada em 10 de agosto de 1983

As dez horas do dia dez de agosto de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Srs. Senadores Roberto Campos, Presidente; Albano Franco, José Fragelli, Gabriel Hermes, Fábio Lucena, José Lins, Affonso Camargo, Benedito Ferreira e Lomanto Júnior, reúne-se a Comissão de Economia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Luiz Cavalcante, Jorge Kalume, João Castello, Severo Gomes e Fernando Henrique Cardoso. Havendo número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. São apreciadas as seguintes matérias, constantes da pauta: Mensagem nº 123/83 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Estância (SE), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 45.299.987,01. Relator: Senador Albano Franco, que apresenta parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Não há debates, e o parecer é aprovado por unanimidade. Projeto de Decreto Legislativo nº 17/82 — Aprova o texto do Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Moçambique, concluído em Brasília, a 15 de setembro de 1981. Relator: Senador José Lins, que oferece parecer favorável ao projeto. Não há objeção e o parecer é aprovado por unanimidade. Projeto de Decreto Legislativo nº 8/82 — Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali, concluído em Brasília, a 7 de outubro de 1981. Relator: Senador Lomanto Júnior, que emite parecer favorável ao projeto. Colocado em discussão e votação, o parecer é aprovado por unanimidade. Projeto de Decreto Legislativo nº 4/83 — Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para a criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argelina, concluído em Brasília, a 3 de julho de 1981. Relator: Senador Benedito Ferreira, que apresenta parecer favorável ao projeto, que é aprovado por unanimidade pela Comissão. São adiadas as seguintes matérias: PLC nº 25/82, PLC nº 96/81, PLC nº 33/82, PLS nº 199/81, PLS nº 232/81, PLS nº 241/80, PLS nº 248/81 e MSF nº 134/83. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

13ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 1983 — Extraordinária

As dez horas do dia dezoito de agosto de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Srs. Senadores Severo Gomes, Vice-Presidente, no exercício da Presidência; Fernando Henrique Cardoso, Luiz Cavalcante, Marcondes Gadelha, Pedro Simon, Jorge Kalume e Gabriel Hermes, reúne-se a Comissão de Economia. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Roberto Campos, José Lins, Benedito Ferreira, João Castelo, Albano Franco, Affonso Camargo e José Fragelli. Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. São apreciadas as seguintes matérias: Mensagem nº 134/83 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizado o Governo do Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.058.394.126,00. Relator: Senador Severo Gomes, que, para emitir o seu parecer, passa a Presidência dos trabalhos ao Sr. Senador Gabriel Hermes. O parecer apresentado à Mensagem é favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Não há objeção ao parecer, sendo, então, aprovado por unanimidade. Mensagem nº 158/83 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Mauá (SP), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 1.746.558.000,00. Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso, que oferece parecer favorável, concluindo por um Projeto de Resolução. Não há debates, e a Comissão aprova por unanimidade o parecer oferecido pelo Relator. Mensagem nº 152/82 — Do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro da Fazenda, para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Varzelândia (MG), a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 29.454.950,00. Relator: Senador Jorge Kalume, que apresenta parecer favorável, concluindo por Projeto de Resolução, que é aprovado por unanimidade pela Comissão. E adiado, em virtude da ausência do Relator, a MSF nº 136/83. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Francisco Guilherme Thees Ribeiro, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

13ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 1983

As onze horas do dia onze de agosto de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jutahy Magalhães e presentes os Senhores Senadores Helvídio Nunes, Altevair Leal, Hélio Gueiros, Fernando Henrique Cardoso, Jorge Kalume e a Senhora Senadora Eunice Michiles, reúne-se a Comissão de Legislação Social. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Gabriel Hermes, José Ignácio e Carlos Chiarelli. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à apreciação das matérias constantes da pauta e para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1983, que "estende às pessoas jurídicas sem fins lucrativos, o disposto no artigo 3º, da Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976", a Presidência concede a palavra ao Senhor Senador Helvídio Nunes. Lido o parecer favorável ao projeto, a Comissão o aprova, por unanimidade de seus membros presentes. Ainda com a palavra, o Senhor Senador Helvídio Nunes emite o seu parecer sobre o Projeto de Lei do Se-

nado nº 365, de 1981, que "determina que o Poder Executivo exija das Representações Diplomáticas Estrangeiras o cumprimento da Legislação Trabalhista". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade, aprova o parecer do Relator, que conclui por diligência ao Ministério das Relações Exteriores. A seguir, a Presidência esclarece à Comissão que os Relatores dos quatro (4) itens restantes da pauta estão ausentes, mas sendo os pareceres e se não houver nenhuma objeção por parte dos membros presentes, os mesmos serão colocados em discussão e votação. Solicitando a palavra, o Senhor Senador Helvídio Nunes concorda com a sugestão da Presidência, mas esclarece que há objeção de sua parte em relação ao último item da pauta — Projeto de Lei da Câmara nº 45/83 — por tratar-se de matéria que gostaria de discutir com o seu Relator, Senhor Senador Gabriel Hermes. Assim sendo, é adiada a discussão e votação do item seis da pauta e não havendo nenhuma objeção em relação aos demais itens, a Presidência solicita ao Senhor Senador Jorge Kalume para ler o parecer da lavra do Senhor Senador Gabriel Hermes sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1983, que "isenta da incidência do Imposto de Renda os proventos da aposentadoria ou reforma". Em seguida, o Senhor Senador Hélio Gueiros afirma que está de pleno acordo, mas argui a inconstitucionalidade do projeto que trata de isenção de Imposto de Renda, por iniciativa de Deputado. Colocado em votação, a Comissão aprova o parecer do Relator, com voto contrário do Senhor Senador Helvídio Nunes. Prosseguindo, a Presidência solicita ao Senhor Senador Altevair Leal para ler o parecer de autoria do Senhor Senador Carlos Chiarelli sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1983, que "modifica a redação do art. 6º, caput, da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, elevando de 10% o percentual nele previsto e referente à complementação do FGTS, a cargo da empresa, pela rescisão de contrato de trabalho sem justa causa". Lido o parecer do Relator, a Comissão o aprova, por unanimidade de seus membros presentes. A seguir, com a chegada do Senhor Senador Fernando Henrique Cardoso no recinto da Comissão, a Presidência o concede a palavra para emitir o seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1983, que "inclui na lista de serviços a que alude o art. 8º do Decreto-lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, os prestados pelos profissionais autônomos de Relações Públicas". Não há debates, e a Comissão, por unanimidade de seus membros presentes, aprova o parecer do Relator. Esgotadas as matérias da pauta, o Senhor Presidente propõe à Comissão convidar o Senhor Murilo Macêdo, Ministro de Estado do Trabalho, para prestar esclarecimentos sobre "O Desemprego no Brasil", assunto que merece a maior atenção e interesse deste Órgão Técnico do Senado Federal. Colocada em votação a proposição da Presidência, a mesma é aprovada, por unanimidade de seus membros presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Luiz Cláudio de Brito, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. — Jutahy Magalhães.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

9ª Reunião, realizada em 27 de agosto de 1980

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta, às onze horas, na Sala de Reuniões do Anexo "B", presentes os Senhores Senadores Tarso Dutra — Presidente; Lomanto Júnior, Saldanha Derzi, Bernardino Viana, Leite Chaves, Itamar Franco, Nelson Carneiro e Aderbal Jurema, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Mendes Canale, Almir Pinto, Lenoir Vargas, Luiz Fernando Freire, Paulo Brossard, José Richa, Amaral Peixoto e Tancredo Neves.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos, com a dispensa da leitura da Ata da reunião ante-

rior, que é dada por aprovada. A seguir, a reunião torna-se secreta, para apreciação da Mensagem nº 191/80, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, a escolha do Senhor Renato Bayma Denys, Embaixador do Brasil junto à República do Senegal, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Gâmbia. Relator: Senador Tarso Dutra.

Reaberta a reunião em caráter público. São apreciadas as seguintes matérias:

Projeto de Decreto Legislativo nº 05/80 — que "aprova o texto da Constituição das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial-UNIDO em Agência Especializada das Nações Unidas, concluído em Viena, a 8 de abril de 1979". Relator: Senador Lomanto Júnior. Aprovado parecer favorável ao projeto.

Projeto de Decreto Legislativo nº 06/80 — que "aprova o texto do Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, assinado em Brasília, 16 de outubro de 1979". Relator: Senador Saldanha Derzi. Aprovado parecer favorável ao projeto.

Projeto de Decreto Legislativo nº 12/80 — que "ratifica o texto do Protocolo de 1939 para a Quinta Prorrogação da Convenção sobre o Comércio de Trigo de 1971, aprovado na Conferência realizada em Londres, na sede do Conselho Internacional do Trigo — CIT, a 21 de março de 1979". Relator: Senador Lomanto Júnior. Aprovado parecer favorável ao projeto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cândido Hippert, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

10ª Reunião, realizada em 26 de junho de 1979

As onze horas do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e setenta e nove, na Sala de Comissões do Bloco "B", do anexo II, presentes os Srs. Senadores Tarso Dutra, Presidente, Leite Chaves, Itamar Franco, Mendes Canale, Pedro Pedrossian, Tancredo Neves, Lomanto Júnior, Almir Pinto, Nelson Carneiro, José Richa, Aloysio Chaves, Saldanha Derzi e Lenoir Vargas.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Bernardino Viana, Aderbal Jurema, Luiz Fernando Freire, Paulo Brossard e Amaral Peixoto.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. A seguir, Sua Excelência comunica que a reunião tem por finalidade, ouvir a exposição que fará o Senhor Embaixador Marcelo Raffalli, Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, sobre os recentes acontecimentos ocorridos na Nicarágua. Esclarecendo, que para tal, a reunião deverá ser em caráter secreto.

Reaberta a reunião em caráter público, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Embaixador, encerrando a mesma. Lavrando eu, Cândido Hippert, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

1ª Reunião (Extraordinária),

realizada em 25 de setembro de 1980

As dezessete horas do dia vinte e quatro de setembro de mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões do Anexo "B", sob a presidência do Senhor Senador Alberto Silva, Vice-Presidente, no exercício da presidência, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Minas e Energia, com a presença dos Senhores Senadores Affonso Camargo, Henrique Santillo e Luiz Cavalcante.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Milton Cabral, Arnon de Mello, Dirceu Cardoso e Itamar Franco.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e esclarece que a presente reunião se destina a discutir o roteiro da palestra a ser preferida pelo Senhor Richard C. Olson, Assessor Senior do Líder da Maioria da Câmara de Representantes do Congresso Norte-Americano, que abordará o tema "Legislação Energética". Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Affonso Camargo, que ressalta a importância do assunto, inclusive da sua oportunidade. Também usa da palavra o Senhor Senador Luiz Cavalcante e endossa as palavras preferidas pelo Senhor Senador Affonso Camargo. Encerrada a discussão, o Senhor Presidente coloca a proposta em votação sendo a mesma aprovada, por unanimidade. Prosseguindo, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação o item dois da pauta, proposta de realização de um Simpósio sobre a "Problemática das Reservas Minerais do País". Após debatido o assunto pelos Senhores Senadores presentes, a proposta é aprovada e a presidência designa o Senhor Senador Henrique Santillo, para elaborar o programa e a lista de autoridades a serem convidadas, ficando a realização do referido Simpósio, para a primeira quinzena de maio de 1981.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Carlos da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE SAÚDE

4ª Reunião, realizada em 16 de setembro de 1982

As dez horas do dia dezesseis de setembro de mil novecentos e oitenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Almir Pinto, Presidente eventual, Henrique Santillo, Saldanha Derzi e a Senadora Laélia de Alcântara, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Jaison Barreto, Lomanto Júnior e José Guimard.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra à Senadora Laélia de Alcântara, que emite parecer pelo arquivamento ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1981, que "dispõe sobre a exigência de certificado de conclusão de curso de especialização em Medicina Aplicada à Educação Física para o Exercício das Funções de Médico Assistente de Educação Física e Desportos, nos estabelecimentos que especifica". Posto em discussão o parecer, e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. Continuando com a palavra a Senadora Laélia de Alcântara emite parecer pelo arquivamento ao Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 1978, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de afixar prazo de validade para consumo nas embalagens dos produtos que especifica". Posto em discussão o parecer, e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade. Dando continuidade aos trabalhos, os Senhores Senadores concedem a palavra ao Senador Henrique Santillo, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 174, de 1980, que "dispõe sobre o funcionamento das clínicas que mencionam". Posto em discussão o parecer, e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

4ª Reunião, realizada em 27 de março de 1980

As onze horas do dia vinte e sete de março de mil novecentos e oitenta, na Sala de Reuniões do Anexo "B", presentes os Senhores Senadores Tarso Dutra — Presi-

dente, Paulo Brossard, Amaral Peixoto, Aloysio Chaves, Mendes Canele, Almir Pinto, Itamar Franco, Saldanha Derzi, Lomanto Júnior, José Guimard, Nelson Carneiro e Aderbal Jurema, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores. Comparecem, ainda, os Senhores Senadores Jarbas Passarinho, Nilo Coelho e Orestes Quêrcia, não integrantes da Comissão.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Bernardino Viana, Lenoir Vargas, Luiz Fernando Freire e Tancredo Neves.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada por aprovada. Prosseguindo, comunica que a reunião terá por finalidade ouvir a exposição que fará o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Saraiva Guerreiro, que comparece à Comissão, atendendo convite que lhe foi formulado, para expor acerca da ocupação da Embaixada Dominicana em Bogotá, onde se encontra o Diplomata Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Embaixador do Brasil junto à República Dominicana. Esclarecendo, que o Senhor Ministro fará a exposição e após o encerramento, será franqueada a palavra a quem dela queira fazer uso, pelo prazo de dez minutos, para interações à Sua Excelência. E, ainda, que a reunião será em caráter público, salvo deliberação em contrário, a requerimento de qualquer Senador. Não havendo manifestação em contrário, sobre a proposta, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Ministro para que inicie sua fala. Encerrada a exposição, usam da palavra para interações, os Senhores Senadores Itamar Franco, Aloysio Chaves e Aderbal Jurema. Não havendo mais quem queira usar da palavra, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Ministro, declarando cumprida a finalidade da reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cândido Hipert, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico da reunião, por determinação de Sua Excelência.

ANEXO À ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 1980, ÀS 11:00 HORAS, REFERENTE À EXPOSIÇÃO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBaixADOR SARAIVA GUERREIRO — QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SR. PRESIDENTE.

Presidente: Senador Tarso Dutra

1º Vice-Presidente: Senador Saldanha Derzi

2º Vice-Presidente: Senador Lomanto Júnior

Íntegra do Apanhamento Taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Tarso Dutra) — Havendo número regimental vou declarar abertos os trabalhos e neste momento, estou convidando S. Ex.ª o Sr. Ministro do Exterior a fazer parte da Mesa dos Trabalhos.

Srs. Senadores o Exm.ª Sr. Ministro do Exterior, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, encontra-se presente a esta Comissão, atendendo ao convite que lhe foi formulado para versar a matéria da ocupação da Embaixada Dominicana em Bogotá, onde se encontra o diplomata Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Nos termos regimentais, referentemente à matéria, é plenamente assegurada, sem qualquer interposição o uso da palavra ao ilustre Ministro e, sem embargo, desde logo, das inscrições para as posteriores informações.

Encerrada a fase da exposição, qualquer, Senador pode interpor ao Sr. Ministro durante 10 minutos, sendo

assegurado igual prazo ao Sr. Ministro para responder à interações.

A sessão, também nos termos regimentais, é aberta, salvo deliberação em contrário a requerimento de qualquer Senador. No momento, seguindo as normas estabelecidas no Regimento, os nossos trabalhos serão inteiramente abertos.

Com esses esclarecimentos iniciais, concedo a palavra ao nobre Ministro Saraiva Guerreiro para fazer a sua exposição.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Excelentíssimo Sr. Senador Tarso Dutra, Srs. Senadores da Comissão de Relações Exteriores e outros que aqui estejam:

Vim, com muito prazer, a esta reunião, embora o assunto que me traz aqui seja dos mais dolorosos e dos que mais tensão me causou como à opinião pública em geral: um ato que emocionou a todos nós.

Temos procurado, confrontados com esta situação, fazer todos os esforços no sentido de que ela possa ser encaminhada para uma solução que assegure a integridade dos reféns. Os métodos utilizados e a responsabilidade, evidentemente, para obter esse resultado são do Governo da Colômbia, do Estado territorial. Nossa atitude é semelhante e temos nisto agido em coordenação com os governos dos outros países que têm diplomatas seqüestrados na Embaixada Dominicana em Bogotá.

Esta ação coordenada, em conjunto, não se endereça a uma negociação para resolver a questão dos seqüestros dos diplomatas diretamente. Ela se dirige ao Governo colombiano que é o responsável. E temos feito isso, como cabe, nos termos corretos: como País soberano e, no caso, inclusive, um País amigo, ao mesmo tempo, expressando dificuldades naturais da situação; mas, ao mesmo tempo, expressando a nossa opinião, a nossa preocupação, e procurando manter uma mútua informação constante, isto é, uma mútua informação entre o Governo colombiano e os países que têm seus reféns na Embaixada.

Nós temos por quê determinar os métodos que o Governo colombiano segue nas negociações ou nos esforços que desenvolve para solucionar a questão. Isto é uma responsabilidade do Governo da Colômbia: mas nós podemos — e temos feito, todos esses países — tomar uma posição de que é necessário, é inelutável, que o Governo da Colômbia negocie com vistas a uma solução pacífica que assegure a integridade dos reféns e de diversas maneiras. Além do grupo dos 15, que na verdade hoje são apenas 13 diplomatas seqüestrados, mas se continua a falar no grupo dos 15, há um grupo menor por eles escolhido que têm contatos mais frequentes, quer com o Chanceler da Colômbia, quer — muito mais raramente, como é natural — com o Presidente da Colômbia. Nesse grupo estão: o Embaixador Representante da República Dominicana, que é o País em cuja sede diplomática se verificou a invasão, o Representante dos Estados Unidos, o do México e o da Áustria. A esses quatro, por solicitação unânime dos demais, juntou-se o emissário brasileiro depois que chegou a Bogotá.

Tive dois contatos telefônicos com o Chanceler da Colômbia e, num momento que achei apropriado, enviei para lá uma pessoa de minha total confiança, um dos melhores elementos do serviço diplomático brasileiro, em termos de competência e habilidade; trata-se do chefe do meu gabinete, pessoa que está inteiramente a par da minha maneira de pensar, sendo um bom negociador, uma pessoa de muita habilidade, o qual está tendo uma atuação satisfatória e importante. É óbvio, e os Senhores compreenderão isso, que os detalhes dessas negociações não podem ser revelados, mas eu posso garantir completamente que não houve de nossa parte nenhuma impropriedade, que não houve nenhuma omissão, o que evidente, e há, como eu disse, uma pessoa de minha total

confiança, muito firme e muito hábil, que está exclusivamente dedicada a este assunto dia e noite: foi um dos dois únicos emissários especiais. O outro foi um emissário papal, Monsenhor Lague, que foi recebido individualmente pelo Presidente da Colômbia, por duas horas, porque não se poderia exigir mais, em termos de atenção à exposição de posições ou interesses nossos e em termos de explicações por parte do próprio Presidente da Colômbia. Além disso seria impróprio ir claramente, mas acho que posso, hoje, dizer, como disse no primeiro dia, que apesar das dificuldades que são óbvias, apesar dos vaia-e-vens — digamos assim — de um processo desse tipo, a nossa posição é de que confiamos em que o Governo colombiano encontrará uma solução que assegure a integridade dos reféns.

Creio que, em linhas gerais, é o que posso, inicialmente, expor a Vossas Excelências.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tarso Dutra) — Está assegurado o direito da palavra a qualquer um dos Srs. Senadores.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tarso Dutra) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro:

Devo, inicialmente, dar algumas explicações, sobretudo a V. Ex^a, já que fui o autor do requerimento que pretendia a convocação de V. Ex^a ao Plenário do Senado. E o fiz através do plenário, Ex^a, porque mal voltávamos do recesso, as comissões permanentes ainda não estavam definidas se continuariam ou não. Lembrei, inclusive, historicamente, o que se passou em 1826, quando um comitê nosso, Bernardo Pereira de Vasconcelos, lutava insistentemente na época — veja V. Ex^a a data, agosto de 1826 — pois pretendia trazer Ministros à Câmara dos Deputados. Entendo eu também, Sr. Ministro, que se o Senado tem por dever constitucional aprovar ou rejeitar chefes de missões de caráter permanente, deve ele também participar mais ativamente da política externa brasileira. Dir-se-á que S. Ex^a, o Sr. Ministro, nada trouxe de novo nem poderia trazê-lo, mas o importante é que o Sr. Ministro esteja conosco nesta Comissão de Relações Exteriores; o importante é que o Legislativo Brasileiro, nesta hora, uma hora de ofensa à liberdade, uma hora de violência num país estrangeiro, o Legislativo Brasileiro não fique ausente, razão pela qual sinto-me satisfeito com a sua presença na Comissão de Relações Exteriores.

Eu me permitira dizer, com a licença do Sr. Presidente, que a sua exposição já complementou algo que eu poderia perguntar. Mas, ainda assim, talvez iniciássemos os nossos debates, na tentativa de ampliar, se for possível, o que V. Ex^a trouxe à Comissão de Relações Exteriores.

Começaria então, indagando o seguinte: houve mediação austríaca, ou cubana? O Brasil ofereceu a sua mediação também junto ao Governo da Colômbia? Veja V. Ex^a que falo em mediação.

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Senador Itamar Franco, não tenho a menor dúvida das excelentes intenções e motivações de V. Ex^a quando propôs a minha vinda ao Senado. Não terei, nunca, dificuldade em conversar, quer formalmente, quer informalmente, em conjunto ou individualmente, com qualquer membro desta comissão ou do Senado, em geral, sobre questões de política externa. A rigor, temos uma posição, em política externa, que é perfeitamente ostensiva, isto é, tirante aqueles aspectos que implicam momentos de uma negociação em curso, tudo mais é claramente ostensivo, quer dizer, os princípios que nos norteiam, os objetivos que

pretendemos, o estilo que procuramos imprimir à ação diplomática, tudo isso não temos nenhum problema e considero que a participação, sobretudo do Senado, é um reforço para a posição externa brasileira. Assim como a vejo, não temos um regime parlamentarista, mas é da essência do nosso regime presidencial que haja essa forma de cooperação com o Congresso e, no caso de política exterior, preeminentemente com o Senado.

Quanto à pergunta específica que V. Ex^a colocou, deve dizer que não, o Brasil não se colocou como mediador, porque nós nos consideramos no caso uma parte; temos relações com o Governo colombiano, não temos contato nem relações com os guerrilheiros; não podíamos portanto, mediar, nem eles nos pediram para agirmos dessa forma e de nenhum dos lados. No caso da Áustria, houve uma iniciativa austríaca no início do incidente, logo nos primeiros dias, em que o Governo austríaco propôs aos demais, que tinham diplomatas seqüestrados, que se reunissem e procurassem coordenar suas posições. Sugeri talvez até um grupo que se reuniria, não em Bogotá, mas em Caracas. E nós fomos frios a essa sugestão por entendermos que se houvesse uma ação deveria ser em Bogotá, diretamente com o Governo colombiano e de uma maneira que não fosse institucionalizada, mas o resultado natural de um consenso entre os países que tinham diplomatas seqüestrados na embaixada da República Dominicana. E assim se fez, em nenhum momento nós, o Governo brasileiro, participou ou estimulou negociações paralelas, porque nós sempre partimos do princípio de que o Governo colombiano era o responsável, tinha uma responsabilidade indivizível pela solução do assunto, a fim de assegurar aquele resultado. O que tínhamos plena autoridade para fazer, não só por nossas concepções em matéria de Direito Internacional, mas porque nós mesmos, em situação semelhante, não admitimos, da parte de países interessados ou vitimados, qualquer entendimento que não fosse conosco, com o Governo brasileiro, e assumimos a plena e total responsabilidade pela solução das questões que se apresentaram desas natureza. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tarso Dutra) — O Senador Itamar quer prosseguir a interpelação?

O SR. ITAMAR FRANCO — V. Ex^a nos concedeu dez minutos, e eu gostaria de continuar.

O SR. PRESIDENTE — Tem V. Ex^a a palavra, cada vez que quiser, por dez minutos.

O SR. ITAMAR FRANCO — Vou tentar ser o mais breve possível para permitir a interpelação dos demais companheiros. Sr. Ministro ainda me sinto mais à vontade para perguntar a V. Ex^a, porque tive o prazer de ser o seu Relator quando da sua designação para Embaixador na França. O cancelamento de sua visita à Colômbia se deu pela invasão ou pela situação política reinante naquele país?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Sr. Senador Itamar Franco, posso explicar isso facilmente. Telefonei ao Chanceler colombiano, dei-lhe uma satisfação pessoal, esperei o máximo para tomar a decisão, porque não partir do princípio de que a situação necessariamente se prolongaria; a minha esperança, como a dele e, provavelmente, a de todos, era de que ela pudesse evoluir de uma forma rápida. Então, atrasei o mais que pude o momento de suscitarmos a questão de cancelar ou não a minha visita a Bogotá. Poucos dias antes, pois na segunda-feira seguinte eu deveria estar lá, embarcando aqui no domingo, telefonei ao Chanceler Diego, com quem me dou pessoalmente muito bem, conheci-o em Lima, enfim, é um homem de muitas qualidades, e disse-lhe: não faz sentido eu ir aí, se não vamos poder conversar, você não vai ter condições, nem tempo, nem disposição de tratar

daqueles assuntos que havíamos planejado trabalhar juntos — ou seja vários assuntos relativos à cooperação amazônica. É um assunto que interessa muito a ele, pois é um professor universitário, sempre teve interesse por todo esse assunto amazônico, tem até livros publicados; o Senador Aloysio Chaves é quem o conhece bem nestas qualidades de aspectos relacionados com essa aproximação do Brasil com os países andinos todos. Enfim, havia assuntos bilaterais, que não iam ser resolvidos, mas que estão em bom caminho, e que são de muito interesse, inclusive de outras pastas, além do café, que sempre houve, mas, as autoridades do café, daqui e de lá, se entendem quase que diariamente. Mas, haveria uma oportunidade para irem o diretor e o Presidente do Instituto Brasileiro do Café. Há também este plano, que todos conhecem, da eventual exploração eventual do carvão, bipartite, ou tripartite, talvez também com espanhol, com estrada-de-ferro, enfim, tudo isso viria a ser concluído. Era uma oportunidade também para este lado de assuntos mais operacionais, ou ter um impulso ou ter uma maior clarificação; enfim, ajudar um pouco nesse campo. Obviamente, ele sabia de tudo isso. Eu disse-lhe: não posso imaginar, nós dois nos sentarmos para conversar sobre esses assuntos, num momento de tensão, tão sério, em termos dos problemas e das responsabilidades que você tem em mãos. Então, digamos assim, isto era do mais elementar sentido comum e não tivemos nem que discutir o assunto. Depois, falamos ainda um pouquinho sobre a situação criada, mas não precisei entrar em nenhuma pesquisa maior, mentalmente, se deveria ou não ir. Era evidente que, dada a situação, não se podia nem pensar em realizar um encontro desta natureza.

O SR. ITAMAR FRANCO — Tem havido alguma discordância do nosso representante na OEA face à situação da Colômbia?

O SR. MINISTRO (Saraiva Guerreiro) — A discussão do assunto no Conselho da OEA, resultou de uma iniciativa colombiana que desejava um endosso, um apoio da organização nesse momento de tensão. As discussões, inicialmente, foram de maneira informal, até chegar-se a um consenso, que é a forma normal de trabalhar, digamos, do Conselho, num caso desses. Em geral, aliás, sempre se busca um consenso. É evidente que os primeiros textos, as primeiras sugestões, apresentavam imposições que eram, no caso da Colômbia, aquele texto que seria o mais favorável ou que refletia, em certos pontos, a condição específica do governo colombiano, o que ele tem dito, etc. Não só o Brasil mas outros países tinham dificuldades em endossar um texto que fosse exatamente aquele. Então, houve um certo esforço, vários delegados sugeriram modificações, nós também; o governo da Colômbia, por sua vez, fez um esforço para adaptar-se a uma fórmula que fosse aceitável para ele, que representasse uma posição comum. Houve um esforço, digamos, de conciliação.

No curso desse esforço, em alguns momentos, tivemos opiniões divergentes em relação a uma palavra ou outra, sobretudo de ênfase. Tanto que o texto final da resolução a que chegamos, na OEA, não tem qualquer incompatibilidade com as posições que o Brasil tem tomado. O Conselho, em resumo, se manifesta consternado pelos graves acontecimentos de Bogotá, etc., pois recorda as disposições da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas de 18 de abril de 1961, das resoluções da Assembleia Geral da OEA, que condena atos de terrorismo, etc., violatórios não apenas dos Direitos Humanos mas, também, das normas que regem as relações internacionais. Quer dizer, não temos a mínima dificuldade com esses dois parágrafos.

“O direito de inviolabilidade que ampara os agentes diplomáticos, etc., em missões, constitui norma fundamental que garante a convivência pacífica entre os estados...”

Não temos problema nenhum no primeiro parágrafo que diz:

"... manifestar-se enfático repúdio ao execrável assalto à residência da Embaixada da República Dominicana. Tais fatos constituem flagrante violação dos direitos fundamentais do homem, da dignidade e do valor da pessoa humana e de princípios essenciais do direito das gentes ..."

Este é um parágrafo em que o Conselho se manifesta sobre o fato em si ocorrido, em termos veementes de condenação.

Depois vem o parágrafo, digamos assim, de manifestação de solidariedade ao Estado membro que está sendo vítima desse incidente. Diz ele:

"Expressar sua solidariedade para com o governo da Colômbia, na confiança de que os esforços que vem realizando para preservar a integridade dos reféns e lograr a sua libertação conduzirão à solução adequada do problema."

Este parágrafo, que já foi resultado de várias modificações, supressões de pontos controversos, também a nós não é absolutamente incompatível com a nossa posição. Nós podíamos participar do consenso.

O nosso representante, Embaixador Alarico fez uma explicação de voto, um comentário sobre o voto, em que obviamente não se manifesta uma divergência com relação ao texto do consenso, do qual nós participamos. Mas, ressalta que nós teríamos preferido uma ênfase ainda maior no sentido de que houvesse uma solução pacífica que assegurasse a integridade dos reféns. Então, a diferenciação da nossa posição em relação ao consenso não era uma questão de substância, era uma questão de que nós teríamos gostado que desse uma ênfase maior nesse ponto. E, evidentemente, nós terminamos essa explicação de voto com esse último parágrafo, dizendo: "Reitero a confiança do Governo e do povo brasileiro de que o governo da Colômbia, confrontado com tão lamentáveis acontecimentos, saberá dar-lhes solução que não envolva força — aliás o governo colombiano tem afirmado enfaticamente que não usará da força, a não ser que haja um início de violência dentro da própria embaixada — com vistas a assegurar a integridade dos reféns e sua pronta libertação, de acordo com a tradição deste país de acatamento às normas do Direito Internacional."

Então, se se quiser a diferenciação da nossa posição se refere a um advérbio, a um verbo mais afirmativo, "assegurar", etc. Este consenso da OEA, que é obviamente aceitável para a Colômbia, representa uma manifestação de apoio a um Estado membro, num momento particularmente difícil, não só não nos cria dificuldades, como é aceitável. Quisemos, apenas, na explicação de voto ressaltar que se tivéssemos redigido o consenso, teríamos acrescentado um advérbio, "pronto", aqui, um, "assegurar" ali e etc. É óbvio que um consenso como resultado de uma conciliação geral é plenamente satisfatório para nós, tendo em vista que é um consenso.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, eu teria várias perguntas, mas vou limitar-me apenas a duas para permitir aos Srs. Senadores que façam suas indagações.

Sr. Ministro, V. Ex.^a acabou de afirmar na sua ligeira explanação que enviou um homem de sua perfeita confiança, seu chefe de gabinete, um diplomata de grande capacidade de negociação. Esse diplomata está sentindo de perto o que se passa na Colômbia, e, inclusive, pelo menos por notícias de jornais, esse nosso diplomata teria vindo ao Brasil e tido uma conversa com V. Ex.^a, se não me engano, no domingo. Não seria possível V. Ex.^a aclarar mais um pouco, porque o homem está lá presente, está sentindo o que se passa, está participando de negociações e de entendimentos. V. Ex.^a foi muito sucinto em

dizer que é um homem de confiança, um hábil conciliador, um hábil diplomata, mas eu gostaria, então, que, se possível, V. Ex.^a aclarasse mais a nós outros a presença deste homem na Colômbia e realmente o que está se passando, com maior profundidade.

O SR. MINISTRO (Saraiva Guerreiro) — O que posso acrescentar ao que já disse é o seguinte. A motivação para o envio do emissário especial é evidente que é o sentido de que, uma vez que o chefe da missão diplomática, está seqüestrado, ficará à testa da missão o Conselheiro, como encarregado de negócios; competente e dedicado, funcionando muito bem mas, por definição, até por seu status, com menor acesso às autoridades de nível superior, de nível ministerial e obviamente ao presidente da república. Aí muito menos. Então, como já havia acontecido com vários outros países que tinham reféns lá e que haviam enviado emissários especiais, em nível de embaixador, só isto, só este fato, justificaria a ida desse emissário especial. Mas, além disso, havia também outras motivações, ou concausas, mas é evidente que para o próprio pessoal da nossa embaixada e também para a embaixatriz que lá estava, a presença de um homem, que é sabidamente o homem da confiança do Ministro e que foi especialmente para isso, era também de certa maneira um conforto um apoio. Mas esses digamos assim, são motivos óbvios evidentes. A razão principal não era o envio de qualquer um, mas de alguém que conhecesse muito bem o assunto, a nossa posição, o nosso pensamento, inclusive, e que pudesse conversar com o Ministro do Exterior — e como ele teve também oportunidade de conversar com o próprio Presidente —, sabendo essas pessoas, os interlocutores, que ele era realmente o fiel intérprete na nossa maneira de sentir. No curso dessas conversas, o Embaixador Carbonel se houve como sempre muito bem, e passou a ter confiança dos demais membros do grupo dos 15 que são 13, passou a ser muito consultado, muito ouvido por eles, passou a ter um entendimento muito próximo, inclusive com o emissário papal, que é o Nuncio da Santa Sé em Buenos Aires; passou a ter, por força dessas circunstâncias, necessariamente, maior acesso, pela confiança que desde logo inspirou, uma possibilidade de melhor perceber, se se quiser, os matizes, as nuances das posições de cada um, embora haja uma coordenação, uma posição comum certas, a analisar e a avaliar, digamos, aquilo que lhe era dito pelas autoridades colombianas, passando a ter um quadro muito mais preciso desses matizes, dessas nuances onde estavam as verdadeiras dificuldades etc.

É óbvio, e tudo tem sido publicado, quais são as dificuldades. Também, quanto ao método de negociação seguida, não vamos, absolutamente, e nunca dissemos ao Governo colombiano: "Solte tantas pessoas, deixe tantas lá, faça isso ou faça aquilo". Temos insistido para que negocie com esse objetivo, não deixe cair a negociação e o Governo tem procurado, evidentemente, fazer um esforço real. E devo dizer, também, que o Embaixador Geraldo Eulalio do Nascimento e Silva tem telefonado. É permitido e ele telefonar diariamente para a esposa e para o Carbonel e conta alguma coisa, naturalmente com a presença de algum guerrilheiro. Todas as notícias que eu tenho, quer diretas, resultantes do que se pode deduzir desses telefonemas, até do tom de voz, ou quanto por outros caminhos, como as do médico cardiologista que esteve na Embaixada para tratar do Embaixador venezuelano e que teve contactos com outros também, e com o próprio Geraldo e até por declarações públicas dos guerrilheiros, ele está fisicamente bem, psiquicamente muito bem, lúcido, com uma excepcional serenidade e é visto como um elemento, lá dentro, que até tem ajudado, de certa maneira, a vida dos seqüestradores, do ponto de vista de disposição moral. Então, todos esses fatos constituem, digamos assim, essa possibilidade de agir junto ao governo colombiano de uma forma sutilmente correta, mas clara, precisa, sobre a nossa posição, que é

conhecida, usando os termos que devem ser usados, as oportunidades em que cabe realmente manifestar entendimento, cooperação e confiança com os demais que têm reféns lá dentro. Quer dizer, esse estilo de atuar, essa maneira de atuar.

Era o que nós poderíamos fazer. Não vamos tentar resolver por nós, em negociações paralelas ou por arranjos fora desse canal, a situação do nosso Embaixador lá, que demonstrou, mais uma vez, que é um funcionário de muito bom nome, um jurista. Inclusive, há um livro dele sobre a Convenção. Ele foi o nosso Delegado na Conferência de Codificação, que aprovou essa Convenção. Ele é um perito na matéria, perito e vítima.

Mas, acho que ele está honrado, com a sua calma, sua serenidade, sua habilidade na convivência difícil, trancado numa embaixada com várias pessoas, sem nenhuma possibilidade de sair daquele círculo, mas se mantendo durante todo o tempo com o moral alto, com o bom relacionamento com os seus companheiros seqüestrados, com relações perfeitamente corretas com os seqüestradores. E, em todas as conversas que tem tido, quer telefônicas, quer com o emissário especial, quer com a sua esposa, tem dado mostras de serenidade e lucidez. O próprio incidente dos dois tiros que ele levou, que não foram graves, foram de raspão e que ele só comunicou à sua mulher, quando já estavam cicatrizadas as feridas, para não criar preocupação, levando inclusive em conta o próprio conforto e o bem-estar dos que estão do lado de fora.

Acho que não posso dizer ao Senador Itamar Franco muito mais do que isto. Desculpe-me, se não pude ser mais preciso.

O SR. ITAMAR FRANCO — Há mais uma pergunta do Senador Saldanha Derzi, que está aqui preocupado, mas será a última pergunta.

Sr. Ministro, em alguns países a situação está se tornando difícil, como é o caso de El Salvador.

O Itamarati pretende assegurar medidas de maior proteção aos seus diplomatas e às nossas embaixadas?

O SR. MINISTRO SARAIVA GUERREIRO — Senador Itamar Franco, esta é uma das nossas preocupações que temos lá fora.

Quando houve, recentemente, incidente na Guatemala, uma das minhas primeiras preocupações foi pedir a polícia, embora aqui nós não tenhamos nenhuma indicação de risco, que desse uma atenção especial às embaixadas. Temos tomado as precauções, embora não espere absolutamente nada aqui. Acho que nesses assuntos é melhor pecar por excesso do que por omissão.

Agora, a segurança das nossas embaixadas no exterior, como de qualquer embaixada, é muito limitada às possibilidades do próprio país acreditante, do que ele pode fazer.

Os Senhores se lembram que no Século XVIII, havia o quartier da Missão, o embaixador ocupava a sua casa e todo o quartelão ao redor tinha imunidades. Ele levava com ele um batalhão de soldados, que ficavam ali. Houve até incidentes graves de rua, em Londres, entre tropas de um embaixador da Espanha e da França, que uma vez cruzaram. Tudo isso é impensável hoje. O que há é um mínimo de cautela maior. Há certas normas referentes à cautela, onde acreditem que pode haver alguma coisa de grave, façam isso ou aquilo, tomem cuidado, certas medidas referentes à maior segurança física das embaixadas. No caso de El Salvador, por exemplo, não havia nenhuma agência de segurança, na medida em que a polícia podia prover o guarda normal na porta da embaixada.

O que acontece numa situação de tensão é que a própria polícia local, ocupada com a agitação de rua, às vezes já com aspectos de rebelião ou o que seja, ela tem menos meios de atender às embaixadas, embora o Estado Territorial tenha uma obrigação especial, uma obrigação extra, com relação à segurança das embaixadas. O que fizemos, no caso de El Salvador foi mandar, porque não

tínhamos nenhum, mandar dois agentes de segurança. Usamos muito pouco isto e geralmente quando há sinais de que poderá ser útil. É óbvio que este tipo de precaução jamais poderá evitar uma invasão à embaixada. Poderá dar um pouco mais de alerta numa situação dessas, poderá talvez dissuadir pessoas que desejam fazer certos atos e que sabem que há um mínimo de resguardo da embaixada e assim por diante. Mas, na verdade, é muito pouco em termos físicos.

Os Senhores se lembram do caso da Embaixada Americana no Teerã, da Embaixada Americana em Islamabad, onde como sempre eles têm, inclusive, alguns fuzileiros, enfim, não uma tropa, mas um serviço de guarda. E numa situação dessas é inútil, o que pode ocorrer é eles matarem os fuzileiros.

De modo que há um risco que eles não podem deixar de correr e que o nosso pessoal tem aceitado sempre com muito senso de responsabilidade profissional. E o que se pode fazer, como eu disse, são medidas acautelatórias, medidas de efeito limitado, mas que são úteis, medidas que o próprio pessoal da missão pode tomar, no sentido de não se expor inutilmente, de uma guarda um pouco maior, uma possibilidade de talvez ter um preaviso, uma percepção de que algo de anormal pode ocorrer, com uma pequena antecipação. Por pouca que seja esta antecipação sempre é útil tê-la, 15 minutos, às vezes, podem ser decisivos numa situação dessas. Mas, não podemos ir além disso, não há, praticamente, nenhum país que tenha conseguido ou imaginado um sistema, digamos, que garanta, que assegure sua própria Embaixada.

O SR. PRESIDENTE (Tarso Dutra) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Permitam-me uma breve pergunta, mas que pode ter muitas implicações, no nosso modo de ver, este problema, sobretudo em relação à possibilidade de uma solução rápida e eficaz.

Indago a V. Ex^a: Há no Direito Constitucional colombiano ou na Legislação Ordinária impedindo a que o Presidente desse País possa negociar e encontrar, de pronto, uma solução para os reféns que permanecem na Embaixada?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Senador Aloysio Chaves a sua pergunta é muito pertinente porque uma alegação do Governo colombiano, e ele é o melhor intérprete, evidentemente, da Constituição do país e da sua obra jurídica interna, é de que não encontra, dentro dessa ordem jurídica interna, meios de atender às reivindicações dos guerrilheiros, isto é, as pessoas que estão *sub-judice*, condenadas, muitos deles ele não pode libertar; segundo a interpretação deles, nesses casos, nem caberia indulto e coisas desse tipo. O que pareceria, se se ficasse apenas nisso, é que seria impossível haver uma negociação, uma conversa. No entanto, ela está havendo. Aí é um problema que, do nosso ponto de vista, — e nos baseamos na obrigação internacional, está aqui bastante clara — isso é uma responsabilidade que não é nossa; não vamos interpretar a Constituição da Colômbia, nem a sua ordem jurídica interna, pois é uma solução que eles têm que encontrar. É evidente que uma ordem jurídica de qualquer país não prevê situações como essas, que são totalmente anormais. É uma situação anormal e que tem, obviamente, relevância. É uma questão também de aplicação de outra ordem jurídica, a do Direito Internacional Público. Então, tem o Sr. aí um problema. Entendemos que a obrigação do Direito Internacional Público se sobrepõe no sentido de que um país não pode excusar-se da responsabilidade pelo não cumprimento de uma obrigação internacional, para livrar-se da responsabilidade que decorreria do não cumprimento de uma obrigação do Direito Internacional, ele não poderia excusar-se alegando a sua ordem jurídica interna quando há uma incompatibilidade, um problema, que pode ser grave,

mas deve haver alguma maneira de resolver. Isso não quer dizer — isso é que precisa ficar claro — que nós, jamais, tenhamos dito ao Governo da Colômbia: vocês aceitem tudo que os guerrilheiros quiserem, vocês façam isso, ou aquilo; apenas dizemos: temos confiança em que vocês encontrarão um caminho para obter aquele resultado que esperamos de vocês e que, digamos, é uma obrigação internacional, ou seja, a libertação dos reféns. O processo que eles utilizarem é um problema deles. É um problema delicado, mas vemos, desse ângulo, desse ponto de vista.

O SR. ALOYSIO CHAVES (Fora do microfone.) — Alguns países a situação de emergência para as quais o Poder Executivo ou o próprio Parlamento estavam autorizados a adotar medidas individuais.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — O Sr. Senador tem toda razão. Isto creio que é um tipo de dispositivo que tem que ser criado, induzido, pelo que o mundo é hoje, naturalmente, com as ressalvas, as formas de avaliação pelos órgãos representativos, etc, de diversas maneiras mas que permitem enfrentar situações que, infelizmente, estão aí, ninguém pode garantir que não surjam.

O SR. ALOYSIO CHAVES — Agradeço a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Tarso Dutra) — Com a palavra o nobre Senador Aderbal Jurema.

O SR. ADERBAL JUREMA — Sr. Ministro, estamos aqui, honrados com a presença de V. Ex^a e, ao mesmo tempo, preocupados, como V. Ex^a, com os problemas da Embaixada Dominicana, em Bogotá. Logo, às primeiras notícias, fomos surpreendidos e depois essas notícias desapareceram, era de que somente na Embaixada Dominicana tinham sido surpreendidos, na hora da invasão, uma relação de 15 Embaixadores. Não sei se V. Ex^a confirma?

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Eram 11 Embaixadores, 2 Encarregados de Negócios e o Cônsul do Peru, enfim; inicialmente, eram 14, porque depois saíram, a Embaixadora da Costa Rica, o da Áustria e, agora, o do Uruguai.

O SR. ADERBAL JUREMA — A nossa pergunta é no sentido de dirimir dúvidas, porquanto nessa comemoração era natural que estivessem presentes todas as representações estrangeiras credenciadas no país; mas, a notícia são de que os países socialistas, das repúblicas populares, tinham se afastado meia hora antes, por causa de uma comemoração em uma outra Embaixada. Não sei se também da Alemanha Oriental, mas gostaria que se V. Ex^a tivesse elementos, nesse sentido, nos esclarecesse se, de fato, aconteceu essa retirada, meia hora antes da invasão da Embaixada Dominicana.

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Sim, Ex^a, a notícia que veio pelos jornais é correta. Os Embaixadores da Europa Oriental se retiraram antes, não sei se meia hora, mas se retiraram antes de ocorrido o incidente.

O SR. ADERBAL JUREMA — V. Ex^a falou antes em 15 minutos e 15 minutos realmente tem muita importância!

O SR. SARAIVA GUERREIRO — Eles se retiraram antes e aí, naturalmente, houve suspeitas jornalísticas, comentários, mas nenhum governo, creio, levantou problema com os governos desses países de que eles teriam tido um pré-aviso, que alguém lhes teria dito: olha, saiam, ou qualquer coisa nesse sentido. Esses Embaixadores explicaram que naquele dia, pela manhã, o novo Embaixador da República Democrática Alemã havia apresentado credenciais e, ao voltar do Palácio Presidencial, ele oferecia um vinho d'honor, uma coisa dessas, aos Embaixa-

dores dos países da sua região, e todos eles saíram juntos porque todos foram na hora determinada para estar com esse Embaixador que havia apresentado credenciais. Isso foi o que os jornais noticiaram e verificou-se que, de fato, houve essa coincidência.

O SR. ADERBAL JUREMA — A confirmação dessa notícia, nos esclarece a respeito da importância que V. Ex^a assinalou, dos 15 minutos, que, muitas vezes, evita males maiores. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tarso Dutra) — A palavra continua à disposição dos Srs. Senadores. (Pausa.)

Não havendo quem queira mais formular interpelação ao Exm^o Sr. Ministro, vou declarar encerrados os trabalhos desta Comissão, e dizendo da honra que representa para todos nós, a presença de S. Ex^a, atendendo a um convíte que lhe foi formulado.

Muito obrigado, Sr. Ministro.

Estão suspensos nossos trabalhos.

COMISSÃO DE SAÚDE

5ª Reunião, realizada em 21 de maio de 1981

As dez horas, do dia vinte e um de maio de mil novecentos e oitenta e um na Sala de Reuniões da Comissão, na Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Almir Pinto, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Lomanto Júnior, Henrique Santillo, Lourival Baptista e a Senhora Senadora Laélia Alcântara, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Guimard, Jaison Barreto e Saldanha Derzi.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Prosseguindo, Sua Excelência comunica que a presente reunião terá por finalidade, ouvir a palestra do Doutor João Batista Risi Júnior, Secretário Nacional de Ações Básicas de Saúde, do Ministério da Saúde, versando sobre o tema: "Programa Nacional de Vacinação. Dessa forma, encontrando-se presente o conferencista, Sua Excelência lhe concede a palavra que inicie a sua fala. Encerrada a exposição, a palavra é franqueada a quem dela queira fazer uso, para indagações ao palestrista, usando da mesma, os Senhores Senadores João Calmon, Henrique Santillo e, ao final o Senhor Presidente, que agradece a presença do Senhor Secretário.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Lêda Ferreira da Rocha, Assistente da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico, por determinação de Sua Excelência.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SAÚDE, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1981, ÀS 10:00 HORAS, REFERENTE À PALESTRA DO SENHOR SECRETÁRIO NACIONAL DE AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DOUTOR JOÃO BATISTA RISI JÚNIOR, QUE SE PUBLICA DEVIDAMENTE AUTORIZADO PELO SENHOR PRESIDENTE.

Presidente: Senador Jaison Barreto

Vice-Presidente: Senador Almir Pinto

Íntegra do Apanhamento Taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Como os Srs. Senadores já tiveram ciência, não só através da Comissão, como também pelo serviço de alto-

falantes do Senado, está presente o Dr. João Batista Risi Júnior, Secretário Nacional de ações Básicas de Saúde, do Ministério da Saúde, que vem fazer uma palestra sobre o programa de vacinação antipólio perante esta Comissão. Será uma coisa quase informal, porque eu tenho dito ao Dr. Batista a nossa dificuldades, principalmente nestes dois dias, quarta e quinta-feira, conseguimos um plenário com bastante assistência, porque as Comissões atropelam os Srs. Senadores. Mostrei para ele que, ao mesmo tempo, estou às 10 horas aqui e na mesma hora estou como Relator na Comissão de Finanças. Eu não tenho o dom da ubigüidade. Logo em seguida, às 11 horas, estarei na Comissão de Legislação Social e na mesma hora na Comissão de Municípios, juntamente com o Presidente Lomanto Júnior, Presidente daquela Comissão. Quer dizer, ficamos numa angústia nesta Casa, porque não temos o dom da ubigüidade. Então, temos de aproveitar e procurar ter meio dom da ubigüidade, para se ficar parte aqui e parte lá, ouvindo a palestra do Dr. Risi que se faz acompanhar do Sr. Augusto Becker, Diretor da Divisão Nacional de Imunologia da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, do Ministério da Saúde; do Dr. Freitas Mendonça, Diretor da Divisão Nacional de Educação e Saúde, da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, do Ministério da Saúde; e do Dr. Milton Braga, Coordenador de Distribuição da Central de Medicamentos, e também do nosso estimado Assessor Parlamentar do Ministério, Dr. Cascaio, figura muito nossa, muito amiga, o introdutor diplomático da comitiva ministerial na nossa Comissão de Saúde. V. S.ª disporá de 30 minutos para fazer sua explanação e depois, então, se os Srs. Senadores desejarem fazer qualquer pergunta, poderão fazê-lo. Com a palavra o Dr. João Batista Risi Júnior.

O SR. JOÃO BATISTA RESI JÚNIOR — Muito obrigado.

Inicialmente, queria agradecer ao Senador Almir Pinto o privilégio e a oportunidade que nos dá de vir, perante a Comissão de Saúde do Senado, expor um assunto que é da responsabilidade direta do Ministério da Saúde junto com o Ministério da Previdência e Assistência Social, porém que interessa a toda a massa da população brasileira, independente de qualquer tipo de discriminação, e nesse sentido é indispensável a participação e o engajamento dos representantes do povo. Por essa razão é que estamos aqui e acredito que vou tomar muito menos do que os trinta minutos previstos, porque, na realidade, a nossa finalidade é dar algumas informações adicionais sobre a vacinação nacional contra a poliomielite, que vai ser desenvolvida este ano, e solicitar exatamente a cooperação e a colaboração dos Srs. Senadores, para ajudar nesse empreendimento. Na realidade, como é do conhecimento de todos, no ano passado foi desenvolvida no País uma ação destinada a controlar efetivamente a poliomielite no Brasil. Esse assunto, que no ano passado teve um destaque muito grande em virtude de uma controvérsia surgida. Na realidade, não surgiu de uma decisão casuística, ela surgiu de um amadurecimento, de um trabalho que vinha sendo realizado há vários anos, no Brasil, com o objetivo de controlar a poliomielite. Principalmente a partir de algumas experiências que foram feitas no Brasil em 72 e 73, em diversos Estados, utilizando uma estratégia de vacinação que foi semelhante a que nós começamos a do ano passado. Apenas não teve um caráter nacional, apenas teve um caráter estadual, e a partir dos erros e dos acertos observados nessa oportunidade, e no ano passado surgiu o momento político oportuno antes de se colocar em prática esse tipo de trabalho. Como todos se lembram, houve uma epidemia de poliomielite muito grande, que começou em fins de 1979, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, sobretudo, e que levaram então, à adoção de uma estratégia de vacinação em massa contra poliomielite no Brasil, dentro de um sistema em que se previa através de uma mobilização ge-

ral das comunidades, se vacinar em apenas um dia a totalidade da população prevista para esse tipo de vacinação, considerando as características epidemiológica da poliomielite no Brasil, em que a imensa maioria de casos que se concentra em crianças abaixo de cinco anos de idade. Essa decisão surgiu também em função da observação de que, na realidade, em outro tipo de estratégia que talvez seja bastante mais adequado a países bem mais desenvolvido do que o Brasil, que estabelece uma ação permanente, quer dizer, através de postos permanentemente de vacinação, o recursos de imunização está durante e todo os anos, durante todos os dias do ano à disposição da população, o que exige, além de uma infraestrutura muito grande que não existe no Brasil, ainda uma conscientização muito grande da população para a necessidade desse tipo de utilização desses recursos. Então, a estratégia de vacinação em massa nos pareceu a única forma de se obter um resultado a curto prazo no controle de uma doença. E levando em consideração em termos de programa de imunização nós devemos sempre esperar resultados a curto prazo devido, exatamente, à disponibilidade do meio preventivo e à utilidade desse meio preventivo. Vou pedir ao Dr. Becker para passar um slide que dá uma idéia dos resultados que se obtiveram no Brasil, em termos médios nacionais, em termos de cobertura da vacinação, no grupo de idade menor de um ano, que é aquele alvo de programa de vacinação de rotina em que nós vemos que, nesse período de 75 a 79, com relação às três vacinas principais do Programa Nacional de Imunizações que são as vacinas contra a pólio, que são a vacina Sabin, a vacina tríplice e a vacina anti-sarampo. Nós vemos, apesar de um esforço muito grande, que resultou do aumento progressivo desses índices de cobertura vacinal, com relação às três vacinas, mas, na realidade, não se conseguiu atingir sequer um nível de 50% de cobertura vacinal, quando nós sabemos que para se interromper a cadeia de transmissão das doenças, esse nível de cobertura tem de ser muito mais elevado, tem de ser no mínimo em torno 80%. Então, essa é uma das razões fortes pela qual se adotou a estratégia da vacina em massa contra pólio, considerando que a vacina da poliomielite desse ser encarada de maneira diferente das demais vacinas, já que é aplicada por via oral, portanto independente de pessoal com a formação muito aprimorada em termos técnica de aplicação da vacina. Por outro lado, é uma vacina que, pela sua via de administração, apresenta um efeito, uma eficácia muito maior quando ela é aplicada em massa, quer dizer, dentro de um curto espaço de tempo a maior número possível de pessoas, porque ela possibilita a disseminação do vírus vacinal na comunidade, interrompendo, de imediato, um ciclo de transmissão da poliomielite. Então, por e essas razões se programou, no ano passado, essas duas etapas que ocorreram em 14 de junho e 16 de agosto de 1980, e que simultaneamente em todo o País se aplicou essa vacina, através de postos de vacinação improvisados. Em qualquer local que fosse de fácil acesso ao público, esses postos de vacinação instalados estiveram em torno de 92 mil, no ano passado, envolvendo cerca de trezentas mil pessoas, na grande maioria voluntárias para esse tipo de trabalho, e o número de pessoas vacinadas, que são apresentadas naquela tabela, mostra exatamente o resultado extraordinário que obteve, quando se esperava vacinar dezoito milhões e meio de crianças menores de cinco anos...

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Quero comunicar ao Dr. Risi que acaba de chegar a esta comissão o Senador Henrique Santillo, de Goiás.

O SR. JOÃO BATISTA RESI JÚNIOR — O número de vacinados superou a expectativa, mesmo dentro da faixa etária alvo de menor de cinco anos. No total de vacinados, esse número ultrapassou a vinte milhões de crianças.

Além desses resultados operacionais, nós podemos observar o impacto bastante significativo, em termos epidemiológicos, conforme nós podemos ver naquele gráfico. Nos temos ali uma área sombreada na parte de baixo que mostra o total de dose de vacinas contra a poliomielite aplicada no Brasil, desde 1975; e numa linha superior observamos o número de casos de pólio notificados desde 1975 para cada período de quatro semanas.

Então, o que se observa, na curva de poliomielite, é que havia uma variação cíclica que é característica da poliomielite. Quer dizer, a cada epidemia que surge esgotam-se os suscetíveis e a doença baixa. Quando, através dos nascimentos, dos novos cohorts infantis que surgem a cada ano esse número de suscetíveis aumenta, e quando não há uma ação de controle adequado temos uma nova epidemia, e assim por diante.

Em 1980, no final da curva, vemos o aumento significativo do número de doses aplicadas, em função das duas campanhas realizadas. Observe-se bem que este gráfico está em escala semilogarítmica, e não aritmética, porque de outra sorte, não caberia nesta parede esta curva. Mas há uma correlação perfeita entre esse aumento da vacinação realizada e a queda da incidência da poliomielite, atingindo a um nível bastante baixo ao final de 1980.

Uma outra forma de observar esse impasse veremos no próximo gráfico: a faixa sombreada no meio do gráfico representa a incidência média observada no período de 1975 a 1979, em que o limite superior é o número máximo médio de casos observados no período e é inferior ao número mínimo observado. Então, a curva de 1980, que dentro das expectativas normais ela deveria se comportar dentro dessa faixa sombreada, na realidade, após a aplicação da primeira dose e principalmente após a aplicação da segunda dose, houve uma modificação total e completa no tipo de curva observada.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Quero comunicar que acaba de chegar à sala o Senador Lourival Baptista, de Sergipe, também membro desta Comissão.

O SR. JOÃO BATISTA RESI JÚNIOR — Num outro gráfico a seguir, que está pouco mais atualizado do que esses dois anteriores, vemos aí nitidamente a variação cíclica da doença a partir de 1975, e a partir das duas vacinações em 1980 a queda da incidência, que chegou a um mínimo de oito casos. E aí nos baseamos no seguinte: no total desse período, 1975 a 1979, um período pré às campanhas realizadas, tivemos mais de doze mil casos de poliomielite notificados em todo o País, número esse que seguramente está aquém do que realmente ocorreu, em virtude das deficiências que são notórias e reconhecidas em termos notificação de doenças no Brasil. Este número total de casos, que em termos médios anuais representa em torno de dois mil quatrocentos casos observados, ou seja, cento e oitenta e sete casos observados a cada período de quatro semanas, já que o sistema de notificação é semanal, permaneceu praticamente uniforme dentro dessa variação cíclica, numa faixa que ia em torno de 100 a 400 casos a cada período de quatro semanas. Após a aplicação dessas duas etapas de vacinação, esse número baixou até oito casos no último período de 1980, ou seja, uma redução de cerca de 22 vezes e meia em relação à média observada anteriormente. Então, isso por si só demonstra o valor extraordinário que isso representa em termos de criança que deixam de morrer e adoecer por poliomielite isso representa um benefício social extraordinário.

A estratégia desenvolvida no ano passado estabelecia exatamente uma repetição desse tipo de vacinação em massa, com o objetivo, primeiro, de completar a vacinação de rotina, que é feita até com alguma eficiência em poucas áreas do País. E, por outro lado, provocar isso em impacto de interrupção da cadeia de transmissão da doença através da substituição do vírus da vacina pelos

vírus que normalmente é o vírus selvagem natural que normalmente circula nas comunidades. Nós, então, neste ano de 1981, estamos programando para o dia 13 de julho e quinze de agosto uma vacinação exatamente dentro desses mesmos moldes. E já nesse gráfico, que está atualizado até os três primeiros meses de 1981, vemos já um pequeno aumento nessa curva da pólio, que é um dado ainda preliminar, que carece de uma análise mais profunda, uma vez que nem todos esses casos foram ainda confirmados, o processo da confirmação de casos poliomielite é um pouco lento, em virtude de exames de laboratório e da verificação de seqüelas da doença. Embora esse dados careça da maior análise, seguramente estão incorporados aí alguns casos que não serão confirmados posteriormente, em virtude exatamente de a grande promoção de assunto poliomielite ter seguramente incorrido em uma melhoria do sistema de notificação de casos suspeitos da doença, mas, de qualquer forma, verificamos, e esse gráfico mostra isto muito bem, que a doença absolutamente não foi colocada sob controle a partir de uma simples vacinação de um ano e que nós se não repetirmos um trabalho de vacinação sistemática contra a doença aliado a uma ação de vigilância epidemiológica bastante intensiva, com o objetivo de detectar o mais precocemente possível qualquer caso suspeito de poliomielite que ocorra e se tomar as medidas de controle focal adequadas, o problema vai retornar novamente. Então, este é o trabalho que estamos repetindo este ano, e a razão principal da nossa vinda aqui para mais uma vez pedirmos a colaboração dos Srs. para que realmente o trabalho tenha o êxito que se deseja. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência faculta a palavra aos Srs. Senadores presentes.

Com a palavra o nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON — Desejo falar em nome de todos os meus colegas da Comissão de Saúde ao felicitar efusivamente V. S^a pela brilhante exposição que nos satisfaz plenamente. Como V. S^a é Diretor da Secretaria de Ações Básicas de Saúde, portanto um posto chave dentro da estrutura do Ministério da Saúde, gostaria de revelar que quando exercia as funções de Ministro da Saúde o Dr. Paulo de Almeida Machado, numa viagem que realizamos juntos para Minas Gerais, quando me queixava, como sempre amargamente, das escassas verbas destinadas à educação nesse país, apenas 4,3% do orçamento, o titular da pasta da Saúde do Governo Geisel declarou que eu me deveria consolar porque as verbas destinadas ao Ministério da Saúde ainda eram mais irrisórias do que as destinadas à educação. Fez, então, S. S^a uma espantosa revelação. Ao tomar posse no Ministério da Saúde, ele constatara que o total das verbas alocadas para o Ministério da Saúde era inferior ao total das verbas do Hospital das Clínicas de São Paulo. Diante de uma revelação tão espantosa, revelei certo ceticismo, e o Ministro Paulo de Almeida Machado reafirmou que a sua informação era 100% exata porque ele fora Secretário da Saúde do Estado de São Paulo e acrescentou uma informação que conhecia. A Secretaria da Educação de São Paulo tem uma verba superior ao total das verbas do Ministério da Educação e Cultura para toda a República Federativa do Brasil.

O SR. ALMIR PINTO — V. Ex^a me permite?

O SR. JOÃO CALMON — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Secretário de Saúde que fui no Ceará, e comparecendo quase que quadrimestralmente a reuniões em diferentes Estados do Nordeste — porque havíamos formado naquela ocasião o Conselho de Saúde do Nordeste, compreendendo da Bahia ao Maranhão, nove Estados — tivemos uma revelação feita pelo Ministro Raimundo de Brito que dizia

ter a maior boa vontade em querer atender o Nordeste, as Secretarias de Saúde do Nordeste, mas enquanto o orçamento do Ministério da Saúde é de 180 milhões de cruzeiros para todo o Brasil, a Secretaria de Saúde de São Paulo dispõe de 205 milhões.

O SR. JOÃO CALMON — Muito obrigado ao Presidente desta Comissão, que é também um médico notável e que, como Parlamentar se houve com excepcional brilhantismo na Assembléia Legislativa do Ceará, onde tive o privilégio de conhecê-lo. Mas, prosseguindo na indagação. Como V. S^a declarou que essa companhia de vacinação cobriu apenas 50% do total das crianças e que o mínimo desejável, segundo entendi, seria de 80%, eu indago: essa cobertura insuficiente de 50% e não o mínimo de 80%, quando o ideal seria de 100%, resultou dessa escassez de verbas destinadas ao Ministério da Saúde? Ou V. S^a tem informações, já que ocupa um ponto chave do Ministério da Saúde, de que as verbas destinadas àquele Ministério são razoavelmente satisfatórias? Porque, provavelmente, depois da saída do Dr. Paulo de Almeida Machado, pode ter ocorrido algum aumento substancial das verbas destinadas ao Ministério da Saúde em nosso País.

Finalmente, eu encerraria essa minha intervenção com a seguinte pergunta: será que, por falta de verbas para uma cobertura desses 80% de crianças a serem vacinadas ou até 100%, o que seria ideal, morreram mais centenas de milhares de crianças no Brasil, precisamente porque este País ainda não se conscientizou da necessidade de dar à educação e à saúde a prioridade que mereceriam ter?

O SR. JOÃO BATISTA RESI JÚNIOR — Inicialmente, um esclarecimento, nobre Senador João Calmon. Apresentei dados, mostrando que a vacinação não chegava a 50%, mas não me referi às campanhas. Referi-me ao trabalho de rotina, que foi feito previamente a essas campanhas de vacinação. E exatamente essa incapacidade em elevar esse nível de cobertura foi um dos fatores que determinou a adoção dessa estratégia de campanha. Essa incapacidade de atingir esses níveis satisfatórios de cobertura são resultado, evidentemente, da precária infra-estrutura de saúde, que nós temos no Brasil ainda. Enquanto temos alguns Estados com uma situação privilegiada, como é o caso de São Paulo, que através de um trabalho de rotina tem conseguido atingir níveis superiores a 80% de cobertura vacinal, existiam outros, como o Maranhão, por exemplo, em que esses índices chegavam a 5%.

Então, essas disparidades regionais do Brasil são incríveis.

Outro aspecto a ressaltar, com relação a recursos, é que toda essa programação de rotina depende de verbas do Ministério da Saúde, quer dizer, é da responsabilidade das Secretarias de Saúde dos Governos estaduais.

Agora, outro assunto que poderia ser levantado era o de recursos para a realização dessa campanha, que chegou como mostramos ali naqueles números, a mais de 90% de cobertura em todos os Estados da Federação. Mas foi um trabalho realizado, em que se mobilizou todos os recursos disponíveis, dentro e fora da área de saúde, dentro e fora do Ministério da Saúde. Essa foi uma maneira que achamos de conseguir os resultados satisfatórios.

O Ministério da Saúde, embora não tenha a menor dúvida de que seja um Ministério pouco dotado, em termos orçamentários, proporcionalmente a outros, é um Ministério que dispõe dessa força política, que é exatamente a capacidade de juntar esforços nacionais em torno de uma causa, que é uma causa que interessa a todos nós. Era o que eu poderia responder ao nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO — Dr. João Batista Resi, desejo, inicialmente, cumprimentar V. Ex^a pela exposição e, ao mesmo tempo, sendo V. S^a Diretor da Secretaria Nacional de Ações Básicas de Saúde, traduzir também o cumprimento a todos aqueles que, no País — e são poucos — dedicam-se às ações básicas de saúde.

Veja V. S^a que estamos tratando de um problema tão sério quanto este, absolutamente independente de posições político-partidárias.

Falou, há pouco, com V. S^a um eminente Parlamentar, o Senador João Calmon, de um partido. Fala, agora, um outro modesto parlamentar, de outro partido, e oposicionista, mas para concordar, em gênero, número e grau, com as colocações que o eminente Senador João Calmon fez, secundadas pelo eminente Presidente, Senador Almir Pinto.

Não me parece haver dúvida de que têm havido seríssimas distorções no tratamento da problemática da saúde no País. Porque, ao mesmo tempo em que se deu uma ênfase às ações assistenciais, descuro-se tremendamente das ações básicas de saúde. Não apenas o Ministério da Saúde realmente não pode contar com recursos materiais indispensáveis para dar a este país-continente uma atenção especial a esse problema, com tantas endemias que temos, entremeadas por gravíssimas epidemias, quanto, também, se descuro na área educacional. Quanto a isso, não sei se V. S^a confirmaria, mas a opinião que temos é de que não apenas faltam recursos materiais, mas também recursos humanos, mal formados ou não formados para essa área.

Então, penso eu que esta Comissão de Saúde do Senado estaria realizando um trabalho, desempenhando uma missão importante para o País, na medida em que se repetissem exposições como esta e que nós pudéssemos discutir esses problemas.

Realmente, o que se aloca, em termos de recursos materiais, às ações básicas de saúde, está extremamente aquém do mínimo que este País necessita para este setor.

Quando se alega isto, que as verbas para saúde são pequenas no Orçamento da União, o que algumas autoridades dizem é que nos esquecemos de acrescentar a isso todas as verbas manipuladas pela Previdência Social. Isto, no meu modo de entender, é um sofisma. Não é bem verdade. As verbas manipuladas pela Previdência Social se destinam, no que diz respeito à ação de saúde, a um setor que é importante, mas que não deveria continuar tendo, neste País, atenção bem acima das atenções necessárias para a ação básica de saúde.

Então, o que verificamos? É que o Ministério da Saúde, por exemplo, a esta altura do campeonato — me permita o termo — teve de realizar esforços — eu diria — sobre-humanos, determinadas campanhas de vacinação, para tentar controlar uma doença infecto-contagiosa, das mais graves, que é o caso da pólio e, enquanto isso, outras doenças endêmicas continuam minando a saúde do povo brasileiro, sem o mínimo de atenção especial.

Prezo, extremamente, por exemplo, a SUCAM. Tenho uma admiração especial pelo pessoal que trabalha na SUCAM, pessoal de um idealismo sem par. Aliás, a nossa História está sempre a nos dizer, a nos demonstrar que os homens que se dedicaram às ações básicas de saúde neste País sempre foram os mais idealistas, aqueles que mais deram de si à comunidade, à Nação brasileira.

Admiro, tanto quanto admiro os nossos grandes médicos do passado, o pessoal humilde que trabalha na SUCAM. Mas a verdade é uma só. Não dispõe a SUCAM de um mínimo de recursos materiais para desempenhar a sua função, no que diz respeito à tentativa de controle de determinadas endemias do País, que continuam grassando. No meu Estado, mesmo. A doença de Chagas, no meu Estado, é uma coisa de se espantar, aqui vizinho de Brasília, a um pulo de Brasília, a alguns minutos de Brasília. A alguns minutos de Brasília, temos problemas seríssimos de focos de doenças de Chagas, que, de certo

modo, se trabalha, a SUCAM faz o possível, mas que, na verdade, continua incontrolável.

Eu poderia citar aqui talvez uma dezena, infelizmente, de doenças endêmicas graves.

Mas é por isso que eu quero cumprimentar V. S^a Sei que V. S^a é um homem dedicado às ações básicas de saúde e representa, neste momento, todo o pessoal que, trabalhando no Ministério da Saúde, dedica-se a isso.

Aceite os meus cumprimentos.

Eu não teria nenhuma pergunta, senão secundar o posicionamento crítico do eminente Senador João Calmon.

É verdade, o Ministério da Saúde foi transformado aos poucos — me perdoe — num Ministério de segunda classe, em termos de atenção governamental.

Não acuso, aqui, nenhum de seus Ministros, e muito menos o pessoal dedicadíssimo de que dispõe o Ministério da Saúde. Muitos eu conheço, inclusive pessoalmente: dedicam-se com muito idealismo a este problema. Mas, na verdade, submetidos a limites e a cerceamentos inadmissíveis, num País como o nosso, de 120 milhões de brasileiros, em que a metade, pelo menos, ainda continua submetida a doenças endêmicas gravíssimas.

Era só isso. Não levanto nenhuma questão. Apenas parabeno V. S^a Cumprimento, na sua pessoa, todo esse pessoal, mas desejando que a Comissão de Saúde do Senado possa continuar, como o fez hoje, colaborando através de discussões mais aprofundadas, no futuro, com o governo, com as autoridades do setor, e, ao mesmo tempo, tentando sensibilizar a tecnocracia da necessidade de que temos, de dedicar este governo uma atenção especialíssima à educação, que se conjuga com essa problemática do setor saúde e para o qual nós não temos pessoal formado em número suficiente. E quando digo à saúde, não me estou referindo aos ambulatórios do INAMPS com aquelas filas intermináveis e que, se consultadas, verificaríamos que se estivéssemos há mais tempo nos dedicando a alguma coisa de nossa atenção às ações básicas, pelo menos, metade delas não existiriam.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência vai usar da palavra.

Dr. Resi, a Comissão de Saúde do Senado Federal prepara-se para realizar, em setembro próximo, um Seminário de Saúde. Sei bem do trabalho que o Presidente titular, Senador Jaison Barreto, e o coordenador do referido Simpósio, o nobre Senador Henrique Santillo, desempenharão, para que esse simpósio se revista do maior êxito possível.

É intenção da Presidência interina, até que o seu titular reassuma, tão logo esteja terminada a licença que lhe foi concedida pelo Senado Federal, promover reuniões frequentes com autoridades sanitárias do Ministério da Saúde, como que preparatórias para o grande simpósio que esta Comissão levará a efeito no mês de setembro próximo.

O nobre Senador Henrique Santillo deu um retrato muito exato do que na verdade é o problema de saúde no Brasil. E o nobre Senador João Calmon, por sua vez, como um homem dedicado ao problema educacional brasileiro, apresentou, também, há poucos dias, aqui no Senado, um quadro por sinal muito apreciado por todos, do que na verdade é o Ministério da Educação e Cultura do Brasil, e como andam os problemas educacionais, bem como os problemas sanitários.

Portanto, é nossa intenção — e creio que V. S^a poderia desde logo levar o nosso convite verbal, que depois o formularei em caráter oficial, ao superintendente da SUCAM, para, possivelmente na primeira semana de junho, vir até aqui a nossa Comissão como o faz agora V. S^a, para nos dar também uma amostragem de como andam os problemas das endemias, no País, cooperando, desta forma, para a preparação daquilo que será estudado, discutido, ventilado no grande simpósio que a Nossa

Comissão deseja levar a bom termo, em setembro próximo.

Quero, nesta oportunidade, agradecer a V. S^a pela gentileza de ter aceito o nosso convite e aqui estar para falar sobre o problema da poliomielite. Uma coisa, Dr. Resi, ainda nos preocupa: não é só a poliomielite, não é só a doença de Chagas, não é só a malária, não é só a tuberculose, mas dentre as doenças infecto-contagiosas, aquela que também preocupa muito o brasileiro ainda é a meningite ou encefalite epidêmica, que, por infelicidade, parece-me que ainda não dispomos de uma prevenção para exterminar este perigo quase que permanente no território nacional.

Quero agradecer a V. S^a a gentileza da presença a esta Comissão e dizer-lhe que a nossa Comissão de Saúde do Senado está inteiramente à disposição de S. Ex^a o Sr. Ministro da Saúde, enfim, do Ministério da Saúde, para tratarmos de assuntos pertinentes à saúde do povo brasileiro. Agradeço, portanto, a V. S^a, e à distinta comitiva que V. S^a trouxe a este plenário da Comissão de Saúde do Senado Federal.

Era só o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 10 horas e 55 minutos.)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

5^a Reunião, realizada em 19 de maio de 1983

As dez horas do dia dezenove de maio de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores Álvaro Dias — Presidente, Affonso Camargo, Severo Gomes, Enéas Faria, José Ignácio, Marcelo Miranda e os Senhores Deputados Hélio Duque, Dilson Fanchin, Santinho Furtado, Paulo Marques, Valmor Giavarina, Celso Saboia, Renato Bernardi, Pedro Sampaio e José Tavares e o Doutor José Carlos Jordão da Silva, Vice-Presidente do Conselho Nacional do Café, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente propõe seja dispensada a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada, e, em seguida convida o Doutor José Carlos Jordão da Silva, para ocupar lugar de honra à mesa.

Prosseguindo, o Senhor Presidente concede a palavra ao Doutor José Carlos que presta seu depoimento sobre a cafeicultura brasileira.

Após a exposição do Senhor Vice-Presidente do Conselho Nacional do Café, usam da palavra todos os presentes.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece o depoimento do ilustre convidado, assim como a presença dos Senhores Senadores, Senhores Deputados e demais presentes e determina, em seguida, que as notas taquigráficas, tão logo traduzidas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ANEXO À ATA DA 5^a REUNIÃO, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, REALIZADA EM 19-5-83, REFERENTE À PALESTRA DO DOUTOR JOSÉ CARLOS JORDÃO DA SILVA, VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO CAFÉ. PRESIDENTE: SENADOR ÁLVARO DIAS, VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOÃO CASTELO.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Srs. Senadores, srs. Deputados, ilustres visitantes, a Comissão de Agricultura tem a honra de receber, para esta reunião, lideranças da cafeicultura de diversos Estados produtores

de café: Sr. José Carlos Jordão da Silva, Vice-Presidente do Conselho Nacional do Café e Presidente do Sindicato Rural de Ibirapua; Dr. Pedro Burnier Presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo; João Bortoloti Conselheiro da FAISE, Rio Novo do Sul e Espírito Santo; Dr. Roberto Luiz Baroni, Diretor da Cooperativa de Garça, São Paulo; Wilson da Silva, Diretor do Sindicato Rural de Garça; Roque Bardine de Souza, da Alta Paulista, São Paulo; Elpidio Oswaldo Utoboni, Vera Cruz, São Paulo; Isac Ferreira Leite, Vice-Presidente do Conselho Nacional do Café; Francisco Galle; Joaquim Libaneo Leite, da Junta do IBC; Manoel Carlos Hernandes, do Sindicato Rural de Cantanduba; Manoel Hernandes, Diretor COPERCITROS; Garibaldi Duarte Realy, Vice-Presidente do Conselho Nacional do Café; Vanderlino Bastos, Membro do Conselho Nacional do Café; Constância Pereira Dias, Presidente da COCAMAR, e do Conselho Nacional do Café; Silvio Fernandes Dias, da COCAMAR, Maringá; Wiltcerker, do Conselho Nacional do Café, Manhançu, Zona da Mata, Minas Gerais, Vicente Hernandes Cantanduba, São Paulo, Vasco Busato, Presidente da Cooperativa de Santo Antônio da Platina.

O tema é "café". E nós poderíamos dizer que o tema é desemprego, o grande drama nacional de hoje. Só no Paraná, no ano passado, 123 milhões de cafeeiros foram erradicados, significando a expulsão de cerca de trinta e cinco mil famílias. Por isso, meu caro Senador Severo Gomes, entre aqueles paulistas que saíram às ruas há poucos dias, por certo estavam muitos paranaenses desalojados da área rural de nosso Estado.

O café, sem dúvida nenhuma, tem sido um instrumento para a manutenção do homem no campo. E a manutenção do atual parque cafeeiro é sem dúvida nenhuma, da maior importância, já que, se perdermos parte do parque cafeeiro existente hoje no Brasil, teremos uma elevação assustadora do índice de desemprego.

As reivindicações formuladas pelo Conselho Nacional do Café encontraram ressonância no Congresso Nacional. Vários parlamentares se pronunciaram a respeito delas na Câmara dos Deputados. Tivemos a satisfação de fazer o mesmo no Senado da República.

Tenho a impressão que melhor do que nós, parlamentares, os cafeicultores sabem dos motivos, das razões que justificam as suas reivindicações. Por isso, para não perdermos tempo — nós temos a tribuna do Congresso a nossa disposição todos os dias — queremos ouvir do Vice-Presidente do Conselho Nacional de Café, Dr. José Carlos Jordão da Silva, uma exposição inicial, para depois termos os debates.

Esclarecemos aos presentes que esta Comissão está aberta para os debates. Para participar dela não há necessidade de ser parlamentar, não há necessidade de ser Senador ou Deputado; todos poderão participar dos debates. Assim, o Congresso Nacional pode colher subsídios para os debates que devem ter continuidade depois através dos representantes dos diversos Estados aqui no Congresso Nacional.

Concedo a palavra ao Sr. José Carlos Jordão da Silva, Vice-Presidente do Conselho Nacional do Café.

O SR. JOSE CARLOS JORDÃO DA SILVA — Excelentíssimo Senador Álvaro Dias, Srs. Senadores e Deputados.

O Conselho Nacional do Café está extremamente honrado em atender ao convite de V. Ex^a para aqui comparecer e participar do diálogo com os nossos representantes. Sem dúvida, esta reunião se traduz, para nós cafeicultores, para a nós, homens da agricultura, numa grande esperança. Este diálogo entre nós e os nossos representantes no Senado e na Câmara chega significar a esperança de uma luz no fundo de um corredor, que nos parece um pouco escuro.

O Conselho, evidentemente, atendendo ao convite de V. Ex^a, Presidente que é da Comissão de Agricultura do

Senado, procurou mobilizar representantes dos principais Estados cafeeiros. Trouxemos para esta reunião representantes do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo. Lamentavelmente, companheiros nossos da Bahia não tiveram condições de vir. Mas, dada as relações estreitas entre o Conselho Nacional do Café e os cafeicultores baianos, temos a impressão que estamos em condição de representá-los.

Em poucas palavras, Sr. Presidente, eu queria falar sobre o Conselho Nacional do Café.

Os cafeicultores, em 79 e 80, ao aproximar-se a grande safra de 81, movimentados pelas suas lideranças, fizeram um movimento no interior do País sem nenhuma coordenação. Os nossos órgãos sindicais de segundo e terceiro graus, vítimas do próprio sistema fechado, em que nós vivíamos, tinha homens cristalizados em postos sindicais, que, aquela altura, já não representavam mais os desejos da classe. E havia um consenso na cafeicultura de que deveria surgir uma nova entidade para acabar com uma representação até certo ponto elitista, distanciada da realidade do cafeicultor. Foi assim que surgiu, numa reunião realizada em São Paulo, nos dias 3, 4, 5 de dezembro de 80, o Conselho Nacional do Café.

O imobilismo das nossas entidades de classe fez com que levássemos para o Conselho aqueles líderes dos quais destaco a pessoa de Garibaldi Realy, que dos seus setenta e quatro anos, tem cinquenta de luta pela cafeicultura brasileira.

O CNC surgiu já com os ares da abertura. Em 1981, em 9 de junho, fizemos aquela memorável reunião de Brasília, da qual muitos dos Srs. Deputados e Senadores aqui presentes participaram, e trouxemos à Brasília cerca de seis mil cafeicultores. O Conselho passou, a partir daí, a galvanizar a opinião da cafeicultura, já que procurou levar para os seus quadros diretivos cafeicultores não do asfalto, mas eu e tantos outros que moram em suas propriedades e vivem exclusivamente da atividade cafeeira. O primeiro passo nosso foi óbvio: unimo-nos às nossas cooperativas, porque vemos nelas até uma opção de filosofia econômica para os países do terceiro mundo, e acreditamos nessa filosofia. Junto com elas o Conselho vem desenvolvendo um trabalho no sentido de buscar dias melhores para aquilo que, como bem V. Ex^a bem observou, constitui o ganha pão de mais de 10% da população brasileira.

Srs. Senadores, dos instrumentos da produção brasileira, a cafeicultura é a que melhor distribui renda. Só para lhes dar um exemplo, da safra que vamos colher, de cada saca produzida, distribuiremos, em mão-de-obra direta, de 16 a 18 mil cruzeiros, dependendo do nível de tecnologia e mecanização usadas em diversas regiões cafeeiras.

Evidentemente, a nossa presença, aqui, hoje, tem como objetivo fazer um apelo do Conselho Nacional do Café aos nossos representantes, no sentido de levarem ao Governo reivindicações que são legítimas, porque não estamos buscando privilégio, mas um valor que antes de tudo deverá perenizar essa riqueza que, antes de ser nossa, é da Nação.

Vou tentar sintetizar basicamente as reivindicações da classe produtora.

Se nós analisarmos o esquema cafeeiro de uma safra, existem três pontos fundamentais que constituem um embasamento da política de comercialização interna. Primeiro, o preço de garantia; segundo, o esquema de financiamento do produto colhido, que nos outros produtos agrícolas seria EGF; e, por fim, um instrumento de execução dessa política, para podermos chegar até o porto com o nosso produto, ou seja, as diversas seqüências de comercialização interna.

É preciso dizer que a cafeicultura, da produção ao porto, é constituída de vários segmentos; os maquinistas, os torradores, os exportadores. E na luta por uma fatia de cruzeiros, que representa o diferencial entre o custo

da produção e o valor da cambial líquida do porto, o segmento da produção tem sempre levado a pior, saindo sempre com a menor fatia. Senhores, hoje, dos cruzeiros líquidos gerados pela exportação de uma saca de café, o Governo fica, no momento, com 62,3% do valor total, representados por 95 dólares de confisco. O ICM, calculado aqui em 13% da exportação, deveria ser um percentual um pouco mais alto, porque o mercado interno paga 16%, e mais os encargos sociais. Então, de uma saca produzida, dos cruzeiros líquidos gerados pela exportação, com o dólar, hoje, aumentado para Cr\$ 483,88, o Governo fica com 62,3%. O cafeicultor recebe, hoje, sem um preço de garantia, porque o preço está estabilizado desde 1º de dezembro — alguma coisa em torno de 23, 24 mil cruzeiros. E saibam V. Ex^{as} que está sendo vendido café no Espírito Santo, na Zona da Mata mineira, no Sul de Minas, no Estado de São Paulo e na Bahia a 17 mil cruzeiros, porque o agricultor não tem dinheiro para colher, fazer a colheita. Então ele vende a 17 mil cruzeiros, hoje, para entregar esse café daqui a 60 dias. Recebe os 17 mil no ato para dar início ao processo de colheita, porque estamos totalmente sem financiamento, a nível de interior. Quando ele consegue colher alguma coisa e precisa vender este café, para dar seqüência ao processo da colheita, obtém alguma coisa em torno de 23, 24 mil cruzeiros para os cafés melhores, que está significativamente abaixo dos custos de produção levantados pelo próprio Governo.

Nós então elaboramos um trabalho e o entregamos ultimamente ao Governo. Considerando o preço de garantia em cruzeiros, dividindo pelo dólar do dia, chegamos à média, de 79 a 1982, de 107,57 dólares por saca. E o que a classe vinha recebendo, em termos de moeda americana, por saca no exercício da política do preço de garantia. Projetamos um dólar para julho da ordem de 530 cruzeiros. Mantendo-se essa mesma rentabilidade para o setor, teríamos que ter um preço de garantia em torno de 57 a 58 mil cruzeiros. Evidentemente que isso parece ser uma realidade. Desprezou-se ainda a inflação americana para se fazer esses cálculos. Confessamos que não somos economistas mas, o nosso cálculo tem bastante realidade, talvez mais do que os cálculos deles. Admitimos que a quota de sacrifício da cafeicultura, que já data de séculos, devia ser dessa vez oferecida pela própria classe. Admitimos um preço de garantia absorvendo totalmente o ônus da maxidesvalorização. Então, escoimando esse dólar da maxidesvalorização, chegaremos a um preço de garantia de 46 mil cruzeiros.

A Cooperativa de Guaxupé fez um estudo, que eu trago aqui comigo. Após a maxidesvalorização de 30%, de fevereiro a maio os nossos insumos agrícolas usados na produção do café subiram, em média, 82%. A maxidesvalorização foi 30%, e os nossos insumos subiram, em média, 82%, alguns deles relacionados com atividades de colheita, como o pano para colheita, a sacaria. O pano subiu 192% de fevereiro a maio, e a sacaria, a primeira viagem, 90%. Então, nessa economia indexada, sempre contra aqueles que produzem produtos primários, porque não tem como repassar para o seu produto o ônus das indexações, o agricultor sempre leva a pior. Tentamos coonestar esses números, estudando várias hipóteses para se chegar ao preço de garantia, e todas elas nos dão números em torno de 54, 55 mil cruzeiros. Utilizamos inclusive o IGP, que é o Índice Geral de Preços de disponibilidades internas, que o Governo anuncia e o último que eu tinha a disposição na época era o de março de 1983 — número puro, 2965,8. Pegamos como referência o número 77. Pegamos o preço de garantia 77, que eram 2 mil cruzeiros. Aplicamos o índice, e chegamos a um preço de garantia, para manter simplesmente a correção desse preço, de Cr\$ 57.321,00 para 1º de abril.

Vasculhando a Lei que trata do Estatuto da Terra, a 5.404, de 30 de novembro de 1964, encontramos o seguinte parágrafo 1º do art. 85: "Para a fixação do preço

mínimo, tomar-se-á por base o custo efetivo da produção, acrescido das despesas de transporte para o mercado mais próximo e da margem de lucro do produtor, que não poderá ser inferior a 30%. Essa lei jamais foi cumprida neste País. Os 30%, calculados sobre o custo de produção, levantados pelo próprio IBC, daria um valor líquido, a nível de produção, de 39 mil cruzeiros. Como o produtor recebe os 80% devidos do preço de garantia, isso projetaria um preço de garantia de 48 mil 750 cruzeiros acima dos 46 que a classe está pleiteando. A classe está consciente do momento em que vive a Nação e está disposta a abdicar da simples correção dos valores que recebíamos há cinco ou 6 anos, e, sem dúvida nenhuma, vê no aumento da eficiência produtiva a única maneira de nós remunerarmos com alguma margem de lucro, e temos que tê-la, pela nossa responsabilidade empresarial. Parece que sentimos isso, lamentavelmente, quando entramos em contato com áreas do Ministério da Indústria e Comércio, embora a classe não esteja pleiteando lucro. Mas, falar em lucro em agricultura, parece que é pecado mortal. E fomos altamente punidos por termos levantado esse raciocínio que a lei nos oferece, de 30% de margem de lucro sobre um custo de produção que a autarquia levanta, porque eu tenho que andar nu, meus filhos não podem estudar e a minha mulher tem que andar sem roupa, uma vez que as despesas do proprietário com a manutenção da sua família não compõem os itens de cálculos de custo. Sequer a nossa despesa de alimentação e de manutenção da nossa família na propriedade rural eles aceitam incluir na planilha de custo. Fazem tão simplesmente o custo de produção da lavoura ao terreiro, sem considerar os insumos tecnológicos, tais como uma administração um pouco mais sofisticada, uma contabilidade que nós precisamos ter, a manutenção da nossa família, a nossa aposentadoria, os encargos sociais do proprietário, impostos territoriais rurais, o FUNRURAL que nós pagamos. A aposentadoria de empréstimos rural, lamentavelmente, está totalmente em desarmonia com aquela que ganha o empresário urbano, seja comerciante, seja industrial.

Então, Sr. Senador, deixarei em mãos de V. Ex^a esse nosso último trabalho, que mostra alternativas e coonesto um pedido de 46 mil cruzeiros, muito aquém daquele que queríamos, aplicando-se simplesmente a correção monetária.

Na segunda parte do nosso trabalho voltamos a insistir naquela tecla que mostra a classificação de um produtor em mini, pequeno, médio e grande, a fim de receber dinheiro subsidiado para capital de giro. O comércio e a indústria têm o amparo da Instrução 695. Só se fala em subsídio à agricultura, mas a pequena e média empresas industriais e comerciais gozam de juros subsidiados para capital de giro nos mesmos níveis dos juros cobrados da agricultura. Uma empresa industrial que fatura até 392 milhões é considerada de pequeno porte. Um comerciante que fatura até 134 milhões de cruzeiros é considerado de pequeno porte. E um produtor rural, o teto é de 6 milhões e 735 mil cruzeiros. Onde está o princípio de isonomia? Onde está o princípio de justiça, de igualdade perante a Constituição? É de médio porte uma indústria que fatura até 945 milhões, um comerciante que fatura até 449 milhões e um produtor rural que fatura até 33 milhões. Isto é um convite à ineficiência. Talvez seja melhor ficar bebendo cerveja na praça, ou no boteco de esquina, do que se dedicar à produção agrícola, porque, na medida em que se produz mais, se encarece o preço do dinheiro. Talvez o administrador eficiente vá limitar a sua produção, porque o custo do dinheiro, hoje, é um componente que chega a pesar 46 a 50% no custo da produção agrícola. Além disso, ainda estimula a sonegação, porque é a saída — a economia é uma força que não pode ser tamponada — e a venda sem nota resultará em prejuízo ao Estado e à própria Nação.

Este quadro, Srs. Senadores, Srs. Deputados, mereceria uma revisão por parte do Governo. Esperamos a atuação de V. Ex^{as} nesta área, para que isso seja conseguido.

Na última parte, fazemos um enfoque, um estudo sobre a falácia do subsídio à agricultura. Lamentavelmente, não tinha em mãos, dados muito atualizados, mas, comparando os subsídios, entre aspas, que se concede à agricultura brasileira, com aquilo que acontece em todos os países industrializados do mundo, quer na América, quer na Europa, o subsídio à agricultura brasileira desaparece frente ao volume e ao valor dessa produção calculada em qualquer moeda. Este é um assunto que os Senhores devem conhecer bem melhor do que eu.

Este foi, em síntese, o último trabalho apresentado. Os companheiros que nos acompanham e eu estaremos à disposição dos Senhores para qualquer esclarecimento.

Para terminar, Sr. Presidente, gostaria de apenas enforçar um assunto que ao Conselho Nacional do Café parece ser de suma importância. Enfatizar aqui, para os senhores políticos, eleitos pelo povo, a importância social do café, acho que estaria perdendo tempo. Os Senhores já conhecem, principalmente aqueles dos Estados cafeeiros mais antigos. O café distribuiu riquezas, fez uma reforma agrária democrática, fez cidades, construiu esta Nação e, sobretudo, lhe deu raízes culturais, e o povo que não cultiva essas riquezas descaracteriza-se como Nação.

Queria apenas fornecer um dado. Se somarmos a exportação mundial de café de todos os países produtores, que, por razões ecológicas, se concentram no Cone Sul, próximos ao Equador, formaríamos alguma coisa em torno de 60 milhões de sacos. Se multiplicarmos isso por 180 dólares, em média, a saca, teríamos que todos os países produtores recebem alguma coisa, essa alguma coisa — o nosso Ministro do Planejamento gosta de falar assim — está em torno de 10,8 bilhões de dólares. Estes 10,8 bilhões de dólares são comercializados por 7 grandes companhias, sendo que duas delas, Nestlé e General Foods, têm 95% do mercado prateleira no mundo, e transformam esses 10,8 bilhões de dólares produzidos por nós, países chamados de terceiro mundo, no mercado internacional, em 970 bilhões de dólares, que nós, produtores, não participamos sequer com um dólar.

Há 256 anos este País é o maior produtor de café do mundo. Não temos uma marca brasileira no exterior. O nosso solúvel sai em containers e é embalado por essas grandes empresas, que os põe nas prateleiras dos supermercados, conforme a sofisticação da embalagem, que chega a ser em porcelana, com tampa de ouro, a 18 dólares, meia libra.

Então, Senhores num comércio internacional de 970 bilhões de dólares, — e os Senhores cresceram ouvindo falar que o café é o segundo produto no mundo depois do petróleo — os 10,8 bilhões não vão para os países do terceiro mundo, que são os produtores. Acho que está na hora de cobrarmos uma postura mais agressiva, já que o Estado se arvora no grande exportador, no diretor central, da política cafeeira brasileira. E é de se fazer justiça ao atual Presidente do IBC, que tem desempenhado um trabalho bom na área externa. Na área interna, estamos ao total abandono.

Isto seria, Senhores, o que gostaria de dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Muito grato a V. Sr. José Carlos Jordão da Silva.

Colocamos os microfones à disposição dos presentes para o debate. Os parlamentares, inclusive, poderão formular indagações ao representante do Conselho Nacional do Café aqui presentes. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Hélio Duque.

O SR. HÉLIO DÚQUE — (Fora do microfone — inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Muito obrigado ao Deputado Hélio Duque.

Continua livre a palavra. (Pausa.)

Com satisfação vamos ouvir a palavra de um cafeicultor, que tem sido mais do que um cafeicultor, um líder insistente, que busca aqui no Congresso, permanentemente a adesão de parlamentares nesta luta em prol do café: é o nosso amigo do Paraná, Garibaldi Duarte Realy. Peço que V. Sr. se aproxime de um microfone, porque seu depoimento será registrado também nos Anais do Congresso.

O Sr. Garibaldi Duarte Realy é Vice-Presidente do Conselho Nacional do Café.

O SR. GARIBALDI DUARTE REALY — Excelentíssimo Senador Álvaro Dias, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, Srs. Deputados e outras pessoas presentes aqui:

Depois de mais de 40 anos de luta na defesa da agricultura, vinha e venho sentindo que o que falta para nós, agricultores, é uma cobertura junto ao Poder Público.

Antigamente era no Rio de Janeiro, onde era mais fácil chegarmos do que aqui em Brasília. Para se vir aqui tem-se uma despesa muito grande, pois a distância é muito grande. A cidade é muito embrulhada e não entendemos muito bem isto aqui. Três vezes, que venho aqui para participar da instalação desta Comissão, e já me perdi aqui dentro uma porção de vezes. Ontem à noite, no hotel estava com a perna bamba de tanto trabalhar na defesa dessa agricultura. Nestes 40 anos, vi que a nossa salvação será contar com o apoio dos Senhores, aqui, porque não temos os recursos que têm os industriais, os comerciantes, os banqueiros, como os Senadores todos viram. Liguem a televisão, lá um presidente de uma entidade do comércio ou da indústria. Qualquer jornaleco dava notícia sobre os problemas da estatização dos bancos. Os nossos problemas, seriíssimos, que se relacionam à manutenção de milhões de trabalhadores rurais, pouca gente dá importância, principalmente o Governo. Por que? Porque nós, agricultores, para fazer uma reuniãozinha lá no interior, temos que sair caçando gente a laço, porque não há telefone, e a maioria mora no interior, não lê jornal nem ouve rádio. Então, para fazermos uma reunião pequena, perdemos um tempão danado para juntar meia dúzia de "gatos pingados."

Na cidade, os operários, por telefone, reúnem no mínimo quarenta, cinqüenta mil, põem fogo em ônibus, e o Governo atende às suas reivindicações. Ficamos nessa choradeira. Corre para lá, corre para cá, e não temos tido uma cobertura. Eu ultimamente, acho que só podemos contar com esse apoio em virtude da colaboração dos Senhores Deputados e Senadores.

Sabemos que o Governo está olhando esta Casa por um outro prisma. Até o ano passado, ou há dois anos, a nossa Casa, que é dos Senhores, pois os elegemos, o Governo pouco importância dava. Hoje, o Governo tem que olhar essa situação por outro prisma, e isto quem tem me falado é gente do próprio Governo. Então, nós estamos no Conselho Nacional do Café, fazendo um trabalho para reunir Deputados e Senadores, começando pelos Deputados e Senadores do meu Estado, o Paraná. Encontrei a melhor boa vontade para esse apoio tanto nos Deputados e Senadores de um partido como de outro.

Nós não estamos aqui, Srs. Congressistas, para criar embaraços ou fazer barulho, como estão querendo fazer os outros operários, porque nós enxergamos que a situação do País não está de fazer onda. Nós temos que juntar tudo, trabalhar, para ver se nós tiramos o país deste buraco e que nós não colaboramos para que ele en-

trasse. Mas, se depender de nós, agricultores, vamos nos esforçar o máximo para tirar o país desta crise financeira, porque acima da minha fazenda, da minha situação, eu coloco a situação do meu País. E como eu, todo caboclo do interior que vive da terra, como eu vivo — estou há quarenta e seis anos em cima de uma fazenda — trabalha para deixá-la para os seus netos. No entanto, há seis meses me quiseram tomá-la porque depois da geada de 75, mais duas ou três secas, não tinha condições de pagar os compromissos que assumi nesse ano. Ameaçaram-me tomar a fazenda, de colocar os meus contratos no cartório. Fui ao Banco do Brasil e disse lá e repito aqui: "a minha fazenda ninguém toma, comigo vivo. Enquanto eu for vivo, se alguém for lá para tomar a fazenda, eu meto bala. Eu trabalhei quarenta anos para deixar esta propriedade para os meus netos, e lá não entra Banco do Brasil, não entra oficial de justiça, não entra ninguém comigo vivo. Então, se os Srs. Congressistas não derem essa mão que nós estamos pedindo, com a força que têm, não temos outro caminho, a não ser fazer desordem, como já estão querendo fazer por aí.

Eu, antes de entrar para o Conselho Nacional do Café, participava de uma comissão que fazia reuniões em São Paulo, Paraná, Minas, Espírito Santo. O nosso sentido era fazer uma marcha sobre Brasília, como nós tentamos fazer no tempo de Juscelino Kubitschek. Quando eu vi que o Conselho estava no caminho certo, unindo as entidades de classe todas para trabalhar num sentido de colaboração, eu vim aqui três vezes, pois eles queriam um diálogo. Nós vínhamos aqui, falávamos duas, três horas e ninguém falava nada do outro lado. Eu dizia: "que diabo de diálogo é esse que só um fala e o outro escuta e não resolve nada?" Então, nós estávamos querendo partir para um movimento mais radical, mais violento, como os Senhores falam aí. Mas o nosso Presidente pediu-nos que fizéssemos uma tentativa de diálogo, e nós estamos fazendo até ao ponto em que nós pudermos aguentar. Daquele ponto em diante não sei qual será o argumento que vamos usar. Então, procurei os Deputados e Senadores do Paraná e de outros Estados, que eu conheço muito, e estou pedindo, insistindo e implorando para que os Senhores olhem os nossos problemas com mais boa vontade. Nós não temos os recursos que têm as pessoas de outras atividades para chegarem mais perto do Governo. Qualquer industrial ou banqueiro bate nas costas de qualquer Ministro. Nós, não. Pedimos uma entrevista a um Ministro. Éramos para ser recebidos às 9 horas. Fomos recebidos às 22:30, sem jantar lá no Ministério, eu e uma turma — não sei se tem aqui alguém que veio comigo.

De modo que estamos procurando esse apoio dos Srs. Parlamentares. Nós estamos formando uma subcomissão das Comissões de Agricultura daqui do Senado e de lá da Câmara dos Deputados.

Ontem, estive aqui com o nosso companheiro da Comissão de Economia. Também ele vai convocar uma reunião lá para nós debatermos esse problema. Com o apoio da Comissão de Agricultura do Senado e, talvez, dessa Comissão da Câmara dos Deputados, é possível convencermos o Governo para reconhecer o nosso esforço.

O Jordão falou em uma porção de itens, que nós, homens do interior, interpretamos de outra maneira.

O Governo descongelou o confisco cambial, que tinha fixado em 50 dólares, no ano passado. Participei de reuniões aqui durante quase um mês e foi preciso mexer com uma porção de gente para conseguir isso. Quando chegou em dezembro, o Governo descongelou o confisco e soltou o reajuste mensal — descongelou o que não podia descongelar e o café parou no preço de dezembro. Então, nós, do interior, quando chega uma notícia dessa, vamos ao Banco do Brasil e desabafamos, falando todos os nomes feios que sabemos. Mas isso não resolve nada.

O que resolve é o que nós estamos fazendo aqui. O absurdo, Senhores é que de cada duas sacas de café que vendemos para o Governo, uma fica de graça. Agora, qual é a atividade que agüenta tirar 100% do que ele produz?

O Jordão pediu um preço mínimo de 35 ou 36 mil cruzeiros por saca de café. Só o dólar que nós damos para o Governo, não precisávamos de um tostão dele para nos atender. Essa diferença de dólar é justamente a garantia que nós pedimos. Mas concordamos em ficar com o confisco a 50 dólares e reajustar o preço de acordo com a desvalorização do cruzeiro, mensalmente. Isso o Governo não faz. Parece-me que agora, com os novos entendimentos, ele está querendo olhar isso por um outro prisma. Mas se nós não tivermos o apoio, a compreensão dos Senhores dos dois partidos, não conseguiremos isso. Não temos interesse nenhum de criar caso com o Governo, de hostilizar o Governo. Como eu disse ontem para o Jordão, nós, do interior, vamos subir num morro até aqui. Agora, se chegarmos aqui e não conseguirmos nada, é para virar para baixo, e nós viramos em outro setor.

Então, o que estou pedindo aqui, e tenho encontrado, como já disse, é a colaboração de Deputados e Senadores dos dois partidos. Futuramente, nós, da agricultura, esperamos vir aqui e tomarmos o tempo dos Senhores, como já tomamos o tempo dos Deputados da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

Amanhã vamos à Comissão de Economia. Queremos contar com a boa vontade de todos os Senhores quando tivermos problemas e precisarmos de conhecimento aqui em Brasília. Precisamos ter a liberdade de chegarmos até os Senhores, como estamos chegando hoje, e contar com este apoio, não só para a cafeicultura, mas também para a agricultura. Esta é a obrigação de todo brasileiro. Sentimos que da nossa atividade, pelo menos 60% do que o Governo vai precisar para resolver essa situação grave que estamos atravessando, ele vai contar conosco. Nós, do Paraná, temos dado ao Governo o que ele tem pedido. Praticamente, estamos aumentando, de ano para ano, a nossa safra, sem o apoio e o estímulo dos financiamentos que, como o Jordão falou aí, são muito fracos.

Então, quero fazer o apelo para continuar contando com o apoio que nós estamos tendo aqui, de chegar, com liberdade, falar com os Srs. Deputados e Senadores, para nos apoiarem naquilo que precisamos.

Nós temos a questão do preço do café. Temos outro problema que está meio perigando.

No ano passado, eu vi cooperativa de São Paulo, exportando café, ter um lucro de seis a sete mil cruzeiros por saca. Eu vim aqui no Rio, falei com o Ministro Camilo Penna, que estava numa reunião de comissão parlamentar de inquérito, e mostrei para S. Ex^a aquilo. Disse-lhe: "Sr. Ministro, não é possível manter esse mecanismo que o Governo montou aí para exportar café, em que um comerciante de café, que não aplica nada, não arrisca nada, ganha seis, sete mil cruzeiros na exportação do café. Nós temos as nossas cooperativas que podem fazer essa exportação, como esta aqui fez." E mostrei para S. Ex^a essa diferença de preço. Então, S. Ex^a chamou o Presidente do IBC para tomar providência, e a partir daí abriu a possibilidade de as cooperativas exportarem, café no ano passado, num setor pequeno. Era a primeira vez que isso acontecia. As Cooperativas estão-se preparando para exportar um maior número de sacas.

Estou sabendo que há um movimento do comércio, de reduzir, ou extinguir, estas cotas que as cooperativas estão exportando. Esse é um problema, Srs. Senadores, Srs. Deputados, do qual eu falo aqui em nome do produtor lá do interior, que mora na sua fazenda, que conhece os seus empregados e sabe sacrifício que eu faço com a minha família que mora lá comigo. Eu não vou deixar comerciante nenhum ganhar sozinho o que eu posso ga-

nhar através de minha cooperativa. Esse é um ponto que não abrimos mão de maneira nenhuma.

O Presidente da Federação das Associações Rurais do Espírito Santo me informou que as cooperativas do Espírito Santo não conseguiram cotas no IBC. Se há um Deputado ou Senador do Espírito Santo aqui, peço que ajude a resolver esse problema. Não é justo que os cafeicultores do Espírito Santo não tenham essa vantagem que nós, do Paraná, Minas e São Paulo estamos tendo.

De modo, Srs. Deputados, que o que queria dizer aos Senhores era isto; a agricultura, não só a cafeicultura, conta e espera contar com o apoio dos Senhores. Não digo que venha aqui cobrar nada dos Senhores. Venho aqui pedir, e, se precisar, implorar, mas não vou dar muito sossego aos Senhores.

Qualquer problema que tiver lá e que não tiver solução, venho aqui atrás dos Senhores. Se gostarem, muito bem, se não gostarem, venho do mesmo jeito.

Desculpem-me alguma coisa. Agradeço a todos e peço desculpas se falei alguma bobagem aqui. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro dias) — Seja bem-vindo, Garibaldi. (Palmas.)

Continua livre a palavra. (Pausa.) Concedo a palavra ao Deputado Pedro Sampaio, que é Presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados.

O SR. PEDRO SAMPAIO — Sr. presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados e componentes da classe de produtores de café do meu País.

Pedi a palavra para informar a V. Ex^a que na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados foi aprovado requerimento no sentido de se realizar lá, em data que será previamente anunciada, uma mesa-redonda com o objetivo de analisar os problemas que os cafeicultores estão trazendo a esta Casa, estão trazendo ao Congresso Nacional, no sentido de que os Srs. parlamentares que lá comparecerem possam produzir um documento que indique ou que peçam providências necessárias para auxiliar a cafeicultura nos seus problemas e que tão bem estão sendo explanados nesta reunião.

Queremos dizer que toda a nossa Comissão, a Comissão de Economia, pela totalidade de seus membros, por unanimidade, aprovou esse requerimento. Todos os Srs. Deputados estão muito empenhados em ver solucionados, ou pelo menos oferecer a sua colaboração, e sua ajuda, no sentido de que os pedidos dos cafeicultores do nosso País sejam atendidos.

E eu não poderia deixar, também, nesta oportunidade, de louvar e de aplaudir o pronunciamento desse grande cafeicultor do meu Estado, o Sr. Garibaldi Realy, que há tanto tempo luta pela sua classe, que há tanto tempo luta pela cafeicultura. E posso me lembrar, já contei isto ao próprio Garibaldi Realy, que nos anos 50 e 60, quando Garibaldi, no Paraná, liderava movimentos, a marcha da produção e todos os outros, ele nos incluía pelo seu entusiasmo naquele movimento, mesmo sem sermos cafeicultores, pelo entusiasmo e pela convicção com que ele sempre defendeu os interesses dos cafeicultores do meu Estado e do País. E me lembro muito bem, Garibaldi, que na minha casa, no meu escritório, os Senhores faziam as suas reuniões, elaboravam planos de trabalho e discutiam as medidas que deveriam ser tomadas. O Senhor conseguia envolver no problema, pela sua simpatia, pela sua convicção, pela honestidade de propósitos que sempre demonstrou, pessoas que nem cafeicultores eram, como é o meu próprio caso.

Por isso, quero louvar V. Ex^a pelo seu depoimento. Quero dizer da emoção que ouço o seu depoimento, simples, sincero, honesto nesta Casa do Congresso Nacional, e dizer a V. Ex^a e a todos os Srs. Senadores e cafeicultores, Srs. Deputados, que na Câmara dos Deputados, muito especialmente na Comissão de Economia, es-

taremos inteiramente à disposição de todos para oferecer a colaboração necessária e que estiver ao nosso alcance, no sentido de que os Senhores consigam efetivamente medidas que venham de encontros às aspirações da cafeicultura brasileira, tão judiada, tão sofrida, durante toda a sua história.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Concedo a palavra ao Sr. Pedro Burnie, Presidente da Federação dos Cafeicultores do Espírito Santo.

O SR. PEDRO BURNIE — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é uma satisfação muito grande da Federação da Agricultura estar aqui, neste momento, com os Senhores, representado 42 sindicatos rurais do nosso Estado, que hoje congregam 35 mil pequenos cafeicultores.

Falar em café no nosso Estado é falar no sangue da agricultura capixaba. Como os Senhores sabem, o Espírito Santo foi um Estado bastante sofrido com o problema da erradicação de café, há dez anos. Se os Senhores voltarem lá, hoje, verão novamente um Estado ressurgido das cinzas, e atualmente é realmente um pomar de café.

Estamos às vésperas da maior colheita de café do nosso Estado, que será em torno de 4 milhões e 800 mil sacas. Quero transmitir aos Senhores a confiança que os cafeicultores do Espírito Santo depositam na sua principal atividade, confiança essa que está visivelmente abalada com essas últimas mudanças que a política cafeeira tem apresentado. Acho uma responsabilidade muito grande de todos, principalmente nós, líderes da classe e dos Senhores, representantes do povo, junto ao Poder Executivo, de frustrar essa nova tentativa do café — na minha terra. É muito grave o problema da afirmação democrática que nós atravessamos, hoje em dia. Devemos dizer aos Senhores que temos de acreditar na democracia e confiar nela, e nós, produtores, precisamos ver essa confiança assegurada também através da nossa economia. A democracia, socialmente, é desejável, e economicamente, é necessária. Trabalhamos um produto, no qual 62%, como disse o nosso Presidente, pertence ao Governo. Temos no Governo o principal ditador das normas de comercialização do café. Então, os Senhores, como representantes do povo junto ao Governo estão, quer queiram, quer não, intimamente ligados aos nossos problemas. Posso afirmar que estamos nesta situação porque queremos. A cafeicultura nunca necessitou, até hoje, de subsídios do Governo. A conta "café" é, e sempre foi, uma conta superavitária neste País. Dizer isto, desculpem-me, atinge aos princípios mezinhas de economia dos que há 50 anos dirigem a cafeicultura nacional.

De maneira que queria, neste depoimento, dizer que no Espírito Santo há os mesmos problemas, as mesmas reivindicações são feitas através do Conselho Nacional do Café. A nossa esperança é que, através do apoio de V. Ex^{as}, que representam o nosso povo, nós, da cafeicultura, tenhamos um desenvolvimento mais democrático.

Que os Senhores pensem que se passa pela cabeça de 35 mil cafeicultores do Estado que há 3 anos solicitam dos órgãos do Governo a possibilidade de exportar café, que pedem para ter uma cota de exportação de café e há três anos esse pleito é negado? Há três anos batemos na porta do Ministro da Indústria e do Comércio, há três anos batemos na porta do IBC. Até hoje 35 mil produtores estão aguardando a possibilidade de ter uma cota de exportação de café para as suas cooperativas.

Digo aos Senhores que realmente a democracia tem que existir também para 35 mil cafeicultores, e digo aos Senhores que sempre o meio rural esteve na retaguarda, e sempre foi o depósito de valores, de esperança moral desta Nação. É sempre o meio rural que traz, através de gerações, o apoio à reivindicações, o apoio à ordem constituída.

Nas palavras de Realy, nosso companheiro de tantos anos de luta, o CNC é o último bastião para o qual nós apelamos para a ordem constituída, e apelamos dentro da normalidade democrática. Eu gostaria de dizer aos Senhores que nós, realmente, estamos no ponto de perder a confiança no Governo. Nós precisamos de apoio, precisamos da sensibilidade do Ministro da Indústria e do Comércio, precisamos da sensibilidade do Instituto Brasileiro do Café para com a economia cafeeira nacional. Nós não podemos estar vendendo o café, hoje, pelo mesmo preço de há doze meses.

A nossa colheita no norte do Estado já está na metade. Os nossos cafeicultores mais apertados já venderam o produto pelo mesmo preço do ano passado. Esses homens estão perdendo a confiança.

De maneira que estas são as palavras que eu trago no momento em que realmente necessitamos do apoio dos Senhores, que são os nossos representantes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Com a palavra o Sr. Constâncio Pereira Dias, Presidente da COCA-MAR.

O SR. CONSTÂNCIO PEREIRA DIAS — Eu posso falar até aos nossos amigos cooperados. Então, a liberdade é bem maior.

Senhores representantes da Câmara dos Deputados e Senado Federal, primeiro o nosso agradecimento a V. Exs. à possibilidade de estarmos aqui, hoje a minha intervenção vai ser breve, porque quero apenas transmitir aos Senhores parlamentares que esses produtores que estão aqui, agora, foram premiados pela necessidade de comparecerem a esta Comissão. O agricultor, normalmente, e eu posso dizer isso porque conheço bem o agricultor, porque vivo com o agricultor o dia-a-dia, é desagregado; ele não se reúne socialmente. Só se reúne na hora difícil, na hora de muita dificuldade. Eu acho que essa hora chegou, nós a estamos atravessando. E queria transmitir aos Senhores um dado fundamental e importante: a cafeicultura, hoje, está nas mãos dos pequenos produtores. Raro são os grandes produtores, porque eles foram felizes e puderam sair da atividade. Só permaneceram nesse setor os infelizes que não tiveram outras oportunidades. Esses estão lá, debaixo do pé de café, porque aquilo é o seu investimento. Se não fosse aquilo ele também teria saído da atividade.

É em nome desse pessoal — e eu, como Presidente de uma cooperativa que congrega mais de 4 mil pequenos proprietários com menos de 10 alqueires — tenho a obrigação de lhes falar. Graças a Deus, consegui sair da atividade, mas não posso deixar de vir lutar por esses 4 mil e tantos pequenos produtores, porque eles não podem fazer como eu. Eu hoje vou tentar arrumar uma solução para eles saírem da cafeicultura. Vou tentar financiamento para mexer com óleo de mamona, bicho da seda, quero ver se consigo uma solução. E como o Pedro Sampaio, que conhece Nova Esperança, está ali, nós vamos tentar arrumar financiamento para montar alguma coisa diferente, porque em cafeicultura esse Governo já nos desanimou. E não é só esse, não; historicamente nos desanimou. Ficamos abismados de ver que há tempo estávamos lutando aqui para conseguir 90 bilhões de cruzeiros para o financiamento do café, quando, na mesma época o Governo jogou pela janela 600 bilhões de cruzeiros nas mãos das instituições financeiras falidas.

Nós vamos indo, mas nos aborrecemos com essa atividade. Então, eu queria dar essa ênfase ao pequeno produtor de café, que é a grande e quase total generalidade do cafeicultor brasileiro. E nós temos obrigação — e os Senhores, como representantes do povo brasileiro, sabem — temos uma obrigação muito grande para com esses pequenos produtores. Era só isso que eu queria falar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Com a palavra o Deputado Santinho Furtado.

O SR. SANTINHO FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. membros do Conselho Nacional do Café.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de fazer um apelo aos Srs. Senadores, o mesmo apelo que fiz quando assumi a Presidência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados: que esquecêssemos a sigla partidária, e, unidos, de mãos dadas, trabalhássemos em favor dessa agricultura falida de nosso País. (Palmas.)

Parece-me que hoje não compareceu nenhum Senador do PDS. Eu gostaria que tivesse aparecido algum Senador do PDS, para que, juntos, pudéssemos fazer reivindicações. Eu tenho certeza de que todos os membros do PMDB são favoráveis às reivindicações feitas pelos cafeicultores deste País.

Formulo este apelo ao Sr. Presidente da Comissão, Senador Álvaro Dias, aos demais membros desta Comissão, porque nós precisamos, como já disse o Garibaldi Realy, lutar, gritar, para ver se conseguimos alguma coisa.

Disse o companheiro Jordão que está na hora de pedir e exigir alguma coisa. Eu acho que já passou da hora.

Vejam o trabalho feito por esta Comissão. Existem diversas alternativas. Eu tenho certeza de que se fosse algum grupo mal-intencionado, se fosse alguma multinacional, entre as alternativas, eles iam exigir as melhores para eles. Nós, os cafeicultores — eu também sou cafeicultor — estamos exigindo a menor, estamos exigindo um direito, de acordo com a Lei nº 4.504, do Estatuto da Terra. Estamos exigindo que essa lei seja cumprida, nada mais. Os cafeicultores vêm aqui com o chapéu na mão, com humildade, pedir para que o Governo cumpra a lei, nada mais do que isso. Por isso, nós temos que fazer um movimento muito grande para ver se conseguimos alcançar aquilo que temos direito.

O Garibaldi Realy, esse grande Líder da cafeicultura brasileira, é uma pessoa humilde, que veio aqui pedir para a gente mostrar ao Governo que a cafeicultura está falida e que se tem que fazer alguma coisa. Ele procura, por todos os meios, pacificamente, ver se consegue alguma coisa. Mas eu tenho a certeza de que, com seus 74 anos de idade, 50 de luta pela cafeicultura brasileira, ele será o primeiro da fila para uma marcha para Brasília, isso eu tenho certeza, apesar de toda a sua idade.

Por isso peço aos companheiros, aos Srs. Senadores, aos Srs. Deputados: vamos nos unir, vamos exigir aquilo que a cafeicultura tem de direito. Vamos exigir e reivindicar, também, que as cooperativas tenham maior quota para exportar. Fala-se tanto em cooperativismo neste País. Por que não exigimos que se defina uma maior cota de exportação através das cooperativas? Este tem que ser também um movimento para reivindicar e exigir imediatamente a suspensão dos leilões do estoque de café do IBC. É outro movimento que tem que ser imediato, já.

O Governo brasileiro tem a mania de importar na hora errada e exportar na hora errada também. Ele importa na hora que se produz e exporta na hora em que não se tem produto. Então é agora, joga na hora da colheita do café, joga o pequeno estoque de café em leilão. É uma exigência que nós temos que fazer urgentemente. O Governo tem que sentir o problema. Eu tenho a impressão que não sente. O Governo tem que entender que para se pagar essas dívidas, para se levantar o Brasil, só existe uma coisa neste País: a terra fértil e um povo trabalhador. O Governo esquece isto, abandona a agricultura, abandona a cafeicultura, que gera empregos e divisas, empregos para milhões de brasileiros desempregados. O que o Governo deveria fazer? Tinha que incentivar a agricultura, a cafeicultura, soltar dinheiro para a cafeicultura, pagando o preço certo, e não tomar. O Governo é sócio no lucro, mas não é sócio no prejuízo. En-

tão, acho que devemos fazer com que o Governo veja que só podemos gerar empregos incentivando uma das bases da agricultura brasileira, que é o café. Nós precisamos incentivar o plantio de café. Estão acabando com o café. Há pouco o Sr. Presidente dizia que 123 milhões de cafeeiros tinham sido erradicados. Isso é antigo: onde sai o pé do homem entra o pé do boi. Não há outra alternativa.

Tenho dito que no Brasil, enquanto se implanta uma reforma agrária para terras não produtivas, terras devolutas, o pequeno produtor está sendo obrigado a vender a suas pequenas áreas para pagar o Banco do Brasil e aplicar o restante na caderneta de poupança. E eu até tenho dito, e repito todas as vezes que fizer uso da palavra, que dentro de pouco tempo nós vamos ter de comer capim e caderneta de poupança. Por quê? Porque não há outra alternativa. Porque quem compra essas terras de pequenos produtores, se for fazer o cálculo dos juros, do custo, não há outra alternativa senão plantar capim. Então, nós vamos ter que ir treinando a fazer salada de capim e comer caderneta de poupança.

De modo, companheiros, que faço um apelo a todos os Senadores, particularmente os do PDS, para que nesta Comissão lutem para salvar o Brasil, incentivando e ajudando essa cafeicultura falida.

Ainda existem muitos líderes homens sacrificados na sua vida particular, que se dispõem a vir à Brasília reivindicar aquilo a que têm direito; fazer com que o Governo cumpra a lei.

Este o apelo que faço aos Srs. Senadores, aos companheiros e aos Deputados. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Deputado Santinho Furtado, levanta uma questão, que eu acho justo fazer o registro.

Parece-me que os Senadores do PDS não estão preocupados com o problema do café no Brasil. Aqui não compareceu sequer um Senador do Partido do Governo. Registro a presença daqueles que prestigiaram esta reunião: Senador Afonso Camargo, Senador Enéas Farias, Senador José Ignácio, do Espírito Santo, Senador Marcelo Miranda, de Mato Grosso, Senador Severo Gomes, de São Paulo, e os Deputados Hélio Duque, José Tavares, Pedro Sampaio, Renato Bernardes, Paulo Marques, Santinho Furtado, Valmor Giavarina, Dilson Fanchin, Norton Macedo, Roberto Cardoso Alves e Celso Saboia.

Com a palavra o Sr. Isac Ferreira Leite, Presidente da Cooperativa de Guaxupé e Vice-Presidente do Conselho Nacional do Café.

O SR. ISAC FERREIRA LEITE — Sr. Presidente da Comissão de Economia do Senado, Senador Álvaro Dias, Srs. Deputados, meus companheiros agricultores:

Considero esta reunião, Sr. Presidente, um fato histórico na economia cafeeira. E vejo a possibilidade de que um segmento tão importante da economia nacional possa ressurgir com o apoio dos Senhores, e, talvez, com esta reunião que hoje se inicia. Essa confiança nós esperamos levar daqui e transmitir aos nossos associados. Sou o responsável por 2 mil e 500 associados, a grande maioria de pequenos produtores, em Guaxupé, no sul de Minas.

E vejo também, com grande satisfação, que o Deputado Pedro Arthur Sampaio, Presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados já está programando uma mesa-redonda com este mesmo objetivo.

Sr. Presidente, eu estava muito preocupado, ao iniciar esta reunião, com a falta de continuidade desse diálogo, que hoje se inicia. Porque, eu não sou tão jovem mais, e tenho sempre em vista o seguinte: muito trabalho iniciado com muita boa vontade e com muita disposição não tem continuidade; muitas vezes cai no vazio, por falta dessa continuidade.

Deputado Pedro Sampaio, peço a V. Ex^a que não demore a convocação dessa mesa-redonda, porque nós estamos justamente nas vésperas de uma nova safra. Ela já se iniciou em alguns Estados, mas em outros deverá ser iniciada até o fim do corrente mês. São problemas gravíssimos que estão aí dependendo de soluções e que irão influir demais nos preços e no futuro da nova safra.

Como já foi dito, nós temos, por exemplo, preço de garantia. Em financiamento, nós temos o regulamento de compra do IBC, que deverá tirar parte desse estoque. A oferta é muito grande e há necessidade de recursos para os produtores tentarem continuar com as colheitas, porque senão eles serão obrigados a fazer vendas não muito vantajosas. Tendo já um programa, um esquema de safra estabelecido, um esquema de financiamento, um esquema de comercialização de safra, inclusive com disposição de compra pelo IBC, será um recurso que ele terá para poder se garantir e não ter seu produto vendido a preço vil. De modo que essa mesa-redonda que o Deputado Arthur Sampaio propõe, eu acho que será de grande importância também. Peço a V. Ex^a que procure realizar o mais rápido possível essa mesa-redonda, a fim de evitar esse descalabro.

Na exposição do meu companheiro, que foi muito bem feita e bem clara, um detalhe muito importante não foi ventilado, e é o que mais nos preocupa e mais nos assombra, e está-nos levando, vamos dizer, assim, a situações quase de insolvência: são os juros que nós somos obrigados a pagar hoje. Dizia-se que os juros era subsidiados. Eu nunca achei que eram subsidiados.

Participando de um seminário de crédito rural, no Rio de Janeiro, no ano passado, onde compareceram todas as autoridades do Governo da área monetária, todas elas foram unânimes em afirmar que o subsídio de juros à agricultura não era inflacionário. Todas diziam isso, eu tenho os anais. Se os Senhores pedirem à Sociedade Nacional de Agricultura do Rio de Janeiro os anais desse seminário, verificarão essa afirmativa nos pronunciamentos daquelas autoridades. No entanto, hoje, nós verificamos o contínuo aumento dos juros para a agricultura, e ela sem condições de injetar esses recursos para frente, porque, na hora em que fizer isso, ela também não terá mais condições de vender. O consumidor não tem capacidade de pagar por um produto primário, como o nosso, preços com as elevações naturais que os juros vão provocar. Este é um drama terrível, para o qual chamo a atenção dos Senhores, e peço que tomem nota, porque isso está levando o País a uma situação crítica. Nós já tivemos juros de 18, que passou para 38, depois para 45, para 60, e nós já temos informação de que já existe estudo visando a passar para 85.

Há um plano de se tirar o subsídio da agricultura — dizem isto — e substituir por preço. Então volto à minha tese. Eu acho justo, tirem os juros e deem à agricultura a capacidade de se capitalizar, para trabalhar com recurso próprio. Porque para depender de juros na base atual do mercado, o preço será tão alto, que é impossível o consumidor também absorvê-lo. Nós não temos a capacidade de transferir, fazer esse repasse ao consumidor. Seria então um desastre muito pior ainda.

Queria somente, sem me alongar, festejando e cumprimentando a atitude do Senador Álvaro Dias, que teve a iniciativa desta reunião, fazer apelo para que ela continuasse, porque é uma coisa importante. Nós estamos em contato com as autoridades do Executivo. No jogo democrático, esta reunião que realiza esta Casa, que é chamada a Casa do povo, deve receber todas as nossas aspirações e ser o nosso porta-voz, ser o nosso apoio e nos defender junto às autoridades responsáveis. Seria um diálogo muito bom que se estabelecesse, porque já estamos tendo hoje esse diálogo com as autoridades executivas, felizmente de uma maneira bastante cordial, atenciosa e respeitosa. Ora, conseguindo isso agora do Legislativo, seria uma ajuda muito importante. Acredito que

seria de grande valia não só para resolver os nossos problemas, das cooperativas, mas de toda a Nação brasileira. Eu agradeço aos Senhores.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Com a palavra o Senador Affonso Camargo.

O SR. AFFONSO CAMARGO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Líderes da cafeicultura:

Vou-me limitar a fazer apenas uma reflexão de ordem institucional, porque tenho certeza de que as reivindicações da cafeicultura já estão seriamente apoiadas por todos os parlamentares aqui presentes. Digo que é uma reflexão, porque não vou abordar um tema neste momento.

A partir do que falou o Deputado Santinho Furtado, inclusive com as complementações feitas pelo Presidente da Comissão, eu queria dizer às Lideranças aqui presentes que realmente esse processo de estabelecimento daquilo que se chama o diálogo nacional, o diálogo necessário e imprescindível para que se estabeleça a democracia no País, é um processo que tem sido muito mais lento de que nós todos esperávamos, principalmente no que se relaciona ao comportamento dos próprios parlamentares. Nós afirmamos inclusive há dias, na Comissão de Economia, de que nós precisávamos entender que se temos nossas prerrogativas limitadas para legislar, se nós temos nossas prerrogativas limitadas para fiscalizar, se nós temos nossas prerrogativas limitadas para opinar, então cabe-nos fazer aquilo que podemos fazer que é discutir, que é opinar. E dizíamos também que o fórum mais propício, mas conveniente para esse debate são as comissões técnicas permanentes das Casas do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara dos Deputados. Vou contar essa história, porque acredito que as Lideranças que estão aqui são lideranças políticas. Vocês é que são representantes verdadeiros do povo. Eu acho que o povo é constituído não só de parlamentares, mas também de representantes das associações e conselhos. Lemos declaração textual, publicada em jornal de grande circulação, do Ministro Hélio Beltrão, em que S. Ex^a se contrapunha à política econômica atual do Governo Federal, ele Ministro de Estado. Dizia S. Ex^a que o País não poderia ficar esperando pagar sua dívida externa para começar a crescer, porque havia muitas formas de crescer, fundamentalmente satisfazendo as necessidades básicas do brasileiro, que é a alimentação, a habitação, o transporte coletivo, a habitação e saúde, que independem de importação. Achamos que essa era uma opinião muito importante para ser colocada na Comissão de Economia do Senado. No entanto, surpreendentemente, a maioria do Partido do Governo achou que poderia criar constrangimentos ao Ministro Hélio Beltrão se ele viesse falar de economia na Comissão de Economia do Senado. Agora, vejamos o que ocorreu, Srs. Líderes: 48 horas depois, estava em minha casa assistindo um programa de televisão, e vejo o apresentador do programa, Flávio Cavalcanti, anunciar que estaria naquele programa o Ministro Hélio Beltrão, que iria àquele programa, em virtude das suas declarações feitas em Salvador, falar sobre aquele tema para o seu corpo de jurados. Então, S. Ex^a foi inquirido pelos jurados de Flávio Cavalcanti. No entanto, até hoje não pudemos ainda dialogar com o Ministro Hélio Beltrão na Comissão de Economia do Senado. Eu estou dizendo isto para os Senhores entenderem que realmente há aqui um problema institucional nosso, que nós temos que romper o quanto antes.

Eu confesso que estava torcendo para que entrasse por essa porta um parlamentar do PDS. Sob o aspecto puramente estreito e eleitoral, até nós gostaríamos que a reunião fosse como essa, só de parlamentares do PMDB. Mas nós não estamos interessados em problemas partidários. Nós estamos interessados que o Brasil resolva os seus problemas. E quando eu falo em problemas da ca-

feicultura, não me refiro só à cafeicultura, mas ao Brasil, que precisa que seus problemas sejam resolvidos, os problemas da agricultura e da cafeicultura.

O Deputado Norton Macedo chegou até aqui. Confesso, digo isto com consciência, que tenho divergências pessoais com S. Ex^a, mas ia elogiá-lo pela sua presença. Mas S. Ex^a deu uma olhada e pensou que não era reunião da Comissão de Agricultura, mas do PMDB, porque ficou um pouco aqui e depois foi embora, talvez constrangido por um erro que nós estamos cometendo nas duas Casas do Congresso Nacional, que, espero, o Deputado Pedro Sampaio consiga corrigir na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. Realmente nossos colegas do PDS no Senado, e nós temos amigos no PDS, temos dito isso a eles com a maior sinceridade, temos que romper esse obstáculo e fazer com e a Casa funcione.

Quis fazer este registro, Sr. Presidente, para mostrar à cafeicultura que esse é um problema que não tem nada a ver nem é contra à cafeicultura. É um problema nosso, que nós estamos procurando resolver. Temos certeza que a presença dos senhores aqui, nesta Comissão, veio estimular este trabalho e esta idéia, que a gente está procurando implantar aqui no Senado Federal, de que realmente as Comissões permanentes desta Casa são o fórum de debates para que os organismos, os chamados organismos intermediários da sociedade brasileira, possam vir aqui discutir. Nós vamos acolher *a priori*, como verdadeiras, as opiniões dos senhores, para, então, junto com os parlamentares do Partido do Governo, — eles são fundamentais nesse debate, porque nós estamos lidando com aquilo que nós combatemos, que é a technocracia, constituída de homens que não querem dialogar, que não querem ouvir — como disse o Deputado Santinho Furtado, façamos com que esse trabalho realmente seja conseqüente. Nós temos que trabalhar para que acima dos Partidos os parlamentares possam reforçar a posição dos organismos da sociedade, para diminuir esse espaço entre o desejo da Nação e as decisões governamentais. Este era o registro que queria fazer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Vale registrar, ainda, que parlamentares do PDS normalmente compareceram às reuniões da Comissão de Agricultura, quando aqui vêm representantes do Governo. Estranhamos que o mesmo fato não ocorre quando aqui comparecem representantes da sociedade brasileira, representantes da agricultura, mais especialmente da cafeicultura. E parece que os parlamentares do PDS estão dispostos apenas a dialogar com homens do Governo, que aqui defendem.

Com a palavra o Sr. Joaquim Libaneo Ferreira Leite, da junta do IBC.

O SR. JOAQUIM LIBANEO FERREIRA LEITE — Eu queria deixar registrado aqui nesta reunião, Presidente Álvaro Dias, o fato de que a Junta Consultiva do IBC é uma das heranças desse período de autoritarismo, do qual espero estejamos saindo. É uma dessas heranças do tempo em que o Brasil não era num País que tinha um Governo, e, sim, um Governo que tinha um país, apesar de continuar um pouco dessa maneira ainda. Mas a nossa grande esperança é que isso mude, e a Junta Consultiva do IBC é o fórum mais legítimo para que tudo relacionado com a produção, com a exportação e com a torrefação seja levado ao Instituto Brasileiro do Café para debate. Mesmo o próprio Presidente João Figueiredo, que é o pai dessa abertura política, tem pregado insistentemente a necessidade de que haja o diálogo com cada classe, com cada setor. E a Junta Consultiva do IBC está estiolada, completamente estiolada. Ela não tem nem verba para se reunir. Este ano só teve uma no começo de maio e o Presidente do IBC não pôde ficar mais de uma hora e meia nessa reunião. Eu estou dizendo isso porque antes da Revolução de 64 havia a Junta Administrativa

com poder deliberativo, e essa Junta era muitas vezes o elemento de contato entre os produtores e o Instituto Brasileiro do Café. E se hoje nós estamos agasalhados pelo Conselho Nacional do Café, sob a liderança do Governador Roberto Abreu Sodré, é exatamente porque esses órgãos nossos, de representação legítima, estão estiolados. E é prerrogativa do Congresso Nacional mudar esse estado de coisas, porque foi através dele que transformou a Junta Administrativa em Junta Consultiva.

A Junta hoje é consultiva. Ela só se reúne a requerimento do próprio Presidente do IBC, quando ele quer e como quer, para tratar de assuntos de seu interesse. A Junta Consultiva praticamente não tem mais representatividade nenhuma, ela está absolutamente estiolada, como já afirmei.

A Junta é nomeada pelas Federações de Agricultura de todos os Estados. Por exemplo, eu fui indicado pelo Sindicato Rural de Guaxupé. Esta indicação foi submetida à apreciação dos sindicatos rurais de todo o Estado de Minas Gerais, numa reunião plenária, realizada na Federação de agricultores de Minas Gerais. Meu nome foi para uma lista triplíce, que foi apresentada ao Ministro Camilo Penna. Fui nomeado membro da Junta a partir desse trabalho.

Mas eu quero afirmar que, sendo moço ainda, como dá para se ver, só aceitei a minha nomeação para esse cargo ano passado, cheio de fé de que neste ano, com esses novos ventos, fosse possível fazer-se alguma coisa. E vim aqui especialmente para pedir a V. ex^{ta}, que são nossos representantes, e os únicos com poder de mudar essa situação, que façam alguma coisa.

Era o que tinha a dizer. Obrigado.

O SR. — Desta vez eu poderia dar uma resposta. V. Ex^a me permite um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Pois não.

O SR. — (Fala fora do microfone)

O SR. — O SR. estava querendo saber quais eram as atribuições da Junta.

O SR. — (Fala fora do microfone)

O SR. — Para um esclarecimento.

Eu já fui membro da Junta do IBC anteriormente a essas modificações que surgiram. Nessa época, a Junta tinha poder deliberativo, e ela era administrativa. Então, ela é que fazia o regulamento de embarque, ela é que fazia o esquema financeiro de safra, ela é que fazia poderes para acompanhar o Fundo de Defesa do Café, que era uma conta especial, e os resultados da comercialização e da sobra das unidades de exportação eram todas desse Fundo de defesa do Café, como era chamado, que nós chamamos, propriamente, de confisco cambial.

O SR. — (Inaudível — Fora do Microfone)

O SR. — Hoje ela não tem poder deliberativo nenhum; só Consultivos, quando é consultado.

O SR. — (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. — Diz-se que ela era eleita; os cafeicultores elegiam os seus membros.

O SR. — (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Com a palavra o Sr. Antônio Coelho Melo Lemos, conselheiro do Conselho Nacional do Café e Presidente da Cooperativa de CACIA, de Minas Gerais.

O SR. ANTÔNIO COELHO MELO LEMOS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, e meus companheiros, a situação da cafeicultura nacional é digna de

ser equacionada e estudada. A questão não é grave, é gravíssima.

Em 1981, quando nós tivemos uma boa safra de café, foi preciso, com grande pressão, vir a Brasília, os cafeicultores conseguiram, a duras penas, um preço de garantia de 10 mil cruzeiros, e um financiamento de 6 mil e 200 cruzeiros, quando o preço de garantia deveria ser de 13 e o financiamento de 10. Com isto, o ganho do fazendeiro, do cafeicultor, ficou reduzidíssimo, quase zero, não dando para saldar todos os seus compromissos. E quem ganhou? Quem ganhou foram os exportadores que ganharam rios de dinheiro, e o Governo, com o confisco cambial.

Em 1982, a produção de café foi muito pequena, motivada por aquela geada de 1981. Então caiu assustadoramente o volume de café produzido. Com isto, continuou agravando o problema, porque não houve condições de os cafeicultores saldarem os seus compromissos, e a coisa foi-se avolumando. E agora nós temos uma coisa muito pior do que as geadas, que são os juros. Os juros estão arrasando com os produtores. Nossos débitos são astronômicos.

Este ano nós temos uma safra relativamente boa, não é excepcional, não é o que estão dizendo por aí, não vamos produzir isto. Bom, então a nossa situação é a seguinte: nós temos compromissos de custeio do ano de 1981 que foram transferidos, e nós estamos pagando juros sobre isso, e mais o custeio desse ano. E mais: nós, como médios e grandes produtores, não temos condições de tirar dinheiro com juros mais subsidiado. Então, estamos lançando mão do dinheiro de bancos, normalmente. Nós estamos pedindo empréstimo de 46 mil cruzeiros, que é o mínimo que nós precisamos para saldar nossos compromissos e há muitos companheiros que ainda não irão saldar os seus compromissos, porque nem todas as lavouras produziram. Então, o problema é seriíssimo. Esse preço é imprescindível. Nós não vamos abrir mão desse preço. É preciso que saia este preço, porque é o mínimo que nós podemos receber. O café vem através dos anos subsidiando indústrias, criando cidades, fazendo tudo neste País, inclusive mordomias. A conta café, no Banco Central, não há condição de ler, ninguém lê, tão grande que é. Onde está esse dinheiro? por que não atender a cafeicultura? Esta é a pergunta.

Vamos dar apoio ao Governo porque assim achamos que estamos dando apoio também ao Brasil, e o Brasil precisa da gente. Só com a agropecuária é que o Brasil sairá do fundo do poço, pagará as suas contas. Sem a agropecuária, estamos liquidados, o País está falido, e não sairá dessa falência. A nossa indústria não é competitiva no exterior, em sua grande maioria. Então, quem subsidiava as exportações da indústria brasileira? Era o Governo através desses confiscos e através da agricultura. Quando o dólar, trocado pela indústria, poucos meses atrás, valia 320 cruzeiros, o da agropecuária valia 190 cruzeiros. Os Senhores vejam a discriminação e a tapeação que vem através dos tempos contra a agricultura brasileira. Nós estamos no fundo do poço, juntamente com o Brasil. E sem um acerto para essa situação, o Governo não precisa esperar grandes produções futuramente. Nós não temos condições de responder a isso mais, nós estamos completamente descapitalizados.

Outro problema que nos aflige, que não é o do momento, mas que vou esclarecer: a lei trabalhista precisa ser revista urgentemente. Não podemos tolerar mais isto; tirar a brasa com a mão do gato. Os encargos ficam por conta dos fazendeiros, e o dinheiro arrecadado desaparece. Onde está o dinheiro do FUNRURAL? Os senhores já pegaram um lápis e fizeram a conta? São 2,5% da produção agrícola brasileira para dar meio salário mínimo a um empregado rural que se aposenta. Os senhores vejam que isso é discriminatório. Nós não podemos aceitar isso, Srs. Deputados e Srs. Senadores, isso é humilhante para a nossa classe. Eu, como proprietário rural, não quero

que o meu empregado continue como está. Vamos assinar as suas carteiras, vamos acertar a vida desses homens, vamos pagar os seus salários corretamente, vamos pagar o seu 13º salário, suas férias e tudo mais. Mas, pelo amor de Deus, vamos acertar essa lei, porque se não acertarmos essa lei igual à da cidade, a mesma coisa, não tem importância. Há a prescrição, há essa questão da lei do salário para a aposentadoria. O pior de tudo é a arrecadação. Nós temos arrecadação para isso. E para onde vai esse dinheiro? Precisamos acertar esses pontos.

A gente lamenta profundamente, que os nossos Senadores e deputados do PDS não tenham comparecido a esta reunião. Nós ficamos tristes porque hoje nós precisamos unir as forças — PMDB, PDS, PDT, PT. Todos os Partidos devem unir-se para levantar esta Nação. Há necessidade disso urgentemente, que moralização e com trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Continua livre a palavra. (Pausa.)

Com a palavra o Sr. Sílvio Fernando Dias, da COCAMAR.

O SR. SÍLVIO FERNANDO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Representante do Conselho Nacional do Café; seria desnecessário dizer da participação histórica da cafeicultura no desenvolvimento econômico do Brasil. Essa contribuição tem se dado através dos tempos, através da formação de capital dentro do próprio setor, através do confisco cambial, através da geração de empregos, e seria desnecessário também afirmar que desta contribuição o Brasil não poderá prescindir logo para sair inclusive da crise econômica que nos ameaça solapar, e da crise social, que é um fato que está a atordoar e a tomar a atenção de toda a sociedade brasileira. Para que o café continue dando a sua participação nesta obra de redenção nacional, impõe-se a manutenção do parque cafeeiro atual, que é qualquer coisa da ordem de 3 bilhões e 200 milhões de pés de café. Para que haja realmente a manutenção desta cafeicultura, necessário se faz uma política justa, que começa pelo preço de garantia justo. Esse preço de garantia, sobre o qual falou o Jordão, é obtido com o emprego de vários critérios, de várias alternativas. O da manutenção da renda real do setor, atinge um preço de garantia bruto de 57 mil e 199 cruzeiros; o critério baseado no custo de produção, 48 e 750 cruzeiros; o da aplicação do mecanismo da correção cambial, 54 mil e 862 cruzeiros; o da aplicação do índice geral de preços, 57 mil e 321 cruzeiros.)

Eu gostaria de fazer uma observação, Jordão. No que tange ao critério apresentado de custo de produção, que alcançou um resultado de 48 mil e 750 cruzeiros, projetado, lógico, para 1º de julho de 1983, parece-me inclusive que este cálculo é modesto. Parece-me que ele parte de premissas irreais, hoje, porque o custo de produção foi obtido através das cooperativas, através dos cafeicultores, no mês de janeiro deste ano, e fatos econômicos surgiram depois desta data e alteraram totalmente a situação de então. Então, se ele fosse atualizado, aproveitando inclusive a maxidesvalorização do cruzeiro, obteríamos um resultado muito superior a 50 mil cruzeiros. A meu ver, esse critério, baseado no custo de produção, deu como resultado um preço de garantia, projetado para 1º de julho de 1983, de 48 mil e 750 cruzeiros, que também não reflete a realidade, porque ele se baseou, dentro da planilha apresentada ao Conselho Nacional do Café, numa produção média nacional de aproximadamente 15 sacas por hectare. Ora, se nós sabemos que o parque cafeeiro nacional é composto de 3 bilhões e 200 milhões de pés de café, ocupando uma área de aproximadamente 2 milhões e 800 mil hectares, a estimativa do IBC, para a produção desta safra de 83, será de 9,4. Chegamos à conclusão que a produção média desta safra está estimada em 10,5 sacas por hectare, aproximadamente. E se nós consultarmos a planilha de preços e de custo

de produção, veremos que para uma produção média de 10 sacas por hectare, o custo de produção atingia, em janeiro, a muito mais de 30 mil cruzeiros. De maneira que a colocação que os cafeicultores fazem nesta oportunidade é modesta, ao solicitar 46 mil cruzeiros, quando todos os critérios de matemática — e matemática é verdade, e a verdade tem que levar a uma solução — nos apontam números muito acima de 50 mil cruzeiros.

Então, a minha intervenção era justamente no sentido de que Deputados e Senadores se transformassem em nossos advogados nesta causa, que é uma causa nobre, é uma causa inclusive que tira do Governo uma grande responsabilidade social. Porque a cafeicultura, hoje, oferece 5 milhões de empregos, quando o universo da agricultura brasileira oferece 21 milhões de empregos. Então, o significado do café, hoje, é muito mais do que econômico, é social.

A par do preço de garantia, é lógico que outras medidas deverão implementar essa política, e elas já foram aqui expostas; que o preço de garantia a se obter tenha um reajuste mensal, porque só assim poderemos evitar a pressão sobre o orçamento monetário, pois nós sabemos que faltará dinheiro para garantir esse preço de garantia; precisamos de um aumento da quota das exportações das cooperativas, baseado talvez no critério de depósito, no critério de seu desempenho no ano de 82; precisamos, também, lógico, para que se obtenha um preço de garantia justo, da diminuição desse malfadado confisco cambial, que hoje atinge a 95 dólares, quer dizer, uma importância draconiana. Se nos fosse dado ficarmos com o confisco e entregarmos o produto para o Governo, acho que iríamos mandar celebrar uma missa de ação de graças.

Sobre esse confisco há um aspecto que deve ser observado: a continuar esse diferencial de preço praticado internamente e o preço praticado lá fora, está aí um convite excelente para o recrudesimento do contrabando do café, tão pernicioso à economia nacional. É um alerta que deve ser levado ao Governo inclusive. Quer dizer, estamos aqui numa posição de humildade, porque entendo que o cafeicultor é, acima de tudo, um humilde, talvez acima de tudo um bravo, parafraseando um escritor nacional. Mas estamos aqui com números, com dados, não com passionalismo.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, para mim é grata a oportunidade de estar aqui, principalmente por ver o Álvaro, meu irmão, na Presidência da Comissão de Agricultura do Senado, nós dois que carpimos café lado a lado, eu numa rua, e ele em meia-rua, porque era de menoridade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Com a palavra o Sr. Libaneo, da Junta do IBC.

O SR. JOAQUIM LIBANEO FERREIRA LEITE — Querida só, complementando as palavras do companheiro, dizer que o confisco cambial foi aumentado, na ocasião da maxidesvalorização cambial, em 37,6%, mais ou menos. Isso foi uma simplificação burocrática, a nosso ver, que o Governo usou para embutir dentro do confisco o imposto de exportação. O imposto de exportação que ficou embutido em todos os produtos agrícolas, teve como alíquota máxima 20%. Essa variação do confisco cambial, na mesma ocasião, representou para nós, em termos de imposto de exportação, uma alíquota de 21,5%, ou seja, um e meio por cento acima da alíquota máxima permitida para a agricultura, com a diferença de que o imposto de exportação será gradativamente retirado, na medida em que os efeitos da maxidesvalorização se diluam, ao passo que dentro do confisco cambial dificilmente ele retornará para os cafeicultores. E se nós observarmos esse confisco cambial, que é um instrumento de marketing do Governo na colocação dos cafés no exterior, que é um instrumento de marketing feito em cima de nós, produtores, mesmo porque é através do confisco

que são feitas as devoluções dos compradores, dos importadores e dos torrefadores, apesar de haver um desconto para os países-membros, ainda sobre para o Governo uma margem de manobra, dentro do confisco cambial, para nos dar um preço de garantia justo.

Gostaria até de pedir o auxílio do Sr. Jordão, que tem mais números a respeito disso. Fazendo-se um levantamento do preço de garantia, fazendo-se o levantamento médio daquilo que o Brasil tem devolvido, a título de desconto, para os compradores de café, a margem de manobra que sobra para o Governo daria para nos dar um preço líquido mínimo de 50 a 55 mil cruzeiros, sem considerar o retorno interno de renda que o Brasil tem tido com o café através dos leilões. Nós nunca podemos nos esquecer que o IBC não paga juros sobre o dinheiro que ele compra café. Se o Jordão tivesse algum número, até gostaria de pedir a ele que falasse a respeito.

O SR. SILVIO FERNANDO DIAS — Ocorreu-me fazer uma pergunta ao expositor. Sabemos que no ano passado, de um total de aproximadamente 850 milhões de dólares obtidos através do confisco cambial, o IBC, em devolução aos importadores, aos torrefadores dos países alinhados e não-alinhados, fez uma devolução de aproximadamente 750 milhões de dólares, dando uma sobra de 90 milhões de dólares. Gostaria de saber como é feita a fiscalização desses valores adquiridos através do confisco cambial?

O SR. JOAQUIM LIBANEO FERREIRA LEITE — Gostaria de dizer a você que essa também é uma curiosidade que me tem assolado muito. Agora, gostaria de fazer um comentário, que me parece muito importante; a nossa dívida externa não vai ser paga nem em um, em dois ou três anos, e nós nunca podemos nos esquecer dos critérios que a OIC usa para determinar a quota global de cada país. Esse critério é baseado, em grande parte, em estoque de café do país na época da renegociação do acordo.

Eu gostaria de lembrar aos Senhores que a previsão de safra para este ano, feita pelo IBC, é de 30 milhões de sacos, e, oficiosamente, com uma quebra de 15% sobre a última previsão que terminou em 30 de abril, dá em torno de 27 milhões de sacos. Se nós considerarmos 17 e meio milhões de sacos dentro do acordo que nós temos direito para este ano e os sete milhões para o consumo interno, dá 24 e meio milhões de sacos de café. O que sobra é um *carryover* de 3 milhões de sacos para o próximo ano. Isso, sem dúvida nenhuma, Senhores, vai nos prejudicar na concessão das quotas para os próximos anos dentro da OIC, porque a pressão feita pelos outros países é imensa, seja Colômbia, seja Indonésia, que são os países produtores de robusta. Desculpem-me mas é uma expressão que a gente usa no interior: é uma verdadeira briga de foice para se conseguir mais quota, e o critério do estoque é importantíssimo. E nós não estamos vendo condições de continuar mantendo uma produtividade, mesmo de 10 sacos, por mil pés.

Eu gostaria de dizer ao companheiro que falou em 3 bilhões e 200 milhões de árvores, que ele talvez esteja um pouco otimista. Nós temos ouvido coisa menor do que isso, pela erradicação que já houve no Paraná, em São Paulo, a substituição pela soja, pela cana-de-açúcar. Nós imaginamos que o parque esteja menor. É difícil discutir em cima disso, mas nos parece menor.

O SR. SILVIO FERNANDO DIAS — Eu gostaria de informar ao Senhor que obtive esse dado ontem junto a agência do IBC, em Maringá.

O SR. JOAQUIM LIBANEO FERREIRA LEITE — Perfeito. De qualquer maneira o Senhor vai concordar comigo: essa produtividade tende a diminuir na medida em que aumenta a nossa descapitalização, e na medida em que diminui a nossa produtividade e a nossa safra

global, nós vamos ter cada vez menos condições de continuar pleiteando quotas grandes no âmbito da OIC. Era só o que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Com a palavra o Dr. Roberto Luiz Baroni, que é o diretor da Cooperativa de Garça, no Estado de São Paulo.

O SR. ROBERTO LUIZ BARONI — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, companheiros do Conselho Nacional do Café:

Gostaria de fazer um apelo a todos os Senadores e Deputados presentes e ausentes, para que esquecessem, por um momento, a sigla partidária e trabalhassem conosco nessa luta do café, que é uma luta que está provada e comprovada de todas as nossas necessidades. Nós sabemos quanto custa para produzir café. O que está ocorrendo com a política cafeeira, estamos cansados de saber; estamos cansados de fazer trabalhos a respeito, o Jordão é testemunha disto, mas não estamos vendo fruto disso, nem a duras penas.

O Deputado já disse aqui, há desunião, não há consenso a esse respeito. O lavrador, de 75 para cá, vem sendo descapitalizado. Existe uma falsa idéia de que o cafeicultor tem sempre um dinheirinho, que arruma dinheiro. Ele vem sendo descapitalizado por geadas, por secas e por financiamentos que vêm acumulando. Então, mesmo que ele tenha uma boa safra, como vai acontecer este ano, uma safra boa dentro desse período, ele não vai conseguir pagar os seus débitos, como o companheiro já afirmou, porque é muita dívida.

A agricultura no Brasil, infelizmente, é um contrato de risco muito sério. Você planta, sabe o que vai gastar para plantar, mas não sabe o que vai colher, porque depende de chuva, de geada, de uma série de fatores climáticos. Hoje, o cafeicultor está tão descapitalizado que ele não tem dinheiro para fazer a colheita do café. Os terreiros estão cheios de café na maioria das regiões cafeeiras. O custeio que o Governo nos deu no ano passado foi irrisório. Para os pequenos produtores, foi da ordem de 141 mil cruzeiros o hectare, para ele poder adubar o café, controlar as pragas e doenças, enfim fazer todos os serviços do café. Para os médios produtores, caiu para 98 mil e 700 cruzeiros. Para o grande produtor, o pseudo-grande produtor, caiu para 70 e poucos mil cruzeiros.

Então, eu faço um apelo para que, com maior urgência possível, o Senado e a Câmara, solicitem verbas complementares ao Banco do Brasil, ao Banco Central, para dar apoio a esses cafeicultores que estão colhendo esse café nesse momento e não têm dinheiro para colher. Alguns bancos estão oferecendo dinheiro para a colheita na base de 22 a 25% de juros, mais correção monetária. Não existe agricultura que agüente pagar esses juros. Eu desafio a qualquer um a provar que exista agricultura que pague esses juros. O que está acontecendo? O Jordão já deu notícia aqui. O lavrador vende o café no pé, uma parte da sua produção, a preços menores. Quando se fala em 17 mil cruzeiros, muita gente aqui dentro pode dizer: isso aí não é verdade, porque o mercado está girando em torno de 23 a 28 mil cruzeiros. É a pura verdade, porque quem adianta dinheiro quer ganhar juros, e juros caro. Então a compra do café é de 17, 18 mil cruzeiros mesmo, porque ele vai receber o dinheiro para entregar o seu produto daqui a 60, 90 dias, pronto e ensacado. Então nós precisamos urgentemente, — isso não pode ser nem em 30 dias; teria que ser de imediato — de verbas complementares para a colheita do café, a juros que se diz subsidiado, que, acho, não é, ou pelo menos, juro do contrato existente.

O SR. ROBERTO LUIZ BARONI — Acho da máxima urgência, além do preço de garantia que é o suporte, que é a base para sabermos o que vamos fazer, que se visse também essa verba complementar para a colheita,

com o mesmo juro que estamos pagando nesse custeio, nesse pseudocusteio que nos deram.

O Governo diz que o cafeicultor tem que participar com recurso próprio. Mas que recurso próprio? Não existe. O recurso próprio é recurso bancário de juros a 120% ou 130% ao ano ou o recurso de agiota, que vai de 10 a 15% ao mês, hoje?

O que eu tinha a dizer era isto.

Gostaria que os Srs. Senadores aqui presentes e também os Deputados — e até mesmo os ausentes — tomassem uma atitude muito rápida a este respeito, para que o nosso pequeno e grande produtores, enfim, os cafeicultores em geral, tivessem um pouco mais de amparo, neste País, porque o que ele vai ganhar com essa safra, ele vai pagar de juros e de encargos, conforme o próprio Hilton havia informado e já foi dito aqui: para um custo de 450 mil cruzeiros, o que recebeu mais foi 140 mil cruzeiros. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) — Nós já estamos chegando ao final da reunião, mas eu ainda gostaria de conceder a palavra ao Sr. Vanderlino Bastos, do Espírito Santo.

O SR. VANDERLINO BASTOS — Sou Presidente da Associação dos Cafeicultores do Espírito Santo, e represento 35 mil cafeicultores, juntamente com nosso colega Dr. Pedro Burnie, da Federação da Agricultura. Sou Presidente da Cooperativa dos Cafeicultores, com 1.200 cooperadores, com uma comercialização de 200 mil sacas e membro do CNC.

Resolvi pedir a palavra antes que esta Comissão se esvaziasse por parte dos Senadores, porque sempre eles têm um motivo de força maior. Acho que mais força que estamos fazendo para produzir, é impossível, para poder conseguir tirar o Brasil desta situação. Somos os que mais contribuem para tirar o Brasil desta difícil situação financeira.

O que queria saber do Presidente desta Comissão é o seguinte: o que será feito, por parte da Comissão, depois desta reunião? Quando nós chegarmos ao nosso Estado, temos que dar satisfação da nossa atividade aqui a todos os nossos representados. Eles querem saber, através dos jornais, da televisão o que foi que viemos fazer aqui em Brasília, se conversamos conosco mesmos ou conversamos com os Senadores e o que os Senadores vão fazer. Ou será que nós temos que esquecer tudo isso e partirmos em marcha sobre Brasília? No ano retrasado conseguimos trazer aqui cerca de 5 mil cafeicultores. Desta vez, Senhores, acredito que 15 mil vêm facilmente. Estão todos no aguardo desta providência. Eu queria uma resposta concreta, porque não sou político, não conheço as regras do jogo. Eu queria saber, daqui para a frente, quais são os passos que esta Comissão de Agricultura poderia dar a nosso favor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) — Pois não. É com satisfação que a Presidência da Comissão de Agricultura vai procurar responder as preocupações do representante do Espírito Santo.

O objetivo deste encontro foi, acima de tudo, despertar o interesse dos Parlamentares para que engajem na luta de toda a cafeicultura nacional, já que acima do interesse da própria cafeicultura está o interesse do País neste momento de crise.

O Brasil, segundo os compromissos assumidos com o FMI, precisa alcançar 6 bilhões de dólares de exportação neste ano de 1983. O café, historicamente, sempre foi o sustentáculo da economia nacional, respondendo pela parcela maior das nossas exportações. Lamentavelmente, o Governo parece não enxergar esta realidade e sufoca o café, transformando-o numa riqueza enjeitada — alguém já disse isso. A Comissão de Agricultura do Senado, para que o nobre representante da cafeicultura do Espírito Santo saiba, no ano passado se reuniu apenas 5

vezes. Durante um ano inteiro a Comissão de Agricultura do Senado se reuniu 5 vezes, numa demonstração de que realmente a agricultura não é prioridade para o Governo e para o Parlamento.

Como Presidente da Comissão, neste ano de 1983, estamos envidando todos os esforços para agilizá-la. Quando não contamos com os seus membros natos, buscamos na Câmara dos Deputados Parlamentares que se interessam pela agricultura; buscamos, como é o caso, hoje, o Senador José Ignácio, do seu Estado, e outros Senadores, que embora não integrando a Comissão de Agricultura se interessam pelos problemas da agricultura.

Ainda na semana passada, esta Comissão promoveu um debate acalorado sobre o bocado. Mas como aqui estava um representante do Governo, o Presidente da EMBRAPA, aqui vieram os Parlamentares do PDS e superlotaram esta Comissão. Para ser mais objetivo, em razão das suas preocupações — que podemos nós desta Comissão fazer? — acho que o objetivo desta reunião foi alcançado. E tenho a certeza absoluta de que na próxima reunião dos cafeicultores na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados, com a cobrança aqui efetuada, lá estarão presentes também os representantes do Governo para ouvir estes reclamos que aqui ouvimos, hoje.

Tenho a impressão de que esta reunião terá sobretudo a finalidade de despertar este interesse, porque esta reunião teve o sentido de cobrar e aqui se cobrou, e se cobrou sem meias palavras — incisivamente, como Baroni cobrou há pouco.

Os subsídios aqui colhidos são da maior importância para o debate entre os Parlamentares. Pessoalmente, voltarei à tribuna, como já o fiz há duas ou três semanas, para mostrar ao Senado e ao Governo a importância da cafeicultura na recuperação econômica do País, sobretudo a importância da cafeicultura para solucionar os terríveis problemas sociais que estão angustando a população brasileira. E tenho certeza, não serei a única voz do Senado. Na Câmara dos Deputados, também, os Parlamentares que aqui compareceram, hoje, procurarão usar a sua tribuna para fazer reivindicações em nome da cafeicultura.

Há poucos dias todos nós recebemos um documento de reivindicações do Conselho Nacional do Café. Nós procuraremos enviar aos Ministérios da área, expedientes desta Comissão, apoiando as reivindicações do Conselho Nacional do Café. Tenho, também, a impressão que não basta esta ação no âmbito do Parlamento. Esta anunciada marcha do café, talvez, deva-se efetivar, porque o Poder Executivo, sobretudo num regime ainda autoritário, só reage sob pressão. Este Parlamento só reage sob pressão. Esta reunião significa o exercício deste poder de pressão da sociedade, aqui representado pelas lideranças da cafeicultura.

Quero dizer que continuaremos abertos para esse debate. Sempre que houver interesses da cafeicultura, da agricultura brasileira, estas portas estarão abertas, para mobilizar, aqui, as lideranças do setor e para tentar despertar, também, o interesse dos Parlamentares para esses problemas.

Esta reunião foi um chamamento à responsabilidade. Diz-se bem quando se pretende que se coloque a cafeicultura acima das tabuletas das facções partidárias. Nós também queremos isso. Cria, o nosso Partido sempre propugnou por isso, sempre pretendeu fazer com que os homens do Governo participassem dos debates com os representantes de todos os setores da sociedade brasileira. E, repito, por que eles aqui estiveram quando aqui veio um homem do Poder Executivo? E por que aqui, hoje, não vieram, quando vieram os Srs. representantes da sociedade brasileira? Nós lamentamos profundamente esse fato, mas tenho certeza de que ele não se repetirá na Câmara dos Deputados, porque aqui houve um cha-

lamente, aqui houve a cobrança, e, tenho certeza, a resposta virá.

Tenho a impressão de que é isso que nós podemos fazer nesta Comissão de Agricultura, com todas as nossas limitações.

O SR. VANDERLINO BASTOS — Senador, eu queria contar uma pequena história. Muito antes de ser constituído o Conselho Nacional do Café e a Associação dos Cafeicultores do Espírito Santo, nós tínhamos na Câmara Federal um Deputado que hoje é o nosso Governador do Estado do Espírito Santo.

Certa vez, fecharam a exportação do café 7.8 arábico do Espírito Santo. Ele, por várias vezes, em plenário, levantava a questão. E ele viu que a solução seria um dia aprontar um escândalo. Quando havia o representante de outro país, se não me engano da Inglaterra, não se estava tocando no assunto do café, mas ele se levantava e dizia: "E o café do Espírito, que fecharam a exportação". Um dia ele resolveu fazer um escândalo. Jogou papel para cima, sapateou, pulou e a imprensa correu toda em cima e despertou toda a Câmara para o caso. Por várias vezes e por alguns meses conseguiu voltar a exportar café do Espírito Santo.

Eu acho que talvez esteja faltando algum escândalo por parte dos Senadores aqui dentro do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) — Antes de...

O SR. GARIBALDI REALY — Sr. Presidente, o Sr. me dá licença?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) — Pois não.

O SR. GARIBALDI REALY — Quero trazer ao conhecimento dos companheiros que logo depois da posse dos atuais Deputados eu comecei a usar o ferrão no meu representante Adilson Santinho Furtado. Lá, em Santo Antônio da Platina, eu disse que ele seria aqui uma ponta de lança de nós, os cafeicultores. E ele é um deles.

Antes de Pedro Alvares Cabral chegar ao Brasil, o pai dele, que é mineiro, já estava lá em Santo Antônio da Platina. Cafeicultor, como ele, nasceu debaixo de um pé de café. Ele convocou uma reunião da Câmara dos Deputados num prazo de 15 dias. Dessa reunião eu não participei, porque precisei viajar, mas companheiros nossos do Paraná e de Minas Gerais, que não estão aqui, participaram dela. Foi o primeiro passo que nós, cafeicultores, começamos a dar, em nome do Conselho, para mobilizar a classe política.

Na semana passada, eu estive aqui para continuar esse trabalho de mobilização dos Parlamentares. Estive com o Senador Alvaro Dias, que também é um cafeicultor, um agricultor, um lavrador, lá de Maringá, e sente, como nós sentimos, os problemas que não são atendidos pelo Poder Executivo.

Eu saí daqui, meus companheiros, sexta-feira passada, e fui informado por Deputados amigos meus, também cafeicultores, de que o Governo queri ao máximo de 31 mil cruzeiros por saca de café, e que nós devíamos nos movimentar. Mas, como estava de viagem ao Paraná, eu me lembrei do Alvaro, Presidente desta Comissão. E lá em Curitiba, no sábado, às 9 horas da noite, liguei para ele e lhe disse: "Alvaro, a situação é esta assim, assim, assim. Que você nos aconselha?" Ele então me disse: "Garibaldi, hoje é sábado. Devo voltar a Brasília na segunda-feira", que foi anteontem. Ele veio para cá, e ontem convocou esta reunião. Ele teve um dia e meio para convocar esta reunião. E nós, através do Conselho, tivemos, também, um ou dois dias para convocar todos os Senhores. Eu só pude entrar em contato com os companheiros na segunda-feira, de manhã, em São Paulo. De modo que esta reunião foi montada em dois dias, pela boa vontade do Alvaro. Senador, desculpe-me estar chamando V. Exª, aqui, de Alvaro, não é uma desconsideração.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Nós dispensamos o protocolo.

O SR. GARIBALDI REALY — Muito obrigado. Uma hora a gente fala V. Exª, outra fala Senhor e com o Álvaro eu tenho o direito de chamá-lo até de você. Mas como esta é uma reunião formal, eu devia estar chamando-o de Senador.

Mas o fato é que não foi preciso de nada mais nada menos do que o conhecimento dele, no sábado à noite, para convocar esta reunião, num espaço de dois dias.

A reunião da Comissão de Economia vai demorar mais um pouco. Mas, eu quero também trazer ao conhecimento de vocês todos que nós já formamos, através do Deputado Adilson Santinho Furtado, uma subcomissão, proposta por ele, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Eu pedi para ele escolher dois Deputados do PDS e dois do PMDB, por enquanto. Se os Deputados de outros Partidos quiserem participar, nós achamos bom. Eu disse ao Senador Álvaro, ontem que ele vai ser, no Senado, o elemento com quem vamos contar para impulsionar este movimento.

Então, o nosso plano, submetido a ele e ao Santinho, seria de que, quando tivéssemos um problema, convocaríamos, por telefone, essa subcomissão, e esta convocaria, então, novas reuniões nas Comissões ou nos acompanharia, se necessário, até os Ministros ou aonde fosse necessário.

O plano que nós estamos formando, aqui, com o Senador Álvaro Dias, Deputado Santinho Furtado e agora com o Deputado da Comissão de Economia, é no sentido de reunir o maior número possível de elementos acima dos Partidos para, quando necessário, termos um contato direto com esta subcomissão e, através desta subcomissão, nós chegarmos onde for preciso.

De modo que eu quero, antes de sair daqui, agradecer ao Senador Álvaro Dias, ao Deputado Santinho Furtado e aos Senadores que aqui estiveram presentes o apoio que nós estamos recebendo. Mas isso também depende muito de nós, lá nos nossos Estados, cutucarmos os nossos representantes, tanto Senadores como Deputados. Nós não queremos encravar com o Governo. Nós queremos o apoio de todos os Partidos.

Esperamos que em outras reuniões que forem convocadas, compareçam maior número de Deputados. Como disse aqui, quer eles queiram, quer eles não queiram, eu virei aqui não para cobrar, porque não foi preciso cobrar coisa alguma. Estamos encontrando boa vontade por parte de todos, nós estamos encontrando boa vontade em todo mundo. Talvez este contato feito hoje se repita ao longo do tempo, para substituímos a falta de apoio que temos tido.

Esta a informação que queria prestar aos meus companheiros, a boa vontade encontrada tanto na Câmara dos Deputados, como aqui no Senado Federal.

O Senador ou o Deputado muitas vezes não são informados, nós não damos os elementos para eles brigarem. O que precisamos fazer agora é manter um contato mais permanente com esses elementos mais atuantes da lavoura, os Deputados e Senadores agricultores, e, através deles, mobilizar o Senado e a Câmara para chegarmos junto ao Governo.

Esta a explicação que queria dar aos companheiros e, ao mesmo tempo, pedir-lhes que façam em seus Estados esse movimento para unir os nossos companheiros, quer sejam agricultores ou não para apoiar esse movimento. Sem este apoio deles, a gente pode demorar mais a conseguir nosso objetivo.

Se tivermos força para pedirmos a esses nossos representantes para apoiarem esse movimento, ele tomará vulto logo.

Era esta a explicação que desejava dar. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Um aparte, nobre Senador, apenas para cumprimentar V. Exª e aos ilustres Senado-

res que aqui estiveram, meus colegas Deputados, as lideranças da cafeicultura brasileira por este encontro, por este evento. Em que pede o adiantado da hora, eu gostaria de, rapidamente, colocar aqui uma questão.

Não seria o caso, dado ao fato de que a Comissão de Agricultura do Senado tem a sua alta representatividade, e é uma comissão interpartidária, porque ela é composta de membros de todos os Partidos com assento no Senado Federal, e, para a nossa honra, do Paraná, V. Exª é o Presidente desta Comissão, de se convocar o Presidente do IBC para vir aqui debater esse problema, já que é um problema sério, grave e as soluções deveriam ser tomadas para ontem e não para hoje.

Eu tenho 33 anos de idade, sou nascido no norte do Paraná, filho de um pequenino cafeicultor, e desde menino que ouço falar dessa política injusta, desordenada do Governo para com a cafeicultura.

E tenho sentido, para minha tristeza, o desaparecimento dos cafezais que foram, realmente, os construtores dessa grande Nação.

Acho que a hora é de extrema importância para chamarmos aqui as autoridades responsáveis por esse setor, para explicar esse grave problema que a cafeicultura está realmente enfrentando.

Não sei se seria o caso, para que a gente não fique apenas em debates e encontros, que considero salutares, não resta a menor dúvida, de se convocar aqueles que têm em suas mãos as responsabilidades dessas decisões.

Então, por que não chamar a esta Comissão, que é de uma representatividade enorme, o Presidente do IBC, para que ele explique a razão de não atender as medidas que a cafeicultura vem reclamando? Não seria o caso de chamar aqui o Sr. Ministro da Indústria e Comércio para explicar por que não adota as providências que a cafeicultura está a exigir?

Então, esta a minha rápida intervenção. Não tinha interesse de usar da palavra, mas isso me despertou quando o ilustre representante da Associação de Cafeicultores do Espírito Santo, com muita propriedade, perguntou ao Sr. Presidente sobre providências tomadas, sobre o que iria dizer nas bases das providências que foram adotadas pela Comissão de Agricultura do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Acolhendo a sugestão do Deputado José Tavares, vamos formular um convite ao Presidente do IBC, para que aqui compareça.

De antemão, esclareço aos presentes, que a Comissão tem competência apenas para convidar e não para convocar, e o convite fica a critério do convidado, de aceitar ou não.

Portanto, acolho, com muita satisfação, a sugestão do Deputado José Tavares. Vamos providenciar o convite, para que o Presidente do IBC aqui venha prestar esses esclarecimentos. E naturalmente, o Conselho Nacional do Café, se se confirmar aqui a presença do Presidente do IBC, será informado, para que mobilize as lideranças da cafeicultura para que aqui compareçam nesse dia.

O SR. ISAC FERREIRA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Pois não. V. Sª tem a palavra.

O SR. ISAC FERREIRA — Acho que o Presidente do IBC, realmente, tem alguma responsabilidade neste problema — não estou querendo aqui fazer a sua defesa — mas acho que o alvo certo não é ele, o alvo certo seria a SEPLAN, seria o Ministro Delfim Netto, que esteve aqui outro dia. Nenhuma decisão é tomada sem que ele primeiro fale se pode ou não. Tanto é que todo esse programa de financiamento e tudo isso está parado à espera de que ele dê a sua palavra. Quer dizer, o Presidente do IBC é um mero executor daquilo que a SEPLAN determina. Nem o próprio Ministro da Indústria e Comércio, talvez, tenha esses poderes.

Acho o seguinte: como queremos que isso aqui, realmente, tenha eficiência, tenha um resultado, precisamos ir no local certo, no alvo certo.

O SR. JOSÉ TAVARES — Permite V. Exª um contra-
aparte?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Pois não.

O SR. JOSÉ TAVARES — Só para dizer o seguinte: a gente sabe que o problema do País, hoje, não é da economia, não é outro senão político-institucional. O que está arrasando o país é este modelo econômico, político e social que a Revolução vem defendendo há 19 anos. E só vamos alterar esse modelo se mudarmos as instituições políticas, e temos dois caminhos a percorrer: um, é o caminho que muitos países têm adotado, e que o Brasil não vai adotar, que é o caminho da violência, o outro é o caminho pacífico, através do voto. Este é um processo demorado, V. Exª sabe disso. Não é de um dia para o outro que a gente consegue promover as transformações políticas que a Nação está exigindo. Há pouco houve eleições para governador, que foi simplesmente um direito que a sociedade recuperou, que perdeu há muitos anos.

Então, é através, evidentemente de alterações profundas de estrutura política do País que vamos mudar esse estado de coisas.

Eu diria com toda a franqueza, não sei se o nobre Senador concorda, ser difícil trazer o Ministro Delfim Netto, agora, aqui, já que S. Exª esteve estes dias no plenário do Senado. Temos que usar o quê? O instrumento de pressão que temos; trazemos do IBC, e pressionamos ele os Senadores, os Deputados e a classe cafeicultora. Ele vai sair daqui, tenho certeza absoluta, excessivamente impressionado, e correrá ao Sr. Ministro para dizer, "Olha a situação está preta; não temos condições de segurar a situação." Convidamos o Ministro da Indústria e Comércio; é possível que S. Exª venha — por que não? Também ele será a pessoa em condições de chegar até ao próprio Presidente da República e dizer, "Senhor Presidente, a cafeicultura está realmente em extrema dificuldade".

Porque uma coisa é se saber através de um pronunciamento, através de uma audiência, lá no seu gabinete, que a cafeicultura está atravessando uma situação difícil, e outra coisa é ele ser convidado, e, em aceitado o convite, vir aqui e ouvir isso que ouvimos aqui, hoje. Tenho certeza que ele sairia daqui com outro enfoque sobre a problemática.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Gostaria, eminente Deputado, de afirmar que nós podemos inclusive formular um convite ao Ministério da Indústria e Comércio, para que venha acompanhado do Presidente do IBC, já que, segundo o nosso companheiro Jordão, o Presidente do IBC é um homem mais preparado para responder sobre as questões do café. Não estamos dizendo que o Ministro está despreparado, mas tenho a impressão que S. Exª acompanhado do Presidente do IBC, com a sua assessoria, poderá prestar melhores informações aos questionamentos de parlamentares e de lideranças da cafeicultura.

Vamos formular, portanto, o convite, em atenção à solicitação do Deputado José Tavares, ao Ministro da Indústria e Comércio, solicitando a S. Exª que traga, como assessor especial para o debate, o Presidente do IBC.

O SR. SANTINHO FURTADO — A gente poderia fazer um movimento muito grande de cafeicultores e de representantes da cafeicultura nesse dia, e, quem sabe, esse seria o dia de jogarmos o café para cima. Quem, sabe o próprio Ministro não está esperando um movimento desse, para que tenha argumento para chegar ao Sr. Delfim Netto e dizer que a situação está preta!

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Eu quero agradecer a todos a colaboração. Inclusive, o Baroni poderá, agora, com maior eficiência, comunicar aos cafeicultores do Espírito Santo que esta foi também uma das conclusões desta reunião aqui na Comissão de Agricultura: o convite ao Ministério da Indústria e Comércio, para que, acompanhado do Presidente do IBC, venha aqui debater com parlamentares e cafeicultores esses problemas.

É preciso fazermos o convite ao Ministro Delfim Netto, mas se partirmos para o terreno prático, será, sem dúvida nenhuma, um desperdício de papel, porque, a resposta será a de que ele teria estado ainda ontem no Senado, durante seis horas e meia, se não me falha a memória, de 14:30 horas até às 21:00 horas respondendo as perguntas dos Srs. Senadores.

Antes de encerrar a reunião, já que daqui a pouco o Senado e a Câmara dos Deputados terão as suas reuniões ordinárias iniciadas, eu passo a palavra ao representante do Conselho Nacional do Café, o seu Vice-Presidente, José Carlos Jordão da Silva, para que dê algum esclarecimento que deseje.

O SR. JOSÉ CARLOS JORDÃO DA SILVA — Sr. Presidente e Srs. Senadores, em cinco minutos gostaríamos de dizer ao companheiro Amaro Silvio que, quando, a pedido do Ministro, nós fizemos esse trabalho sobre custo de produção ainda não havia ocorrido a maldesvalorização.

O Conselho, numa demonstração de honestidade, cita no trabalho que não se considera a altura de realizar uma pesquisa de custo, a nível nacional. Tentamos que o instituto especializado a fizesse. O custo era da ordem de 130 milhões de cruzeiros, e não tínhamos recursos para pagá-la, e assim nos valem das planilhas das cooperativas. Lamentavelmente, o próprio sistema cooperativo, condicionado por uma planilha que, tecnicamente, de custo não tem nada, que é a planilha do IBC, saiu com essa ordem de grandeza de números. Eu só queria, com respeito ao custo, chamar a atenção que, no nosso trabalho, mostramos que qualquer indústriazinha aí pratica o custo de reposição, e a agricultura, quando fala em custo de reposição ao governo, simplesmente é massacrado.

Enquanto a gente sonhava com o custo de reposição, as multinacionais, que produzem os insumos, praticam o que se chama o custo-benefício. O que é o custo-benefício? Para lhes dar um exemplo do que é custo-benefício, existe um produto agrícola que se chama Negovon Técnico (?) que, na pecuária, é usado simplesmente como Negovon, e, na agricultura, chamava-se, se não me falha a memória, Dipterex (?). O Dipterex, que é o mesmo Negovon que se usa na pecuária, custava Cr\$ 300,00 o quilo, e o Negovon, para a pecuária, da mesma empresa, custava Cr\$ 3.000,00 meio quilo. O que é um custo-benefício? Uma pílula de fosfina (?), uma pilulazinha que vai imunizar cem sacas de milho, não é vendida a preço de custo mais a margem de lucro. Como ela vai imunizar cem sacas de milho, que valem duzentos mil cruzeiros, então essa pilulazinha custa 7 mil cruzeiros. Ali não tem cem cruzeiros de mercadoria.

A eles é permitido apresentar um balanço, como apresentou uma empresa aí, de seis bilhões de lucro, e o governo diz que a economia está em recuperação, apesar de reconhecer que o café está sujeito a um Ministério. E eu, apesar de não ser político dou o meu testemunho de que sinto no Ministro Camilo Penna uma ilha de probidade, como também sinto o mesmo do Embaixador Rainho na Presidência do IBC, embora seja uma figura mais con-

troversa. Nós fomos ontem surpreendidos quando ele nos disse assim: "Custo é bobagem!" Ora, mas foi ele que me pediu este trabalho de custo! Quando interessa, o IBC usa o custo para nos massacrar. Agora que nós desenterramos um argumento com um custo que está longe de ser o custo real, e nos poderia dar 39 líquidos, ele diz que custo é bobagem. Quer dizer, o diálogo é muito difícil!

Queria só prestar esta informação a você, porque acho que tinha direito a ela.

O SR. SILVIO F. DIAS — José Carlos, fiz aquela observação no sentido de oferecer subsídios à classe política, aos nossos representantes na Câmara e no Senado, e não no sentido de criticar. Pelo contrário, nós só temos motivos para elogiar e aplaudir o trabalho do Conselho Nacional do Café. Inclusive tive a oportunidade de oferecer subsídios para o trabalho do órgão, aqui nesta Casa, baseado nas diretrizes do Conselho Nacional do Café.

De maneira que as nossas palavras são de aplausos, e aquela observação foi apenas no sentido de oferecer subsídios mais reais aos Srs. representantes do povo, como esqueci de falar naquela oportunidade, aproveito agora para dizer que os 30% a que se refere o Estatuto da Terra, nós, o Conselho Nacional e os cafeicultores, estamos pleiteando no momento de safra grande. Já imaginou se nós fôssemos exigir os 30% de renda real sobre uma safra passada, ou sobre a próxima safra, para a qual nós precisamos estar capitalizados para agüentar, suportar o custo de produção dela, que será, sem dúvida nenhuma, muito maior do que este?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — O Senador José Ignácio, do Espírito Santo, deseja dizer algumas palavras, antes de encerrarmos a reunião.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO — Sr. Presidente, serei brevíssimo, visto que o tempo já está curto.

Eu gostei muito de tudo isto. Gostei da manifestação, que detonou uma série de medidas, providas do Dr. Vanderlino Bastos. Tenho alguma coisa a propor, que me parece, pela minha ótica, objetiva, tendo em vista, o que esclareceu muito bem o Presidente Álvaro Dias, o esforço desta Comissão para mobilizar a sociedade civil no seguimento que interessa à cafeicultura. Quer dizer, o esforço nosso, nos diversos planos de ação desta Comissão, mais especificamente no que toca à cafeicultura, o esforço e a mobilização desses seguimentos todos para que eles despertem. Mas para que isto não ficasse no vazio, então de repente surgiu, para que tivesse uma objetividade ainda maior, a proposta ou a indagação do Vanderlino Bastos, que produziu uma série de desdobramentos, e chegamos até ao convite ao Ministro e ao Presidente do IBC.

Como me parece que há necessidade daquela jogada do papel para cima, a que se referiu caricatamente o Dr. Vanderlino, esse esforço de uma nova marcha poderia haver, mas acho que deveríamos refundir a proposta e propormos, em plenário, a convocação do Sr. Ministro Amaury Stabile. S. Ex.^a então viria ao plenário do Senado, que tem muito maior eco. Vejam bem, não se pretende em absoluto, que se esvasia o esforço da Comissão, pelo contrário, nasce daqui esta resposta. Então, nós convocaríamos o Ministro para o plenário do Senado. Os Srs. Senadores viram a repercussão que teve a presença do Sr. Ministro Delfim Netto aqui. Quer dizer, com a pressão dos cafeicultores no plenário do Senado,

nós teríamos um dia importantíssimo, com repercussão toda a imprensa nacional...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — Se me permite, Senador José Ignácio, gostaria de dizer que, para que o Ministro Amaury Stabile venha ao plenário do Senado, nós dependemos da aprovação do PDS. E há um pequeno inconveniente: no plenário do Senado, os líderes da cafeicultura não poderiam fazer indagações ao Ministro. Já aqui no âmbito da Comissão é diferente. Nós poderíamos inclusive convocar a reunião da Comissão, se houver a presença maciça de cafeicultores, para o auditório do Senado. O inconveniente do plenário do Senado seria apenas este.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO — Muito bem. Então eu deixo meu ponto de vista naturalmente, à consideração da Comissão. Realmente, no plenário do Senado a ambiência é maior, e produziria uma maior consequência, eu penso assim. É verdade que cada um de nós teria a oportunidade de vocalizar, no tempo que nos seria destinado, através de perguntas ao Ministro, aquilo que os cafeicultores perguntariam. Então, quer-me parecer que, ainda assim, plenário do Senado, embora não houvesse a pergunta feita pelo representado, haveria a pergunta feita pelo representante a cada um de nós. Então, está-me parecendo que este aspecto seria superável pelo fato de que cada um de nós vocalizariamos aqui, o que viesse dos diversos Estados.

Quanto à dificuldade decorrente da convocação ser aprovada pelo plenário do Senado, está aí um fato, Sr. Presidente, que, creio, não haveria obstáculo. Eu não vejo óbice quanto a isso, porque realmente até pegaria desprevenido o plenário, que naturalmente votaria isso. O plenário não votou ontem a convocação do Ministro Chefe do SNI, porque temia que aqui os Senadores viessem a impressá-lo, encostá-lo na parede, ao tratar de situações momentosas que envolvem e de certo modo desfiguram a imagem da instituição perante o País todo, mas votaria, por certo, a convocação do Ministro da Indústria e Comércio, porque não veriam maiores riscos, maiores problemas para isto. Mas, de qualquer maneira, isso fica decidido. Eu reformulo apenas a oportunidade de amplificar muito mais, porque qualquer que seja o ambiente, será sempre a Comissão e não o plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) — De qualquer forma, se as lideranças entenderem mais útil o convite ao Ministro para que deponha no plenário do Senado, nós estaremos abertos depois às sugestões do Conselho Nacional do Café, em atenção à sugestão do nosso Senador José Ignácio, que nos honrou aqui com a sua presença.

Ao concluir esta reunião, nós gostaríamos de agradecer a todos a presença, inclusive dos parlamentares que aqui vieram, especialmente às lideranças da cafeicultura de quase todos os Estados produtores de café, com exceção da Bahia, como salientou o Jordão.

Queremos agradecer ao Jordão a presença aqui, como representante do Conselho Nacional do Café, e dizer, que sem sombra de dúvida, esta reunião pode ter sido o início de um debate maior sobre os problemas do café no Parlamento, já que estamos mais próximos do Poder.

Muito obrigado, portanto, a todos, e estaremos sempre à disposição para esses debates.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 13 minutos.)